



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

EDITAL Nº 90054/2026

Processo nº 11910008.002570/2025-57

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026

CONTRATANTE (UASG): 925538

OBJETO: Contratação de Serviços de **SOLUÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS, CONTROLE DE ACESSO VEICULAR E VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL**

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

- MENSAL: R\$ 82.616,75 (oitenta e dois mil seiscentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos).
- ANUAL: R\$ 991.401,00 (novecentos e noventa e um mil quatrocentos e um reais).
- QUINQUENAL: R\$ 4.957.005,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e sete mil cinco reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 18/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR GRUPO

Modo de disputa: ABERTO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: NÃO

Torna-se público que a **POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, sediada na Av. Interventor Mário Câmara, 3532, Cidade da Esperança, Natal/RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Estadual 32.449, de 7 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de Serviços de SOLUÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS, CONTROLE DE ACESSO VEICULAR E VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
LOTE ÚNICO			
1	CATRACA TIPO SWING GATE: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO</u>	Unidade	2
2	TERMINAL DE RECONHECIMENTO FACIAL: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO</u>	Unidade	4
3	ESTAÇÃO DE TRABALHO: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO</u>	Unidade	1
4	CÂMERA BULLET: <u>PARA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL</u>	Unidade	20
5	CÂMERA BULLET: <u>PARA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL COM CAPTURA FACIAL</u>	Unidade	15
6	TERMINAL FACIAL: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL</u>	Unidade	24

7	FONTE ININTERRUPTA: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL</u>	Unidade	24
8	FECHADURA ELETROÍMÃ: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL</u>	Unidade	24
9	UNIDADE DE AVISO SONORO IP: <u>PARA PONTO COM UNIDADE DE AVISO SONORO IP</u>	Unidade	3
10	RACK: <u>PARA RACK DE APOIO - TÉRREO E 1º PAVIMENTO</u>	Unidade	2
11	SWITCH: <u>PARA RACK DE APOIO - TÉRREO E 1º PAVIMENTO</u>	Unidade	2
12	RACK: <u>PARA RACK DE APOIO - 2º PAVIMENTO</u>	Unidade	1
13	SWITCH: <u>PARA RACK DE APOIO - 2º PAVIMENTO</u>	Unidade	1
14	CÂMERA LPR: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	4
15	CANCELA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	4
16	TERMINAL DE RECONHECIMENTO FACIAL GUARITA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	8
17	FONTE ININTERRUPTA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
18	FECHADURA ELÉTRICA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
19	VIDEO PORTEIRO IP: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
20	ESTAÇÃO DE TRABALHO: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
21	RACK: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
22	CÂMERA DE SITUAÇÃO (DETECÇÃO DE PESSOAS): <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
23	CÂMERA DE SITUAÇÃO (LEITURA DE DOCUMENTOS): <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
24	TOTEM PARA ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	4
25	SWITCH: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
26	SERVIDOR VMS: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	1
27	RACK DE PISO: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	1
28	SWITCH: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	2
29	GRAVADOR: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	2
30	SOFTWARE VMS: <u>SOFTWARE GERENCIADOR DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	1

1.3. A licitação será realizada em grupo único, formado por 30 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI e equiparados, nos limites previstos do art 2º da Lei Complementar Estadual 675, de 2020.
- 2.6. **Não poderão disputar esta licitação:**
- 2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.3.1. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens acima poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.6.3.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.6.3.3. O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.4.1. O impedimento de que trata o subitem anterior também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.8.1. A vedação acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, preferencialmente, em campo próprio do sistema eletrônico ou por declaração específica, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020](#).
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020](#), bem como à [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e na, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração do enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item acima possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. valor unitário por item;
- 5.1.2. marca;
- 5.1.3. fabricante;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário anual do item, o que equivale ao valor unitário mensal do item multiplicado por 12.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100 (cem reais) para o item 1 e de R\$ 50,00 reais(cinquenta reais) para os demais itens.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inaceitável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item acima, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto no art 42 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006 .
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e as constantes nesse edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação no SicaF do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação por registro de possível Ocorrência Impeditiva Indireta.
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, conforme o disposto neste edital.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio expressamente admitido pela Administração.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado diretamente em chat por meio do sistema, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

9.1. Serão exigidas, no momento da assinatura do contrato, as seguintes Declarações:

9.2. COTAS DE APRENDIZES

9.2.1. Comprovação do preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do total de empregados contratados pela licitante. (Decreto Estadual nº 30.753, de 22 de julho de 2021, alterado pelo Decreto nº 31.902, de 09 de setembro de 2022).

9.2.2. A comprovação de que trata o subitem anterior será atestada mediante declaração firmada pelo responsável legal da empresa, acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes, ocultando se os respectivos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

9.3. VAGAS PARA DEFICIENTES FÍSICOS

9.3.1. No ato de contratação com o Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento da Lei Federal 8.213, de 24 de julho de 1991, que em seu artigo 93 estabelece a obrigatoriedade de preenchimento no quadro de funcionários da empresa com 100 ou mais empregados, com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência, (2% até 200 empregados até 5% a partir de 1.001 empregados).

9.3.2. Incumbe às empresas licitantes, quando for o caso, comprovar que não se enquadram nas obrigatoriedades estabelecidas no Decreto-Lei 5.452/1940 (CLT), regulamentado pelo Decreto Federal 9.579/2018 e na Lei Federal 8.213/1991, bem como expor os motivos de eventual descumprimento, na hipótese de serem obrigadas à observância das leis e decretos mencionados.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio de solicitação ao e-mail licitacoes@sead.rn.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio do e-mail licitacoes@sead.rn.gov.br.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. FISCALIZAÇÃO, GESTÃO DO CONTRATO E ENTREGA DO OBJETO

13.1. CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

- 13.1.1. Os serviços poderão ser realizados de forma parcelada, no que couber, mediante solicitação da contratante, durante o período da vigência do contrato, a contar da data de sua assinatura.
- 13.1.2. O prazo para a instalação de toda a solução é de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo fiscal do contrato.
- 13.1.3. Os serviços deverão ser realizados na **CIDADE DA POLÍCIA** localizada no seguinte endereço: Av. Interventor Mário Câmara, 3532 - Cidade da Esperança, Natal - RN, 59060-400.
- 13.1.4. A contratante deverá informar a data da realização dos serviços com, pelo menos, 01 (um) dia de antecedência, para que o setor responsável possa se organizar quanto ao seu recebimento.
- 13.1.5. Caso não seja possível a realização na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 13.1.6. Fica a cargo do fornecedor todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

13.2. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

13.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

13.3. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

13.3.1. Atuarão como Gestores e Fiscais deste contrato os seguintes servidores:

I. Gestor do Contrato (titular): **FELIPE CÉSAR SILVA DE ARAÚJO**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 243.975-1.

II. Gestor do Contrato (suplente): **SÁSKIA SANDRINELLI GUEDES DE ARAÚJO LIMA HERMES**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 219.787-1.

III. Fiscal do Contrato (titular): **ALDRIN ALVES COSTA**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 220.140-2.

IV. Fiscal do Contrato (suplente): **JOSÉ LUIZ CORTEZ DE CASTRO FILHO**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 207.106-1.

13.3.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.3.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.3.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.3.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.3.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

13.3.8. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);

13.3.8.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);

13.3.8.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);

13.3.8.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

13.3.9. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

13.3.9.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

13.3.10. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

13.3.10.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

14. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

14.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

14.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

14.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.2. **DO RECEBIMENTO**

14.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 50)

14.2.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

14.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato..

14.2.2.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.2.2.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

14.2.2.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis

14.2.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.2.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.2.4. Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

14.2.4.1. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.

14.2.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

14.2.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

14.2.4.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

14.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.2.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

14.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.3. **LIQUIDAÇÃO**

14.3.1. A Nota Fiscal, Recibo ou documento de cobrança equivalente, serão emitidos pelo contratado, os quais deverão ser enviados para o e-mail: **protocolo@policiacivil.rn.gov.br**, ou outro e-mail fornecido pelo pelo Gestor ou Fiscal do contrato.

14.3.2. Recebido o documento de cobrança, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

14.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.3.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

14.4. **PRAZO DE PAGAMENTO**

14.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

14.5. **FORMA DE PAGAMENTO**

14.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

- 14.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 14.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 14.5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 14.5.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do RN.
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 15.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 15.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta
- 15.11.4. ANEXO IV – Modelo de Termo de Vistoria/Declaração de Conhecimento



Documento assinado eletronicamente por **JANE CARMEN CARNEIRO E ARAUJO**, Secretária de Estado da Administração, em 28/05/2026, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41443771** e o código CRC **1AA48FF1**.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



POLÍCIA CIVIL DO RN

Av. Interventor Mário Câmara, 3532 - Bairro Cidade da Esperança, Natal/RN, CEP 59070-600
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.policiacivil.rn.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 11910008.002570/2025-57

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Serviços de **SOLUÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS, CONTROLE DE ACESSO VEICULAR E VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL** para atender as necessidades da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADES
LOTE ÚNICO			
1	CATRACA TIPO SWING GATE: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO</u>	Unidade	2
2	TERMINAL DE RECONHECIMENTO FACIAL: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO</u>	Unidade	4
3	ESTAÇÃO DE TRABALHO: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO</u>	Unidade	1
4	CÂMERA BULLET: <u>PARA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL</u>	Unidade	20
5	CÂMERA BULLET: <u>PARA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL COM CAPTURA FACIAL</u>	Unidade	15
6	TERMINAL FACIAL: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL</u>	Unidade	24
7	FONTE ININTERRUPTA: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL</u>	Unidade	24
8	FECHADURA ELETROÍMÃ: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL</u>	Unidade	24
9	UNIDADE DE AVISO SONORO IP: <u>PARA PONTO COM UNIDADE DE AVISO SONORO IP</u>	Unidade	3
10	RACK: <u>PARA RACK DE APOIO - TÉRREO E 1º PAVIMENTO</u>	Unidade	2
11	SWITCH: <u>PARA RACK DE APOIO - TÉRREO E 1º PAVIMENTO</u>	Unidade	2
12	RACK: <u>PARA RACK DE APOIO - 2º PAVIMENTO</u>	Unidade	1
13	SWITCH: <u>PARA RACK DE APOIO - 2º PAVIMENTO</u>	Unidade	1
14	CÂMERA LPR: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	4
15	CANCELA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	4
16	TERMINAL DE RECONHECIMENTO FACIAL GUARITA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	8
17	FONTE ININTERRUPTA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
18	FECHADURA ELÉTRICA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
19	VIDEO PORTEIRO IP: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
20	ESTAÇÃO DE TRABALHO: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
21	RACK: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
22	CÂMERA DE SITUAÇÃO (DETECÇÃO DE PESSOAS): <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
23	CÂMERA DE SITUAÇÃO (LEITURA DE DOCUMENTOS): <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2
24	TOTEM PARA ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	4
25	SWITCH: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2

26	SERVIDOR VMS: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	1
27	RACK DE PISO: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	1
28	SWITCH: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	2
29	GRAVADOR: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	2
30	SOFTWARE VMS: <u>SOFTWARE GERENCIADOR DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	1

1.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descrito no sítio eletrônico Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações do objeto descrito neste Termo de Referência, prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.

1.4. Os bens, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, uma vez que o padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido por meio de especificações usuais de mercado, conforme definição prevista no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O prazo de **vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses** contados a partir da publicação do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O objeto é **enquadrado como continuado**, uma vez que a contratação dos serviços assegura a manutenção da atividade administrativa e operacional da Polícia Civil do Rio Grande do Norte.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Inicialmente, constata-se que o problema a ser resolvido é a necessidade de garantir condições adequadas de segurança física e patrimonial na Cidade da Polícia Civil do Rio Grande do Norte (CIDAPOL) - o novo complexo que sediará a Delegacia Geral de Polícia Civil (DEGEPOL) e outras unidades -, localizado em Natal/RN. Trata-se de um complexo que concentra setores administrativos e operacionais estratégicos da Polícia Civil, com circulação constante de servidores, colaboradores, prestadores de serviço e visitantes.

2.2. Considerando a natureza sensível das atividades desempenhadas no local, bem como a existência de informações, equipamentos e estruturas que demandam proteção reforçada, torna-se indispensável assegurar mecanismos eficazes de prevenção e mitigação de riscos relacionados a acessos não autorizados, movimentações suspeitas ou situações de emergência.

2.3. Adicionalmente, é fundamental que haja condições para registro, acompanhamento e rastreabilidade do fluxo de pessoas e veículos que transitam no entorno e nas dependências da unidade, a fim de garantir maior controle institucional e suporte à tomada de decisões gerenciais e operacionais.

2.4. Portanto, a contratação se justifica pela necessidade de fortalecer as medidas de segurança na CIDAPOL, promovendo um ambiente institucional mais protegido, controlado e compatível com a complexidade das atividades ali desenvolvidas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA SOLUÇÃO

3.1. A solução ofertada contempla a implantação de um sistema integrado com equipamentos novos e de primeiro uso de segurança para a CIDAPOL, em Natal/RN. O objetivo é garantir o controle eficiente de acesso de pessoas e veículos, aliado ao videomonitoramento perimetral, proporcionando maior segurança física e operacional ao local.

3.2. No controle de acesso de pessoas, será implantada uma estrutura com catracas tipo Swing Gate e terminais de reconhecimento facial de alta precisão. O sistema permitirá autenticação por múltiplas tecnologias, como cartão RFID, QR-Code e biometria facial, integrados a gestão de usuários.

3.3. Para o controle veicular, a solução prevê o uso de câmeras LPR para leitura automática de placas, terminais faciais nas guaritas para validação facial de motoristas e cancelas automáticas com sistema anticolisão, assim como terminais faciais para entrada e saída de pedestres nas guaritas. A integração entre os dispositivos permitirá o gerenciamento em tempo real dos acessos de veículos e pedestres.

3.4. O videomonitoramento será realizado por câmeras IP de alta resolução, com inteligência embarcada para detecção de intrusão, cruzamento de linha, classificação de alvos (pessoas e veículos) e captura facial. A cobertura perimetral será reforçada com dispositivos com proteção contra intempéries e vandalismo.

3.5. Toda a infraestrutura de TI, incluindo racks, switches, nobreaks e cabeamento, será fornecida pela contratada, garantindo o funcionamento estável e seguro da solução. O sistema será gerenciado por uma plataforma VMS robusta, com integração nativa aos dispositivos de acesso, vídeo e leitura de placas.

3.6. O contrato inclui manutenção preventiva e corretiva. Também serão fornecidos treinamento operacional com carga mínima de 8 horas e o devido licenciamento de todos os componentes de hardware e software.

ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS DA SOLUÇÃO

3.7. ITEM 01 - CATRACA TIPO SWING GATE: PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO

3.7.1. Esta composição de catracas deverá ser do tipo Swing Gate, projetada para acomodar uma passagem de 90 cm, cujas especificações:

3.7.2. Deverá possuir, no mínimo, 10 (dez) pares de sensores infravermelho (IR) para validação de permissões, garantindo segurança na passagem e detecção de acessos não autorizados;

3.7.3. Deverá possuir um motor com expectativa de, no mínimo, 12 (doze) milhões de ciclos, assegurando alta durabilidade operacional e confiabilidade do equipamento;

3.7.4. Deverá possuir indicação de passagem por meio de LED, facilitando a orientação visual dos usuários;

- 3.7.5. Deverá possuir integração com sistemas de controle de acesso, como autenticação por cartão RFID, além de QR-Code e reconhecimento facial como método de autenticação complementar;
- 3.7.6. Deverá possuir, no mínimo, 1 (uma) interface de rede Fast Ethernet 10/100 Mbps, para integração ao sistema de controle de acesso e gestão remota;
- 3.7.7. Deverá possuir capacidade de armazenamento de, no mínimo, 500,000 registros de cartões e 700,00 eventos, permitindo um controle eficiente e escalável de acessos e registro de passagens;
- 3.7.8. Deverá possuir configurações de duração de passagem válidas, permitindo o cancelamento da permissão de passagem caso o usuário não atravesse a catraca dentro do limite estipulado;
- 3.7.9. Deverá permitir a passagem de uma faixa de 30 a 60 pessoas por minuto, dependendo da taxa e do método de passagem utilizado, garantindo um fluxo eficiente de pessoas;
- 3.7.10. Deverá ser construído com materiais de alta qualidade como alumínio ou aço inoxidável, incluindo vidro acrílico, assegurando resistência e durabilidade;
- 3.7.11. Deverá operar com fonte de alimentação de bivolt e frequências entre 50 a 60 Hz, garantindo compatibilidade com redes elétricas padrão;
- 3.7.12. Deverá suportar operação em faixa de temperatura de -20°C a 65°C, garantindo funcionamento confiável, mesmo em contrastes climáticos;
- 3.7.13. Deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de suporte adequado para leitores biométricos faciais e necessariamente do mesmo fabricante para total compatibilidade;
- 3.7.14. Deverá ser adequado para ambientes internos.
- 3.8. **ITEM 02 - TERMINAL DE RECONHECIMENTO FACIAL: PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO**
- 3.8.1. O terminal deverá ser capaz de reconhecer a face em uma distância do dispositivo de 0,3 m a 2 m;
- 3.8.2. Deverá possuir capacidade de armazenamento de, no mínimo, 10,000 faces cadastradas e até 50,000 cartões, além de capacidade de armazenamento de até 150,000 eventos, assegurando histórico completo de registros;
- 3.8.3. Deverá possuir suporte a tecnologia WDR, permitindo a compensação de luz de fundo, garantindo a captura de imagens faciais nítidas, mesmo caso haja contrastes excessivos ou variações bruscas de luminosidade, como forte luz de fundo;
- 3.8.4. Deverá possuir suporte ao protocolo RTSP;
- 3.8.5. Deverá possuir, ao menos, 1 (uma) interface Fast Ethernet 10/100 Mbps;
- 3.8.6. Deverá possuir uma tela de 7 polegadas, integrada com uma câmera de resolução de 1920 x 1080, para uma leitura precisa e uma eficiente visualização da imagem caso houver necessidade;
- 3.8.7. Deverá ter uma taxa de precisão no reconhecimento da face de 99% e um tempo de resposta de autenticação inferior a 0,2 segundos;
- 3.8.8. O terminal deverá reconhecer a face, mesmo com a obstrução de uma máscara;
- 3.8.9. O display do dispositivo deverá possuir uma resolução de, no mínimo, 614,000 pixels;
- 3.8.10. A tela deverá ser touchscreen para ter acesso as configurações básicas do dispositivo localmente.
- 3.8.11. O terminal facial deverá ter seu licenciamento considerado no software gerenciador da solução para completo funcionamento.
- 3.9. **ITEM 03 - ESTAÇÃO DE TRABALHO: PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO**
- 3.9.1. Deverá possuir processador de, no mínimo, 4 (quatro) núcleos físicos (Quad-Core), garantindo desempenho adequado para cadastramento de usuários e gerenciamento de dados;
- 3.9.2. Deverá possuir memória RAM de, no mínimo, 8GB, permitindo operação fluida do sistema de controle de acesso;
- 3.9.3. Deverá possuir armazenamento interno de, no mínimo, 256GB em unidade SSD, proporcionando alta velocidade de leitura e gravação dos dados;
- 3.9.4. Deverá possuir, no mínimo, 3 saídas de vídeo HDMI;
- 3.9.5. Deverá acompanhar monitor de, no mínimo, 24 polegadas, com resolução mínima Full HD (1920 x 1080 pixels), possibilitando visualização clara das interfaces de cadastramento e monitoramento do sistema;
- 3.9.6. Deverá acompanhar teclado e mouse sem fio, padrão ABNT2, oferecendo mobilidade, praticidade e organização;
- 3.9.7. O alcance do mouse deverá ser de até 10 m sem barreira;
- 3.9.8. Deverá acompanhar webcam de alta definição com resolução mínima de 1080p, destinada ao cadastramento de faces, garantindo qualidade nas imagens capturas;
- 3.9.9. Todo o sistema deverá ter compatibilidade com o sistema operacional Windows 11;
- 3.9.10. Deverá possuir nobreak com potência nominal mínima de 700 VA, com tecnologia bivolt automático, oferecendo proteção contra quedas de energia e surtos elétricos;
- 3.9.11. Deverá possuir, no mínimo, 4 tomadas de saída no padrão NBR 14136, permitindo a conexão simultânea dos equipamentos que compõe a estação de trabalho;
- 3.9.12. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, subtensão e sobretensão, oferecendo segurança aos equipamentos conectados.
- 3.10. **ITEM 04 - CÂMERA BULLET: PARA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL**
- 3.10.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o cabeamento necessário para a interligação e pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de dados (lógico) e cabos elétricos, ou quaisquer outros que se façam necessários para a completa instalação e operação do sistema.
- 3.10.2. Deverá ser do tipo Bullet e possuir sensor de imagem CMOS de varredura progressiva com tamanho de no mínimo 1/3", garantindo captação de imagens em alta qualidade com resolução de no mínimo 1920 x 1080 pixels (Full HD);

- 3.10.3. Deverá possuir lente varifocal motorizada com ajuste remoto, com distância focal de 2,8 mm a 12 mm, permitindo flexibilidade na cobertura de diferentes áreas;
- 3.10.4. Deverá possuir sensibilidade mínima de 0,005 Lux em cores e 0 Lux em preto e branco com IR ativado, assegurando captação de imagens nítidas em ambientes de baixa luminosidade;
- 3.10.5. Deverá possuir tecnologia WDR de, no mínimo, 120dB;
- 3.10.6. Deverá possuir compressão de vídeo nos padrões H.265+, H.265, H.264+, H.264 e MJPEG, garantindo otimização no uso de largura de banda e espaço de armazenamento sem perda de qualidade de imagem;
- 3.10.7. Deverá possuir suporte nativo aos protocolos de rede HTTP, HTTPS, TCP, UDP, RTP, RTSP, SMTP, DHCP, DNS, DDNS, NTP, FTP, ICMP e IGMP, permitindo integração com diferentes ambientes e plataformas de rede;
- 3.10.8. Deverá possuir iluminador infravermelho, com alcance de no mínimo 50 metros, permitindo visualização noturna eficiente;
- 3.10.9. Deverá suportar múltiplos streams de vídeo simultaneamente, sendo no mínimo três streams configuráveis, permitindo visualização em diferentes resoluções e taxas de quadros, otimizando os recursos da rede e armazenamento;
- 3.10.10. Deverá possuir detecção de eventos de linha cruzada e intrusão, com possibilidade de configuração para disparo de alarmes apenas quando os objetos classificados forem pessoas ou veículos;
- 3.10.11. Deverá possuir inteligência artificial embarcada com algoritmo de deep learning, permitindo classificação de alvos entre pessoas e veículos, reduzindo alarmes falsos e aumentando a precisão na detecção de eventos;
- 3.10.12. Deverá possuir recursos de imagem como BLC, HLC e 3D DNR, permitindo melhor qualidade das imagens em diferentes cenários de iluminação;
- 3.10.13. Deverá possuir armazenamento interno através de slot para cartão MicroSD com suporte para cartões de até 512GB, permitindo gravação local de vídeos e eventos;
- 3.10.14. Deverá possuir proteção contra vandalismo com classificação IK10, garantindo resistência contra impactos mecânicos, e proteção contra intempéries com classificação IP66, permitindo instalação em ambientes externos expostos a poeira e água;
- 3.10.15. A câmera deverá ser capaz de gerar alertas com luz estroboscópica ativa embarcada na própria câmera e alertas sonoros em casos de invasão;
- 3.10.16. Deverá possuir interface de rede Ethernet RJ45 10/100 Mbps, garantindo comunicação eficiente com a rede de dados;
- 3.10.17. Deverá suportar operação em temperaturas que variam de -30°C a +60°C e umidade relativa de até 90%, sem condensação, assegurando funcionamento estável em diferentes condições climáticas;
- 3.10.18. Deverá suportar alimentação através de PoE padrão IEEE 802.3at;
- 3.10.19. Deverá possuir homologação junto a ONVIF (<https://www.onvif.org/conformant-products/>);
- 3.10.20. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um cartão de memória microSD de 64GB;
- 3.10.21. A CONTRATADA deverá fornecer o suporte adequado para essa câmera assegurando o total funcionamento da solução e necessariamente do mesmo fabricante para total compatibilidade;
- 3.10.22. A câmera deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, de forma a garantir a gravação integral do fluxo de imagens, bem como a geração de alertas e relatórios no sistema.

3.11. ITEM 05 - CÂMERA BULLET: PARA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL COM CAPTURA FACIAL

- 3.11.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o cabeamento necessário para a interligação e pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de dados (lógico) e cabos elétricos, ou quaisquer outros que se façam necessários para a completa instalação e operação do sistema.
- 3.11.2. Deverá ser do tipo Bullet e possuir sensor de imagem do tipo CMOS de varredura progressiva com tamanho de 1/3", garantindo imagens de alta qualidade e definição com resolução de, no mínimo, 2688 × 1520 pixels;
- 3.11.3. Deverá possuir lente varifocal motorizada com ajuste remoto, com distância focal de 2,8 mm a 12 mm, proporcionando flexibilidade na configuração do campo de visão;
- 3.11.4. Deverá possuir sensibilidade mínima de 0,001 Lux em cores e 0 Lux em preto e branco com IR ativado;
- 3.11.5. Deverá possuir compressão de vídeo nos padrões H.265+, H.265, H.264+, H.264 e MJPEG, garantindo otimização no uso de largura de banda e espaço de armazenamento sem perda de qualidade de imagem;
- 3.11.6. Deverá possuir tecnologia WDR de, no mínimo, 120dB;
- 3.11.7. Deverá possuir suporte nativo aos protocolos de rede HTTP, HTTPS, TCP, UDP, RTP, RTSP, SMTP, DHCP, DNS, DDNS, NTP, FTP, ICMP e IGMP, permitindo integração com diferentes ambientes e plataformas de rede;
- 3.11.8. Deverá possuir inteligência artificial embarcada, com algoritmos de deep learning, possibilitando a classificação de alvos entre pessoas e veículos, aumentando a eficácia na detecção de intrusão e reduzindo alarmes falsos;
- 3.11.9. Deverá possuir detecção de eventos de linha cruzada e intrusão, com possibilidade de configuração para disparo de alarmes apenas quando os objetos classificados forem pessoas ou veículos;
- 3.11.10. Deverá possuir função de captura de rostos, permitindo a identificação de faces dentro do campo de visão da câmera;
- 3.11.11. Deverá possuir recursos de imagem como BLC, HLC e 3D DNR, permitindo melhor qualidade das imagens em diferentes cenários de iluminação;
- 3.11.12. Deverá possuir armazenamento interno através de slot para cartão MicroSD com suporte para cartões de até 512GB, permitindo gravação local de vídeos e eventos;
- 3.11.13. Deverá possuir interface de rede Ethernet RJ45 10/100 Mbps, garantindo comunicação eficiente com redes IP;
- 3.11.14. Deverá possuir proteção contra vandalismo com classificação IK10, oferecendo alta resistência contra impactos mecânicos, além de proteção IP67 contra poeira e jatos de água, garantindo instalação segura em ambientes externos e adversos;
- 3.11.15. Deverá suportar alimentação através de PoE padrão IEEE 802.3at ou por fonte externa de 12VDC ± 25%, garantindo flexibilidade na instalação e operação do equipamento;

3.11.16. Deverá suportar operação em temperaturas que variam de -30°C a +60°C e umidade relativa de até 90%, sem condensação, assegurando funcionamento estável em diferentes condições climáticas;

3.11.17. Deverá possuir homologação junto a ONVIF (<https://www.onvif.org/conformant-products/>);

3.11.18. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um cartão de memória microSD de 64GB;

3.11.19. A CONTRATADA deverá fornecer o suporte adequado para essa câmera assegurando o total funcionamento da solução e necessariamente do mesmo fabricante para total compatibilidade;

3.11.20. A câmera deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, de forma a garantir a gravação integral do fluxo de imagens, bem como a geração de alertas e relatórios no sistema.

3.12. **ITEM 06 - TERMINAL FACIAL: PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL**

3.12.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o cabeamento necessário para a interligação e pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de dados (lógico) e cabos elétricos, ou quaisquer outros que se façam necessários para a completa instalação e operação do sistema

3.12.2. O terminal deverá ser capaz de reconhecer a face em uma distância do dispositivo de 0,3 m a 2 m;

3.12.3. Deverá possuir capacidade de armazenamento de, no mínimo, 10,000 faces cadastradas e até 50,000 cartões, além de capacidade de armazenamento de até 150,000 eventos, assegurando histórico completo de registros;

3.12.4. Deverá possuir suporte a tecnologia WDR, permitindo a compensação de luz de fundo, garantindo a captura de imagens faciais nítidas, mesmo caso haja contrastes excessivos ou variações bruscas de luminosidade, como forte luz de fundo;

3.12.5. Deverá possuir suporte ao protocolo RTSP;

3.12.6. Deverá possuir, ao menos, 1 (uma) interface Fast Ethernet 10/100 Mbps;

3.12.7. Deverá possuir uma tela de 7 polegadas, integrada com uma câmera de resolução de 1920 x 1080, para uma leitura precisa e uma eficiente visualização da imagem caso houver necessidade;

3.12.8. Deverá ter uma taxa de precisão no reconhecimento da face de 99% e um tempo de resposta de autenticação inferior a 0,2 segundos;

3.12.9. O terminal deverá reconhecer a face, mesmo com a obstrução de uma máscara;

3.12.10. O display do dispositivo deverá possuir uma resolução de, no mínimo, 614,000 pixels;

3.12.11. A tela deverá ser touchscreen para ter acesso as configurações básicas do dispositivo localmente.

3.12.12. O terminal facial deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, garantindo seu pleno funcionamento.

3.13. **ITEM 07 - FONTE ININTERRUPTA: PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL**

3.13.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o cabeamento necessário para a interligação e pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de dados (lógico) e cabos elétricos, ou quaisquer outros que se façam necessários para a completa instalação e operação do sistema

3.13.2. Deverá ser fornecido fonte AC/DC compatível com a solução de 12v para o funcionamento de todo o mecanismo de controle de acesso para a porta;

3.13.3. Deverá possuir proteção contra sobre corrente;

3.13.4. Deverá possuir proteções de Sobrecarga e curto-circuito na saída;

3.13.5. Deverá possuir leds que indiquem funcionamento e em curto;

3.13.6. Deverá possuir temporizador ajustável;

3.13.7. Deverá ser fornecida com uma bateria de no mínimo 7Ah

3.13.8. Deverá possuir corrente de saída capaz de suportar todos os equipamentos, terminal facial, botoeira, fechadura eletrônica;

3.14. **ITEM 08 - FECHADURA ELETROÍMÃ: PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL**

3.14.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o cabeamento necessário para a interligação e pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de dados (lógico) e cabos elétricos, ou quaisquer outros que se façam necessários para a completa instalação e operação do sistema

3.14.2. Deverá possuir no mínimo uma força de tração 150 kgf;

3.14.3. Deverá ser compatível com a solução de controle de acesso;

3.14.4. Deverá possuir sensor de porta aberta;

3.14.5. Deverá ser compatível com portas que abrem de dentro para fora;

3.14.6. Deverá funcionar com tensão de 12Vdc;

3.14.7. Deve possuir suporte com regulação de desnível;

3.14.8. A fechadura deverá vir com uma botoeira de embutir em aço inox compatível com caixas 4x2 com acionador infravermelho e leds indicadores de posição, aberto ou fechado, e uma vida útil de no mínimo 500mil acionamentos, para permitir a saída do usuário;

3.14.9. Deverá ser fornecido pela contratada um acionador de emergência rearmável para a abertura da porta quando houver necessidade de abandono do ambiente ou em casos de falha do sistema de abertura controlada da porta.

3.15. **ITEM 09 - UNIDADE DE AVISO SONORO IP: PARA PONTO COM UNIDADE DE AVISO SONORO IP**

3.15.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o cabeamento necessário para a interligação e pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de dados (lógico) e cabos elétricos, ou quaisquer outros que se façam necessários para a completa instalação e operação do sistema, além de todo licenciamento necessário para a completa operação do sistema.

3.15.2. Deverá possuir intensidade sonora de até 110dB;

3.15.3. Deverá possuir potência de, no mínimo, 7W;

3.15.4. Deverá possuir suporte ao protocolo SIP;

- 3.15.5. Deverá possuir uma interface Ethernet RJ45 10/100 Mbps adaptativa para comunicação com redes cabeadas, garantindo flexibilidade de conectividade;
- 3.15.6. Deverá suportar alimentação via PoE, conforme padrão IEEE 802.3at;
- 3.15.7. Deverá possuir grau de proteção contra água;
- 3.15.8. Deverá possuir faixa de operação de temperatura entre -20 °C e 60 °C;
- 3.15.9. Deverá possuir frequência de operação de 400 Hz até 5 kHz;
- 3.15.10. Deverá possuir microfone integrado ao equipamento;
- 3.15.11. Deverá suportar, no mínimo, o formato G. 711 ou suas variações para a compressão de áudio.
- 3.16. **ITEM 10 - RACK: PARA RACK DE APOIO - TÉRREO E 1º PAVIMENTO**
- 3.16.1. Deverá possuir estrutura fabricada em aço, com porta em acrílico e fecho com chave, garantindo resistência mecânica e robustez na fixação dos equipamentos;
- 3.16.2. Deverá possuir padrão de montagem de, ao menos, 19 polegadas, com capacidade de 5U e profundidade total de, no mínimo, 570 mm, proporcionando espaço adequado para organização dos equipamentos a serem fixados;
- 3.16.3. Deverá possuir acabamento em pintura eletrostática epóxi pó microtexturizado, oferecendo resistência contra corrosão;
- 3.16.4. Deverá possuir fechamento lateral com venezianas para auxiliar na circulação do ar, contribuindo para o controle térmico interno do rack;
- 3.16.5. Deverá ser projetado para ambientes indoor.
- 3.17. **ITEM 11 - SWITCH: PARA RACK DE APOIO - TÉRREO E 1º PAVIMENTO**
- 3.17.1. Deverá possuir 8 portas Fast Ethernet PoE 10/100 Mbps e 1 porta RJ45 10/100 Mbps, permitindo conexão e alimentação simultânea dos dispositivos necessários;
- 3.17.2. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos de até 6 kV, garantindo maior robustez e confiabilidade;
- 3.17.3. Deverá possuir função de transmissão PoE em longa distância de até 250 m, possibilitando a instalação de dispositivos distantes sem a necessidade de repetidores ou fontes auxiliares;
- 3.17.4. Deverá possuir suporte aos padrões IEEE 802.3af e IEEE 802.3at de alimentação PoE, com fornecimento de potência de no mínimo 30 W por porta;
- 3.17.5. Deverá suportar uma tabela de endereçamento MAC com até 2 K endereços;
- 3.17.6. Deverá ser acompanhado de um nobreak com potência nominal mínima de 700 VA, com tecnologia bivolt automático, oferecendo proteção adicional contra quedas de energia e surtos elétricos;
- 3.17.7. Deverá possuir, no mínimo, 4 tomadas de saída no padrão NBR 14136, permitindo a conexão simultânea dos equipamentos instalados no rack;
- 3.17.8. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, subtensão e sobretensão, oferecendo segurança aos equipamentos conectados;
- 3.17.9. Deverá acompanhar todos os acessórios para instalação no rack.
- 3.18. **ITEM 12 - RACK: PARA RACK DE APOIO - 2º PAVIMENTO**
- 3.18.1. Deverá possuir estrutura fabricada em aço, com porta em acrílico e fecho com chave, garantindo resistência mecânica e robustez na fixação dos equipamentos;
- 3.18.2. Deverá possuir padrão de montagem de, ao menos, 19 polegadas, com capacidade de 5U e profundidade total de, no mínimo, 472 mm, proporcionando espaço adequado para organização dos equipamentos a serem fixados;
- 3.18.3. Deverá possuir acabamento em pintura eletrostática epóxi pó microtexturizado, oferecendo resistência contra corrosão;
- 3.18.4. Deverá possuir fechamento lateral com venezianas para auxiliar na circulação do ar, contribuindo para o controle térmico interno do rack;
- 3.18.5. Deverá ser projetado para ambientes indoor.
- 3.19. **ITEM 13 - SWITCH: PARA RACK DE APOIO - 2º PAVIMENTO**
- 3.19.1. Deverá possuir 24 portas 100 Mbps com suporte PoE e 1 porta RJ45 1000 Mbps para uplink, permitindo conexão e alimentação simultânea dos dispositivos necessários;
- 3.19.2. Deverá atender aos padrões de alimentação PoE IEEE 802.3af e IEEE 802.3at, com fornecimento de potência máximo de até 30 W por porta;
- 3.19.3. Deverá possuir tabela de endereçamento MAC de, no mínimo, 4,000 endereços;
- 3.19.4. Deverá possuir uma taxa de encaminhamento de pacotes de, no mínimo, 6 Mpps;
- 3.19.5. Deverá possuir função de transmissão PoE em longa distância de até, no mínimo, 250 m, possibilitando a instalação de dispositivos distantes sem a necessidade de repetidores ou fontes auxiliares;
- 3.19.6. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos de até 6 kV, garantindo maior robustez e confiabilidade;
- 3.19.7. Deverá possuir capacidade de comutação de, no mínimo, 8Gbps;
- 3.19.8. Deverá ser acompanhado de um nobreak com potência nominal mínima de 700 VA, com tecnologia bivolt automático, oferecendo proteção adicional contra quedas de energia e surtos elétricos;
- 3.19.9. Deverá possuir, no mínimo, 4 tomadas de saída no padrão NBR 14136, permitindo a conexão simultânea dos equipamentos instalados no rack;
- 3.19.10. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, subtensão e sobretensão, oferecendo segurança aos equipamentos conectados;
- 3.19.11. Deverá acompanhar todos os acessórios para instalação no rack.

3.20. **ITEM 14 - CÂMERA LPR: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**

- 3.20.1. Deverá possuir sensor de imagem do tipo CMOS progressivo com tamanho de 1/1.8" e resolução máxima de no mínimo 2688 × 1520 pixels;
- 3.20.2. Deverá possuir sensibilidade mínima de 0,001 Lux em cores, 0,0002 Lux em preto e branco e 0 Lux com iluminação IR ativa, garantindo excelente desempenho em momentos de baixa luminosidade;
- 3.20.3. Deverá possuir algoritmos embarcados para a detecção de veículos, permitindo reconhecimento de tipo, cor e marca do veículo;
- 3.20.4. Deverá possuir função WDR de, no mínimo, 140dB, permitindo a compensação de fortes contrastes de luz, garantindo leitura eficiente mesmo em situações de reflexos e faróis acesos;
- 3.20.5. Deverá possuir suporte nativo a interface Wiegand, permitindo integração direta com sistemas de controle de acesso, podendo acionar diretamente cancelas de estacionamento;
- 3.20.6. Deverá oferecer suporte a lista de bloqueio e de permissão com capacidade para até 100,000 registros, permitindo o controle eficiente de acesso de veículos;
- 3.20.7. Deverá oferecer recursos avançados de reconhecimento, como a identificação da direção do movimento do veículo, assegurando precisão na identificação e registro dos veículos;
- 3.20.8. Deverá permitir o controle de barreiras por meio de relés integrados para abertura e fechamento de cancelas, bem como detecção do status da barreira;
- 3.20.9. Deverá oferecer capacidade para armazenamento local por meio de slot para cartão suportando cartões com capacidade de até 256 GB, para armazenamento de imagens e vídeos, com suporte via FTP ou SFTP;
- 3.20.10. Deverá possuir proteção contra intempéries com grau de proteção IP67 e resistência a impactos IK10;
- 3.20.11. Deverá possuir acuracidade na taxa de captura de placas superior a 95%;
- 3.20.12. Deverá possuir lente varifocal motorizada com opção de distância focal de 2.8 mm a 12 mm, com ajuste automático de foco;
- 3.20.13. Deverá possuir recursos de segurança, como proteção por senha, criptografia HTTPS, marca d'água e filtros de endereço IP, assegurando a integridade e privacidade dos dados;
- 3.20.14. Deverá possuir iluminação suplementar integrada com 4 LEDs de alto desempenho, fornecendo luz branca e infravermelha para operação em condições de baixa luminosidade;
- 3.20.15. Deverá suportar ao menos um dos três métodos de acionamento de captura de placas: detecção de vídeo, laço indutivo e radar, garantindo flexibilidade na implementação em diferentes cenários;
- 3.20.16. Deverá suportar compressões de vídeo nos formatos H.265, H.264 e MJPEG;
- 3.20.17. Deverá operar em uma faixa de temperatura de -30 °C a 65 °C e suportar umidade de até 90% sem condensação, garantindo desempenho confiável em condições climáticas adversas;
- 3.20.18. Deverá possuir homologação junto a ONVIF (<https://www.onvif.org/conformant-products/>);
- 3.20.19. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um cartão de memória microSD de 64GB;
- 3.20.20. Deverá possuir interface de rede Ethernet RJ45 10/100 Mbps, garantindo comunicação eficiente com redes IP;
- 3.20.21. A CONTRATADA deverá fornecer suporte de coluna adequado para fixação da câmera, assegurando o total funcionamento da solução e necessariamente do mesmo fabricante para total compatibilidade;
- 3.20.22. É de responsabilidade da contratada prover suporte a instalação da câmera em altura adequada para leitura de placa, exemplo: tubo galvanizado com altura mínima de 1,3M, fixado ao solo.
- 3.20.23. A câmera deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, de forma a garantir a gravação integral do fluxo de imagens, bem como a geração de alertas e relatórios no sistema.

3.21. **ITEM 15 - CANCELA: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**

- 3.21.1. Deverá possuir cancela de 4 a 4,5 m, para o controle de acesso de veículos;
- 3.21.2. Deverá possuir, no mínimo, uma vida útil de 2,5 milhões de ciclos de acionamento, garantindo a robustez do equipamento;
- 3.21.3. O equipamento deverá possuir certificação IP54, garantindo a integridade no uso externo;
- 3.21.4. Deverá operar em uma faixa de temperatura de -10°C a 60°C ou possuir sistema de arrefecimento de ar, como ventoinha ou ventilador, garantindo a operabilidade do sistema;
- 3.21.5. Deverá possuir recurso de anticolisão, para que, caso a barreira identifique um objeto durante o fechamento, ela seja aberta automaticamente;
- 3.21.6. Deverá possuir tempo máximo de abertura de 3 s e de fechamento de, no máximo, 3,5 s, garantindo agilidade na entrada dos veículos;
- 3.21.7. Deverá vir acompanhada de botoeira plástica com 1 (um) botão para abertura da cancela dentro das guaritas;

3.22. **ITEM 16 - TERMINAL DE RECONHECIMENTO FACIAL GUARITA: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**

- 3.22.1. O terminal deverá ser capaz de reconhecer a face em uma distância do dispositivo de 0,3 m a 2 m;
- 3.22.2. Deverá possuir capacidade de armazenamento de, no mínimo, 10,000 faces cadastradas e até 50,000 cartões, além de capacidade de armazenamento de até 150,000 eventos, assegurando histórico completo de registros;
- 3.22.3. Deverá possuir suporte a tecnologia WDR, permitindo a compensação de luz de fundo, garantindo a captura de imagens faciais nítidas, mesmo caso haja contrastes excessivos ou variações bruscas de luminosidade, como forte luz de fundo;
- 3.22.4. Deverá possuir suporte ao protocolo RTSP;
- 3.22.5. Deverá possuir, ao menos, 1 (uma) interface Fast Ethernet 10/100 Mbps;
- 3.22.6. Deverá possuir uma tela de 7 polegadas, integrada com uma câmera de resolução de 1920 x 1080, para uma leitura precisa e uma eficiente visualização da imagem caso houver necessidade;
- 3.22.7. Deverá ter uma taxa de precisão no reconhecimento da face de 99% e um tempo de resposta de autenticação inferior a 0,2 segundos;

- 3.22.8. O terminal deverá reconhecer a face, mesmo com a obstrução de uma máscara;
- 3.22.9. O display do dispositivo deverá possuir uma resolução de, no mínimo, 614,000 pixels;
- 3.22.10. A tela deverá ser touchscreen para ter acesso as configurações básicas do dispositivo localmente.
- 3.22.11. É de responsabilidade da contratada o fornecimento de suporte de parede ou embutir, feito em aço com pintura eletrostática a pó, e que comporte perfeitamente o equipamento.
- 3.22.12. O terminal facial será instalado no totem tanto para entrada como para saída de veículos e na entrada e saída de pedestres.
- 3.22.13. O terminal facial deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, garantindo seu pleno funcionamento.
- 3.23. **ITEM 17 - FONTE ININTERRUPTA: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 3.23.1. Deverá ser fornecido fonte AC/DC compatível com a solução de 12v para o funcionamento de todo o mecanismo de controle de acesso para a porta;
- 3.23.2. Deverá possuir proteção contra sobre corrente;
- 3.23.3. Deverá possuir proteções de Sobrecarga e curto-circuito na saída;
- 3.23.4. Deverá possuir leds que indiquem funcionamento e em curto;
- 3.23.5. Deverá possuir temporizador ajustável;
- 3.23.6. Deverá ser fornecida com uma bateria de no mínimo 7Ah
- 3.23.7. Deverá possuir corrente de saída capaz de suportar todos os equipamentos, terminal facial, botoeira, fechadura eletrônica;
- 3.24. **ITEM 18 - FECHADURA ELÉTRICA: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 3.24.1. Deverá possuir estrutura em aço, garantindo resistência mecânica e durabilidade para aplicações externas e internas em ambientes diversos;
- 3.24.2. Deverá possuir cilindro fixo, adequado para instalação em portas e portões de metal ou madeira, com abertura para dentro ou para fora, tanto para o lado direito quanto para o esquerdo;
- 3.24.3. Deverá possuir alimentação elétrica em 12V AC ou DC, permitindo integração com diferentes sistemas de controle de acesso e porteiros eletrônicos;
- 3.24.4. Deverá ser fabricada com acabamento anticorrosivo, visando maior resistência à oxidação e desgaste provocados por intempéries, prolongando a vida útil do equipamento;
- 3.24.5. A fechadura deverá vir com uma botoeira de embutir em aço inox compatível com caixas 4x2 com acionador infravermelho e leds indicadores de posição, aberto ou fechado, e uma vida útil de no mínimo 500mil acionamentos, para permitir a saída do usuário;
- 3.25. **ITEM 19 - VIDEO PORTEIRO IP: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 3.25.1. Deverá possuir tela sensível ao toque do tipo IPS com tamanho de no mínimo 7 polegadas, proporcionando interface gráfica colorida de alta definição;
- 3.25.2. Deverá possuir processador embarcado de alto desempenho, assegurando resposta rápida nas operações de comunicação e controle de acesso;
- 3.25.3. Deverá permitir comunicação em rede utilizando protocolos TCP/IP, e RTSP, além de suportar conectividade sem fio via Wi-Fi;
- 3.25.4. Deverá possuir microfone omnidirecional embutido com tecnologia de supressão de ruído e cancelamento de eco, garantindo qualidade nas comunicações de áudio bidirecional;
- 3.25.5. Deverá possuir saída de áudio por meio de alto-falante interno com ajuste de volume configurável via interface de usuário;
- 3.25.6. Deverá possuir alimentação através de fonte de 12VDC com corrente de 1A ou via PoE conforme padrão IEEE 802.3af, garantindo flexibilidade de instalação e alimentação por rede estruturada.
- 3.25.7. Deverá possuir um suporte de mesa necessariamente da mesma fabricante para garantir total compatibilidade.
- 3.25.8. O vídeo porteiro IP deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, garantindo seu pleno funcionamento.
- 3.26. **ITEM 20 - ESTAÇÃO DE TRABALHO: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 3.26.1. Deverá possuir processador de, no mínimo, 4 (quatro) núcleos físicos (Quad-Core), garantindo desempenho adequado para cadastramento de usuários e gerenciamento de dados;
- 3.26.2. Deverá possuir memória RAM de, no mínimo, 8GB, permitindo operação fluida do sistema de controle de acesso;
- 3.26.3. Deverá possuir armazenamento interno de, no mínimo, 256GB em unidade SSD, proporcionando alta velocidade de leitura e gravação dos dados;
- 3.26.4. Deverá possuir, no mínimo, 3 saídas de vídeo HDMI;
- 3.26.5. Deverá acompanhar monitor de, no mínimo, 24 polegadas, com resolução mínima Full HD (1920 x 1080 pixels), possibilitando visualização clara das interfaces de cadastramento e monitoramento do sistema;
- 3.26.6. Deverá acompanhar teclado e mouse sem fio, padrão ABNT2, oferecendo mobilidade, praticidade e organização;
- 3.26.7. O alcance do mouse deverá ser de até 10 m sem barreira;
- 3.26.8. Deverá acompanhar webcam de alta definição com resolução mínima de 1080p, destinada ao cadastramento de faces, garantindo qualidade nas imagens capturas;
- 3.26.9. Todo o sistema deverá ter compatibilidade com o sistema operacional Windows 11;
- 3.26.10. Deverá possuir nobreak com potência nominal mínima de 700 VA, com tecnologia bivolt automático, oferecendo proteção contra quedas de energia e surtos elétricos;
- 3.26.11. Deverá possuir, no mínimo, 4 tomadas de saída no padrão NBR 14136, permitindo a conexão simultânea dos equipamentos que compõe a estação de trabalho;
- 3.26.12. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, subtensão e sobretensão, oferecendo segurança aos equipamentos conectados.

3.27. ITEM 21 - RACK: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS

- 3.27.1. Deverá possuir estrutura fabricada em aço, com porta em acrílico e fecho com chave, garantindo resistência mecânica e robustez na fixação dos equipamentos;
- 3.27.2. Deverá possuir capacidade de carga máxima de, no mínimo, 90 kg, permitindo instalação segura dos equipamentos de rede e demais equipamentos instalados no rack;
- 3.27.3. Deverá possuir padrão de montagem de, ao menos, 19 polegadas, com capacidade de 5U e profundidade total de, no mínimo, 570 mm, proporcionando espaço adequado para organização dos equipamentos a serem fixados;
- 3.27.4. Deverá possuir acabamento em pintura eletrostática epóxi pó microtexturizado, oferecendo resistência contra corrosão;
- 3.27.5. Deverá possuir fechamento lateral com venezianas para auxiliar na circulação do ar, contribuindo para o controle térmico interno do rack;
- 3.27.6. Deverá ser projetado para ambientes indoor;
- 3.27.7. Deverá ser acompanhado de um nobreak com potência nominal mínima de 700 VA, com tecnologia bivolt automático, oferecendo proteção adicional contra quedas de energia e surtos elétricos;
- 3.27.8. Deverá possuir, no mínimo, 4 tomadas de saída no padrão NBR 14136, permitindo a conexão simultânea dos equipamentos instalados no rack;
- 3.27.9. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, subtensão e sobretensão, oferecendo segurança aos equipamentos conectados;

3.28. ITEM 22 - CÂMERA DE SITUAÇÃO (DETECÇÃO DE PESSOAS): PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS

- 3.28.1. Deverá ser do tipo Bullet e possuir resolução mínima de 4 megapixels, com qualidade de imagem de, no mínimo, 2688 × 1520 pixels;
- 3.28.2. Deverá possuir sensor de imagem do tipo CMOS Progressivo de 1/3”;
- 3.28.3. Deverá possuir sensibilidade mínima de 0.005 Lux em cores e 0 Lux com o infravermelho ativo, permitindo excelente desempenho em condições de baixa luminosidade;
- 3.28.4. Deverá possuir tecnologia de alcance dinâmico WDR com, no mínimo, 120 dB, garantindo qualidade de imagem mesmo em momentos com forte contraste de luz;
- 3.28.5. Deverá possuir iluminação infravermelha com alcance efetivo de, no mínimo, 40 metros;
- 3.28.6. Deverá possuir recursos de imagem como BLC, HLC e 3D DNR, permitindo melhor qualidade das imagens em diferentes cenários de iluminação;
- 3.28.7. Deverá possuir modo de comutação dia/noite automático;
- 3.28.8. Deverá oferecer capacidade para armazenamento local por meio de slot para cartão suportando cartões com capacidade de até 256 GB, para armazenamento de imagens e vídeos, com suporte via FTP ou SFTP;
- 3.28.9. Deverá possuir tecnologia de detecção de face;
- 3.28.10. Deverá possuir inteligência embarcada baseada em algoritmos de Deep Learning para detecção de intrusão, cruzamento de linha e diferenciação de alarme entre veículos e pessoas, reduzindo alarmes falsos;
- 3.28.11. Deverá possuir suporte nativo aos protocolos de rede HTTP, HTTPS, TCP, UDP, RTP, RTSP, SMTP, DHCP, DNS, DDNS, NTP, FTP, ICMP e IGMP, permitindo integração com diferentes ambientes e plataformas de rede;
- 3.28.12. Deverá possuir grau de proteção IP67 contra água e poeira, sendo adequada para instalação em ambientes externos;
- 3.28.13. Deverá operar em uma faixa de temperatura de -30 °C a 60 °C e suportar umidade de até 90% sem condensação, garantindo desempenho confiável em condições climáticas adversas;
- 3.28.14. Deverá possuir interface de rede Ethernet RJ45 10/100 Mbps, garantindo comunicação eficiente com redes IP;
- 3.28.15. Deverá possuir homologação junto a ONVIF (<https://www.onvif.org/conformant-products/>);
- 3.28.16. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um cartão de memória microSD de 64GB;
- 3.28.17. Deverá possuir lente fixa de 2,8 mm ou 3,6 mm.
- 3.28.18. A câmera deverá ser fixada em posição estratégica na guarita para detectar e gerar alertas caso pedestres utilizem a entrada veicular para entrar no complexo.
- 3.28.19. A câmera deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, de forma a garantir a gravação integral do fluxo de imagens, bem como a geração de alertas e relatórios no sistema.

3.29. ITEM 23 - CÂMERA DE SITUAÇÃO (LEITURA DE DOCUMENTOS): PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS

- 3.29.1. Deverá ser do tipo Turret e possuir resolução mínima de 2 megapixels, com qualidade de imagem de, no mínimo, 1920 × 1080 pixels;
- 3.29.2. Deverá possuir sensor de imagem do tipo CMOS Progressivo de 1/2.9”;
- 3.29.3. Deverá possuir sensibilidade mínima de 0.01 Lux em cores e 0 Lux com IR ativo, permitindo desempenho eficiente em ambientes de baixa luminosidade;
- 3.29.4. Deverá possuir iluminador infravermelho com alcance efetivo de, no mínimo, 20 metros;
- 3.29.5. Deverá possuir compressão de vídeo nos padrões H.265+, H.265 e H.264;
- 3.29.6. Deverá possuir suporte nativo aos protocolos de rede HTTP, TCP, UDP, RTP, RTSP, DHCP, DNS, NTP e FTP, permitindo integração com diferentes ambientes e plataformas de rede;
- 3.29.7. Deverá possuir recursos de imagem como BLC, HLC e 3D DNR, permitindo melhor qualidade das imagens em diferentes cenários de iluminação;
- 3.29.8. Deverá possuir lente fixa de 2,8 mm ou 4 mm;
- 3.29.9. Deverá possuir interface de rede Ethernet RJ45 10/100 Mbps, garantindo comunicação eficientes com redes IP;
- 3.29.10. Deverá operar em temperaturas de -30°C a +60°C e umidade relativa de até 95%, sem condensação;

- 3.29.11. Deverá possuir grau de proteção IP67 contra água e poeira, sendo adequada para instalação em ambientes externos;
- 3.29.12. Deverá possuir homologação junto a ONVIF (<https://www.onvif.org/conformant-products/>);
- 3.29.13. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um cartão de memória microSD de 64GB;
- 3.29.14. A câmera deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, de forma a garantir a gravação integral do fluxo de imagens, bem como a geração de alertas e relatórios no sistema.
- 3.30. **ITEM 24 - TOTEM PARA ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 3.30.1. Deverá ser fabricado em aço com pintura eletrostática em pó, para fixação da câmera e do terminal facial, com altura de no mínimo 1,35 m e 15 cm de largura;
- 3.30.2. As laterais do totem devem contar com indicadores de entrada ou saída iluminados em LED, para fácil identificação pelos usuários tanto de dia quanto de noite.
- 3.30.3. Deverão ser fixados próximos as guaritas em local pré-definido pela contratante.
- 3.31. **ITEM 25 - SWITCH: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 3.31.1. Deverá possuir 24 portas 100 Mbps com suporte PoE e 1 porta RJ45 1000 Mbps para uplink, permitindo conexão e alimentação simultânea dos dispositivos necessários;
- 3.31.2. Deverá atender aos padrões de alimentação PoE IEEE 802.3af e IEEE 802.3at, com fornecimento de potência máximo de até 30 W por porta;
- 3.31.3. Deverá possuir tabela de endereçamento MAC de, no mínimo, 4,000 endereços;
- 3.31.4. Deverá possuir uma taxa de encaminhamento de pacotes de, no mínimo, 6 Mpps;
- 3.31.5. Deverá possuir função de transmissão PoE em longa distância de até, no mínimo, 300 m, possibilitando a instalação de dispositivos distantes sem a necessidade de repetidores ou fontes auxiliares;
- 3.31.6. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos de até 6 kV, garantindo maior robustez e confiabilidade;
- 3.31.7. Deverá possuir capacidade de comutação de, no mínimo, 8Gbps;
- 3.31.8. Deverá acompanhar todos os acessórios para instalação no rack.
- 3.32. **ITEM 26 - SERVIDOR VMS: PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO**
- 3.32.1. Deverá possuir sistema de alimentação com fonte redundante, com potência mínima de 500W cada, garantindo continuidade da operação em caso de falha de uma das fontes;
- 3.32.2. Deverá possuir placa-mãe de classe servidor, equipada com no mínimo 2 portas de rede Ethernet padrão 1GbE, chipset Intel, e suporte às tecnologias de gerenciamento remoto, segurança e estabilidade para operação 24x7;
- 3.32.3. Deverá possuir processador da linha Intel Xeon E-2324G, com no mínimo 4 núcleos físicos, 4 threads, frequência base de 3.1 GHz, cache de 8 MB e TDP de 65W, oferecendo alta performance e eficiência energética para aplicações de videomonitoramento e gestão centralizada;
- 3.32.4. Deverá possuir no mínimo 32 GB de memória RAM, garantindo integridade dos dados e operação estável em ambientes críticos;
- 3.32.5. Deverá possuir no mínimo 1 unidade de disco rígido (HDD) com capacidade mínima de 2 TB, interface SATA, formato 3,5", tecnologia otimizada para aplicações de videomonitoramento, operação 24x7, e alta durabilidade para gravações contínuas;
- 3.32.6. Deverá possuir no mínimo 1 unidade de disco sólido (SSD) com capacidade mínima de 480 GB, interface SATA, destinado ao sistema operacional e aplicações, proporcionando maior velocidade de inicialização e carregamento do sistema VMS;
- 3.32.7. Deverá ser projetado para operação contínua, 24 horas por dia, 7 dias por semana, em aplicações críticas de videomonitoramento e controle de acesso;
- 3.32.8. Deverá acompanhar todos os acessórios para instalação no rack.
- 3.33. **ITEM 27 - RACK DE PISO: PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO**
- 3.33.1. Deverá possuir estrutura fabricada em aço, com porta em acrílico e fecho com chave, garantindo resistência mecânica e robustez na fixação dos equipamentos;
- 3.33.2. Deverá possuir capacidade de instalação segura dos equipamentos de rede e demais equipamentos;
- 3.33.3. Deverá possuir padrão de montagem de, ao menos, 19 polegadas, com capacidade de 24U e profundidade total de, no mínimo, 870 mm, proporcionando espaço adequado para organização dos equipamentos a serem fixados;
- 3.33.4. Deverá possuir acabamento em pintura eletrostática epóxi pó microtexturizado, oferecendo resistência contra corrosão;
- 3.33.5. Deverá possuir fechamento lateral com venezianas para auxiliar na circulação do ar, contribuindo para o controle térmico interno do rack;
- 3.33.6. Deverá vir acompanhado de protetor eletrônico com 8 tomadas, compatíveis com dimensões de rack de 19 polegadas, sendo um elemento adicional para garantir a proteção da solução.
- 3.34. **ITEM 28 - SWITCH: PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO**
- 3.34.1. Deverá possuir 24 portas 100 Mbps com suporte PoE e 1 porta RJ45 1000 Mbps para uplink, permitindo conexão e alimentação simultânea dos dispositivos necessários;
- 3.34.2. Deverá atender aos padrões de alimentação PoE IEEE 802.3af e IEEE 802.3at, com fornecimento de potência de no mínimo 30 W por porta;
- 3.34.3. Deverá possuir tabela de endereçamento MAC de, no mínimo, 4,000 endereços;
- 3.34.4. Deverá possuir uma taxa de encaminhamento de pacotes de, no mínimo, 6 Mpps;
- 3.34.5. Deverá possuir função de transmissão PoE em longa distância de até, no mínimo, 300 m, possibilitando a instalação de dispositivos distantes sem a necessidade de repetidores ou fontes auxiliares;
- 3.34.6. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos de até 6 kV, garantindo maior robustez e confiabilidade;
- 3.34.7. Deverá possuir capacidade de comutação de, no mínimo, 8Gbps;

- 3.34.8. Deverá ser acompanhado de um nobreak com potência nominal mínima de 1440 VA, com tecnologia bivolt automático, oferecendo proteção adicional contra quedas de energia e surtos elétricos;
- 3.34.9. Deverá possuir, no mínimo, 6 tomadas de saída no padrão NBR 14136, permitindo a conexão simultânea dos equipamentos instalados no rack;
- 3.34.10. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, subtensão e sobretensão, oferecendo segurança aos equipamentos conectados;
- 3.34.11. Deverá acompanhar todos os acessórios para instalação no rack.
- 3.35. **ITEM 29 - GRAVADOR: PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO**
- 3.35.1. Deverá possuir capacidade para conexão de no mínimo 32 canais de câmeras IP simultâneas;
- 3.35.2. Deverá ser compatível com os padrões de compressão de vídeo H.265+, H.265 e H.264, proporcionando otimização de armazenamento e transmissão de vídeo;
- 3.35.3. Deverá possuir no mínimo 2 interfaces SATA para conexão de discos rígidos, suportando discos de até 16 TB;
- 3.35.4. Deverá possuir no mínimo uma saída HDMI com resolução de até 4K (3840×2160), e uma saída VGA com resolução de até 1920×1080, permitindo saídas de vídeo independentes HDMI e VGA;
- 3.35.5. Deverá possuir interface de rede Ethernet RJ-45 de 10/100/1000 Mbps, para garantir a robustez e a estabilidade da conexão;
- 3.35.6. Deverá possuir suporte à reprodução síncrona de no mínimo 16 canais simultaneamente;
- 3.35.7. Deverá possuir compatibilidade com áudio bidirecional, contendo uma entrada e uma saída de áudio RCA;
- 3.35.8. Deverá ser capaz de detectar faces no mínimo 8 canais;
- 3.35.9. Deverá possuir comparação de face nos 32 canais, quando usado com as câmeras com captura embarcada;
- 3.35.10. Deverá possuir homologação junto a ONVIF (<https://www.onvif.org/conformant-products/>);
- 3.35.11. Deverá ser compatível com os protocolos TCP, DHCP, SNMP, RTSP, DNS, SMTP, HTTP e HTTPS;
- 3.35.12. Deverá operar em uma faixa de temperatura de -10 °C a 55 °C, garantindo desempenho confiável em condições climáticas adversas;
- 3.35.13. Deverá possuir recursos de análise de vídeo para proteção perimetral em no mínimo 12 canais;
- 3.35.14. Deverá vir acompanhado de 1 HD SATA, específico para sistemas de videomonitoramento (24/7), de 8TB;
- 3.35.15. Deverá possuir, no mínimo, uma porta RS-232.
- 3.36. **ITEM 30 - SOFTWARE VMS: SOFTWARE GERENCIADOR DA SOLUÇÃO**
- 3.36.1. Deverá ser compatível e capaz de gerenciar, configurar e monitorar os dispositivos deste projeto, como as câmeras, servidores de processamento de analíticos, servidores de armazenamento e dispositivos de operação.
- 3.36.2. Detecção automática de modelo de câmera e dispositivos: deve suportar diversos modelos de câmeras IP, utilizando métodos plug & play, broadcast e varredura por faixa de IP.
- 3.36.3. Deve permitir a configuração de gravação contínua ou ativada por movimento, evento ou agendamento.
- 3.36.4. Deve suportar multi-streaming, que otimiza a banda usando novos métodos de compressão H.264 e H.265.
- 3.36.5. Deve ser capaz de armazenar conteúdo em vídeo, imagens e metadados em diferentes topologias e arquitetura de armazenamento.
- 3.36.6. Deve possuir API/SDK aberta, suportando integração com hardware e aplicativos de terceiros.
- 3.36.7. Integração nativa de todos os dispositivos compatíveis Onvif, Onvif Profile S e RTSP.
- 3.36.8. Instalação em Windows 64 bits. As licenças deverão ser fornecidas pela proponente como parte da solução.
- 3.36.9. Deve permitir exibição do alerta gerado pelos dispositivos, através do processamento dos metadados, mostrando os quadros (overlay) nos formatos e cores gerados pelos dispositivos, através do dispositivo integrado via Onvif ou nativamente
- 3.36.10. Deve possuir solução de gestão de vídeo wall integrada.
- 3.36.11. O software de administração deve oferecer um acesso único e consolidado para configuração dos servidores de gravação, mesmo em instalações clusterizadas.
- 3.36.12. Deve possuir assistentes de configuração para guiar o usuário por processo de adição de câmeras, a configuração de vídeo e gravação e configuração de usuários.
- 3.36.13. Deve possuir opção de configuração em massa, permitindo alterar as configurações em vários dispositivos ao mesmo tempo com poucos cliques, independentemente de estarem no mesmo site ou remotos.
- 3.36.14. Deve possuir exportação/importação de dados de configuração do sistema e de usuários.
- 3.36.15. Deve possuir sistema automático de pontos de restauração, que permite a reversão fácil de pontos de configuração previamente definidos, permitindo o cancelamento de mudanças de configuração indesejadas e a restauração de configurações anteriores válidas. Deve ainda permitir o agendamento para geração autônoma destes pontos de restauração.
- 3.36.16. Deve permitir a personalização da interface de administração de acordo com os direitos de cada usuário, concedendo permissões, restringindo funções e ocultando/desabilitando partes da interface para evitar o acesso indevido a ações restritas.
- 3.36.17. Deve suportar a exibição de Janelas/Layouts contendo até 8x8 câmeras, Hot spot, Matriz, Sequencial, imagens estáticas e ativas, vídeos ao vivo ou gravados, mapas, distribuídos em todos os monitores do computador.
- 3.36.18. Deve possuir controle manual, presets, patrulhamento ou esquemas múltiplos (patterns), controle por joystick e teclado/mouse.
- 3.36.19. Deve permitir áudio ao vivo/gravado com reprodução instantânea no PC cliente, transmitindo voz pelo microfone a alto-falantes remotos ou saídas de áudio das câmeras.
- 3.36.20. Deve permitir gravação de áudio sincronizada a qualquer canal de vídeo.
- 3.36.21. Deve permitir a gravação manual na estação de monitoramento local, essa função deve ser baseada em privilégios de acesso definidos pelo administrador.

- 3.36.22. Deve possuir a geração de evidência através de quadros comentados (storyboard) permitindo maior detalhamento de trechos de vídeo e alarmes exportados.
- 3.36.23. Deve permitir o backup de evidência em formatos JPEG, AVI e formatos de dados nativos com software visualizador stand-alone, criptografia, registros, notas de usuários e impressão de relatórios.
- 3.36.24. Deve permitir a integração de autenticação a plataforma com contas de usuário do Microsoft Active Directory e nativos;
- 3.36.25. Deve suportar auditoria de usuários, registrando ações do usuário: comandos de operação do usuário por tempo, localizações, câmeras e operação do sistema.
- 3.36.26. Deve notificar os usuários por som, popup ou e-mail em caso de detecção de evento.
- 3.36.27. Em eventos predefinidos, comandos são enviados automaticamente para exibir vídeo ao vivo em computadores remotos e videowall.
- 3.36.28. Deve possuir recuperação configurável de trechos de vídeo perdidos diretamente da câmera que possui a função de gravação local (seja através de cartão de memória removível ou memória fixa embutida na câmera) para o dispositivo de armazenamento configurado.
- 3.36.29. Deve permitir a configuração de redundância da gravação de vídeo, permitindo que em caso de falha na gravação dos vídeos, outro assuma, sem a adição de licença para essa função, podendo ser em um (ou vários) storage exclusivos para essa função, possibilitando ainda a sincronização do período armazenado no storage spare após a recuperação do storage de produção.
- 3.36.30. Deve possuir recurso de navegar na linha de tempo de atividade, possibilitando ampliar ou reduzir a faixa de tempo necessária para dar início a busca por vídeos gravados.
- 3.36.31. Deve permitir pesquisa instantânea em gravações com base na data/hora e atividade/alarme.
- 3.36.32. Deve possuir pesquisa inteligente, detecção de movimento acima do vídeo gravado, devendo poder utilizar os metadados de eventos gerados como ferramenta de busca de imagens.
- 3.36.33. Provas podem ser geradas com relatório impresso, imagem JPEG, AVI ou formato proprietário (com visualizador incluso) ou ainda exportar vídeo em formato padrão de mercado.
- 3.36.34. Deve possuir acesso remoto para software de visualização e aplicativo para visualização em web browsers, com opção de conexão segura no acesso à câmera (HTTPS).
- 3.36.35. Deve possuir arquitetura cliente servidor, onde diversos clientes podem acessar os recursos disponibilizados na instância do servidor.
- 3.36.36. Deve possuir aplicativos gratuitos para dispositivos mobile (IOS, Android), com as seguintes funções:
- 3.36.36.1. Deve permitir a visualização de múltiplas imagens simultaneamente.
- 3.36.36.2. Deve permitir a busca e reprodução de vídeo gravado.
- 3.36.36.3. Deve permitir toque na tela do dispositivo para zoom digital e diferentes modos de visualização da imagem.
- 3.36.36.4. Deve possuir controle das funcionalidades PTZ das câmeras.
- 3.36.36.5. Deve salvar ou compartilhar uma foto do vídeo exibido ao vivo.
- 3.36.37. O software deverá ser fornecido com todas as licenças necessárias para operação do sistema.
- 3.36.38. O sistema deve possuir dashboard gráfico que seja possível verificar a saúde do sistema.
- 3.36.39. O sistema deve suportar múltiplos monitores físicos por estação de trabalho.
- 3.36.40. O sistema deve suportar um módulo de mapa multicamada embutido.
- 3.36.41. Deve suportar formatos padrão de arquivos gráficos nos mapas.
- 3.36.42. Deve possuir módulo de gis mapa interativo embutido, que permite o posicionamento georreferenciado das câmeras e dispositivos no mapa. Deve ainda permitir que os elementos que representam as câmeras plotados no mapa representem seu estado em tempo real.
- 3.36.43. O sistema deve permitir a configuração de alertas e alarmes utilizando como fontes quaisquer dispositivos inseridos no sistema, possibilitando a configuração de alarmes correlacionados.
- 3.36.44. Deve permitir configurar a nível de alarme qual será a reação daquela ação, permitindo especificar a nível de grupos e usuários que receberão aquele alarme.
- 3.36.45. Deve permitir que um usuário possa encaminhar um alarme recebido para outro usuário realizar o tratamento.
- 3.36.46. Deve permitir a configuração de autenticação em dois níveis para execução de algumas ações no sistema, por exemplo, quando um operador solicita a exportação de um vídeo gravado, será solicitada a autenticação de seu supervisor para completar a ação.
- 3.36.47. No módulo de reconhecimento facial a plataforma deve:
- 3.36.47.1. Integrar plenamente a Solução de Processamento de Analíticos de Aprendizagem Profunda, bem como as câmeras dos pontos de captura.
- 3.36.47.2. Deve permitir a busca por faces capturadas pelo sistema através de seus atributos. Especificando as câmeras, data, horário da pesquisa e os atributos desejados o sistema deve listar todas as faces que atendem esses critérios.
- 3.36.47.3. Deve permitir a busca de faces através do upload de uma imagem de face, ou seja, a partir de uma imagem de face de referência buscar em todas as faces capturadas pelas câmeras, não importando se foram alarmadas, pelo período de retenção de faces no sistema.
- 3.36.47.4. Deve permitir a partir da lista de resultados da pesquisa acessar os detalhes daquela captura, exibindo a imagem da captura em tamanho ampliado, bem como a reprodução do vídeo do momento em que a captura aconteceu.
- 3.36.47.5. Deve permitir a exportar as informações relacionadas a essa captura, imagem e vídeo.
- 3.36.47.6. Deve permitir a configuração de detecção de faces recorrentes, através da especificação da quantidade limite de recorrência de uma face em uma mesma câmera dentro do período de tempo especificado. Ou seja, se uma face passa diversas vezes em uma mesma câmera, que excede o limite de recorrência estabelecido, dentro do período de tempo configurado, um alarme é gerado no sistema.
- 3.36.47.7. Deve gerar um alerta para faces reconhecidas na biblioteca de faces do sistema.
- 3.36.47.8. Deve permitir criar alertas baseados nos atributos extraídos das capturas, sendo possível especificar qual a fonte da captura, dias, horários e atributos para o acionamento deste alerta.

- 3.36.47.9. O sistema deve ser ofertado com todas as licenças necessárias para o pleno funcionamento das funcionalidades e das câmeras com estas funções.
- 3.36.48. No módulo de reconhecimento corporal a plataforma deve:
- 3.36.48.1. Integrar plenamente a Solução de Processamento de Analíticos de Aprendizagem Profunda, bem como as câmeras dos pontos de captura.
- 3.36.48.2. Deve permitir a busca por corpos capturados pelo sistema através de seus atributos. Especificando as câmeras, data, horário da pesquisa e os atributos desejados, o sistema deve listar todos os corpos que atendem esses critérios.
- 3.36.48.3. Deve permitir a busca de corpos humanos através do upload de uma imagem de corpo humano, ou seja, a partir de uma imagem corporal de referência, buscar em todos os corpos capturadas pelas câmeras, pelo período de retenção de faces no sistema.
- 3.36.48.4. Deve permitir a partir da lista de resultados da pesquisa acessar os detalhes daquela captura, exibindo a imagem da captura em tamanho ampliado, bem como a reprodução do vídeo do momento em que a captura aconteceu.
- 3.36.48.5. Deve permitir a exportar as informações relacionadas a essa captura, imagem e vídeo.
- 3.36.48.6. Deve permitir criar alertas baseados nos atributos extraídos das capturas, sendo possível especificar qual a fonte da captura, dias, horários e atributos para o acionamento deste alerta.
- 3.36.48.7. O sistema deve ser ofertado com todas as licenças necessárias para o pleno funcionamento das funcionalidades e das câmeras com estas funções.
- 3.36.49. No módulo de reconhecimento veicular a plataforma deve:
- 3.36.49.1. Integrar plenamente a Solução de Processamento de Analíticos de Aprendizagem Profunda, bem como as câmeras dos pontos de captura.
- 3.36.49.2. Deve permitir a busca por veículos capturados pelo sistema através de seus atributos. Especificando as câmeras, data, horário da pesquisa e os atributos desejados, o sistema deve listar os veículos que atendem esses critérios.
- 3.36.49.3. Deve permitir a busca de veículos através do upload de uma imagem de um veículo, ou seja, a partir de uma imagem veicular de referência buscar em todas os veículos capturadas pelas câmeras, não importando se foram alarmadas, pelo período de retenção de faces no sistema.
- 3.36.49.4. Deve permitir a partir da lista de resultados da pesquisa acessar os detalhes daquela captura, exibindo a imagem da captura em tamanho ampliado, bem como a reprodução do vídeo do momento em que a captura aconteceu.
- 3.36.49.5. Deve permitir a exportar as informações relacionadas a essa captura, imagem e vídeo.
- 3.36.49.6. Deve gerar um alerta para placas veiculares cadastradas na biblioteca de placas do sistema.
- 3.36.49.7. Deve permitir a integração com bases governamentais de leituras de placas como Cortex, SPIA, Detecta.
- 3.36.49.8. Deve permitir criar alertas baseados nos atributos extraídos das capturas, sendo possível especificar qual a fonte da captura, dias, horários e atributos para o acionamento deste alerta.
- 3.36.49.9. Deve possuir modulo integrado de estacionamento;
- 3.36.49.10. Deve permitir a visualização em tempo real de entrada e saída de veículos;
- 3.36.49.11. Deve permitir a configuração de quantidade de vagas de estacionamento;
- 3.36.49.12. Deve permitir a criação de relatórios baseado no fluxo de veículos diário, por entrada/saída e mensal;
- 3.36.49.13. Deve possuir dashboard de visualização para vagas ocupadas ou total de veículos atualmente estacionado;
- 3.36.49.14. O sistema deve ser ofertado com todas as licenças necessárias para o pleno funcionamento das funcionalidades e das câmeras com estas funções.
- 3.36.50. Sistema de Segurança para Controle de Acesso
- 3.36.51. As especificações descritas neste documento devem ser entendidas como mínimas para atendimento dos requisitos do sistema de Controle de Acesso;
- 3.36.52. Com objetivo de aumentar a isonomia no processo de concorrência, as proponentes devem interpretar que as expressões "sistema" e "SCA", as quais são bastante mencionadas nos requisitos que seguem, diz respeito a um software específico ou conjunto de aplicações que, quando unidas, sejam capazes de atender de maneira plena, todas as exigências descritas.
- 3.36.53. Buscando minimizar possíveis problemas de integração entre sistema, é preferível que os participantes usem uma plataforma única capaz de atender a todos os requisitos.
- 3.36.54. Entretanto, não haverá oposição, caso diversos softwares sejam aplicados para esta finalidade, haja visto que alguns requisitos possuem particularidades específicas que poderão demandar o uso de múltiplas ferramentas;
- 3.36.55. Caso a proponente opte por utilizar múltiplos sistemas, ficará sob sua responsabilidade a garantia de pleno funcionamento e integração entre as ferramentas, bem como eventuais desenvolvimentos, customizações e adequações, bem como todo e qualquer custo inerente aos serviços de desenvolvimento e eventuais licenças para conexão entre estes softwares.
- 3.36.56. O SCA deverá ser flexível e escalável, permitindo expandir o sistema através de licenças adicionais.
- 3.36.57. Todas as comunicações entre diferentes componentes dos sistemas deverão ser criptografadas.
- 3.36.58. O SCA deverá ter uma única interface de usuário para lidar com os sistemas de controle de acesso.
- 3.36.59. Deverá permitir a utilização de janelas de forma flexíveis e adaptativas ao contexto facilitando o monitoramento de grandes sistemas multi-site.
- 3.36.60. Todas as comunicações cliente-servidor e controlador-servidor devem ser configuradas para usarem criptografia.
- 3.36.61. O sistema deve ter protocolos HTTPS/SSL.
- 3.36.62. O sistema deve permitir a utilização de módulos de failover e hot-standby a fim de garantir a disponibilidade do sistema;
- 3.36.63. O SCA deverá ter menu principal que fica fixo na parte superior do operador. Esse menu deverá apresentar um link da página inicial, além de outras opções.

- 3.36.64. No menu principal deverá haver um painel adicional que fornece uma opção de pesquisa, status de alarme, uma contagem de controladores off-line e on-line e acesso ao perfil do usuário;
- 3.36.65. O sistema deverá ter painel para tarefas rápidas, onde ficam localizados atalhos para os recursos mais usados, como adicionar uma nova credencial e alterar a senha de um usuário.
- 3.36.66. Deve fornecer um método alternativo de navegação para os recursos no menu principal.
- 3.36.67. As opções podem ser exibidas como uma lista de áreas de funcionalidade e recursos individuais ou como uma série de blocos gráficos.
- 3.36.68. Deve disponibilizar status de todos os controladores conectados e alarmes que não foram acionados e aqueles atribuídos a um usuário.
- 3.36.69. Deve ter painéis personalizáveis, que permite a exibição de gráficos de pizza, mapas e outros widgets;
- 3.36.70. O SCA deve permitir que os indivíduos entrem nas áreas de uma instalação usando cartões de passagem, key fobs, teclados numéricos e leitores biométricos, ou combinações dos mesmos.
- 3.36.71. A capacidade de um indivíduo de acessar um ou mais pontos de acesso em um determinado horário do dia deve ser definida por suas credenciais e pelo anexo dessas credenciais, a capacidade de um indivíduo de acessar um ou mais pontos de acesso em um determinado um ou mais grupos de acesso.
- 3.36.72. Um grupo de acesso consiste em uma ou mais portas ou outros pontos de acesso e os planejamentos relacionados que definem os dias e horários em que esses pontos de entrada podem ser usados.
- 3.36.73. As agendas devem poder ser definidas por dia da semana e hora do dia, além disso, deve ser possível anexar agendas a qualquer Ponto de Acesso dentro de um Grupo de Acesso;
- 3.36.74. Feriados devem poder ser adicionados como exceções à programação normal.
- 3.36.75. Vários feriados podem ser adicionados a um Grupo de Feriados e depois anexados a uma Agenda para substituir a agenda normal.
- 3.36.76. Deve ser possível trabalhar com grupos de acesso, consistindo em um ou mais pontos de acesso e seus planejamentos associados.
- 3.36.77. Os perfis de usuário devem ser criados e as credenciais atribuídas a esses usuários.
- 3.36.78. Os indivíduos devem ser atribuídos aos grupos de acesso;
- 3.36.79. O SCA deverá permitir um cadastro de pelo menos 50.000 (cinquenta mil) usuários do controle de acesso, onde, cada usuário deverá possuir vários atributos, incluindo informações de identificação, informações de credenciais, uma ou mais imagens, notas e associações ao Grupo de Acesso.
- 3.36.80. O Sistema deverá permitir realizar o gerenciamento de credenciais de usuários;
- 3.36.81. Deverá permitir a edição de uma credencial existente;
- 3.36.82. Deverá permitir desativar ou reativar uma credencial;
- 3.36.83. O Sistema deverá permitir o gerenciamento de fotos dos usuários;
- 3.36.84. O sistema deverá permitir registros de usuários, onde os mesmos poderão ter notas associadas a eles. Deverá poder ter várias anotações anexadas a um único registro do usuário;
- 3.36.85. O SCA deverá trabalhar com grupos de acesso, esses grupos determinam quando um usuário ou grupo de usuários podem acessar o recurso em uma determinada hora do dia.
- 3.36.86. Um grupo de acesso consiste em uma lista de portas e planejamentos associados.
- 3.36.87. O sistema deverá permitir trabalhar com agendas e feriados.
- 3.36.88. As agendas deverão ser aplicadas a pontos de acesso individuais para criar níveis de acesso quando vinculados aos Grupos de Acesso do usuário;
- 3.36.89. As agendas também deverão poder ser vinculadas aos pontos de acesso para gerenciar quando as portas são destrancadas;
- 3.36.90. Deverá permitir que os agendamentos sejam usados em conjunto com as substituições do Grupo de feriados, para fornecer total flexibilidade no controle de quem obtém acesso às instalações e nos dias e horários em que eles têm permissão para acessar;
- 3.36.91. Feriados públicos devem poder ser incorporados às agendas do sistema. Feriados individuais devem poder ser criados e atribuídos a grupos de feriados.
- 3.36.92. O SCA deverá fornecer um visualizador de eventos que permita aos usuários monitorar eventos do sistema em tempo real ou capturar um instantâneo dos eventos do sistema para análises posteriores.
- 3.36.93. Os eventos devem abranger qualquer interação entre detentores de credenciais e o sistema de controle de acesso, alterações no status dos dispositivos de acesso, localmente no dispositivo ou por meio de ações realizadas pelo software, além de quaisquer alarmes.
- 3.36.94. O visualizador de eventos deve exibir eventos relacionados ao software, como logins de usuário e falhas de logon e alterações nos perfis de usuário.
- 3.36.95. Os eventos exibidos devem poder ser filtrados por qualquer combinação de tipo de evento, usuário, controlador, ponto de acesso, entrada, saída ou site.
- 3.36.96. O usuário deverá poder tirar uma captura instantânea de todos os eventos do sistema durante um período especificado.
- 3.36.97. Esse instantâneo deve poder ser filtrado por vários critérios e poder ser visualizado através da interface exportada para um arquivo CSV ou como um arquivo PDF;
- 3.36.98. O instantâneo deverá poder ser filtrado para incluir apenas eventos úteis para o usuário, por qualquer combinação de intervalo de data / hora, tipo de evento, usuário, controlador, ponto de acesso, entrada, saída ou site;
- 3.36.99. O SCA deve permitir que usuários monitorem os dispositivos em mapas ou plantas baixas;
- 3.36.100. Esses mapas devem poder ser imagens criadas sob medida, como layouts de escritórios ou plantas baixas, ou podem ser mapas geográficos interativos GISMAP como Google Maps ou OpenStreetMap;
- 3.36.101. O SCA deverá ter comandos automáticos para permitir automatizar várias tarefas do usuário e do sistema;
- 3.36.102. Os comandos automáticos podem ser usados para executar comandos de dispositivos, comandos de clientes, comandos de mensagens etc;

- 3.36.103. Os comandos devem poder ser executados com base em regras agendadas ou de eventos gatilhos, os gatilhos que permitem os comandos automáticos sejam executados, devem ser os seguintes:
- 3.36.103.1. Agendamento: o comando será executado no agendamento atribuído;
- 3.36.103.2. Evento: O comando será executado com base no evento que acontece no sistema;
- 3.36.104. Após um gatilho ser acionado o sistema deverá ser capaz de executar comandos automáticos no cliente da aplicação, nos dispositivos de controle de acesso, mensagens, comandos diversos, comandos em sistemas de CFTV integrado ou comandos de visitante;
- 3.36.105. O SCA deverá permitir trabalhar com áreas;
- 3.36.106. As áreas deverão poder ser utilizadas para controle de ocupação e rastreamento de pessoal;
- 3.36.107. O SCA deverá oferecer suporte ao monitoramento de alarmes através de áreas nas quais você pode monitorar alarmes de área gerados por sensores;
- 3.36.108. O SCA deve suportar dois tipos de áreas: global e baseada em dispositivo;
- 3.36.109. Áreas globais devem ser implementadas no servidor. Devem suportar controle de ocupação e um monitoramento simples de alarme;
- 3.36.110. Quaisquer entradas, pontos de acesso ou dispositivos adicionados a uma lista de alarme de área deverá colocar a área em um estado de alarme;
- 3.36.111. O sistema deverá permitir trabalhar com diversos tipos de credenciais, a saber: cartão, PIN, Impressão Digital, Identificação Facial, Passe de Entrada, Etiqueta de Veículo, Placa Veicular e QR Code;
- 3.36.112. O SCA deverá suportar tipos diferentes de formatos de cartão, incluindo padrão de 26 bits, 37 e 50 bits.
- 3.36.113. Deverá ter sistema de contagem de uso. A contagem de uso permite configurar o número de vezes que uma credencial pode ser usada. Depois que a contagem de uso for ultrapassada, o acesso será negado se a credencial for usada.
- 3.36.114. O SCA deverá permitir um cadastro de pelo menos 100.000 (cem mil) usuários visitantes ao controle de acesso, onde, cada visitante deverá possuir vários atributos, incluindo informações de identificação, informações de credenciais, uma ou mais imagens, notas e associações ao Grupo de Acesso.
- 3.36.115. O SCA deverá ser capaz de inserir os visitantes nos terminais de controle de acesso de maneira dinâmica e remover suas credenciais dos terminais quando o período de acesso determinado vencer.
- 3.36.116. O SCA deve ser capaz de resgatar o cadastro de um visitante inativo dentro do universo de capacidade mínima de 100.000 (cem mil) visitantes, quando esta capacidade for excedida deverá realizar a substituição dos dados dos visitantes inativos mais antigos.
- 3.36.117. A duração da ativação e a validade das credenciais devem poder ser configuradas. Quando uma data e hora são fornecidas nos campos mínimo e máximo para a ativação, a credencial deverá ficar ativa apenas por esse período e ficará inativa posteriormente.
- 3.36.118. O SCA deverá ter campo de isenção do Anti-passback para credenciais;
- 3.36.119. O Sistema deverá ter função de Desbloqueio estendido para credenciais;
- 3.36.120. Grupos de acesso devem poder ser usados para controlar o nível de acesso associado a uma credencial;
- 3.36.121. Se o acesso completo for selecionado em um modelo de credencial, ao adicionar uma credencial desse modelo, ele deverá ter acesso total em Grupos de Acesso.
- 3.36.122. Se a opção especificada for acesso selecionada e alguns grupos de acesso específicos estiverem selecionados, esses grupos de acesso selecionados deverão aparecer em Grupos de Acesso ao adicionar credenciais;
- 3.36.123. Os usuários do SCA deverão poder selecionar um dispositivo associado a uma credencial ao adicionar uma credencial desse modelo;
- 3.36.124. O SCA deverá permitir a criação de grupo de usuários, onde poderá haver um ou mais visitantes permanentes.
- 3.36.125. O SCA deverá ter sistema de Anti-Passback.
- 3.36.126. O sistema de Anti-passback deverá ser usado principalmente para impedir que os usuários passem suas credenciais para uma segunda pessoa ou mais, ou conseguir entrar novamente sem ter dado a sua saída em uma área controlada;
- 3.36.127. O recurso anti-passback deverá estabelecer uma sequência específica na qual os cartões de acesso devem ser usados para que o sistema conceda acesso.
- 3.36.128. O SCA deverá trabalhar com modelos predefinidos de mensagens e notificações;
- 3.36.129. Para o envio de mensagens o SCA deverá poder utilizar os seguintes protocolos: SMTP, HTTP e TCP;
- 3.36.130. Dependendo da capacidade e das funcionalidades de um dispositivo adicionado ao SCA, o usuário deverá poder personalizar suas configurações através das configurações de seus pontos de acesso.
- 3.36.131. O SCA deverá poder configurar os Inputs e Outputs dos pontos de acesso;
- 3.36.132. O SCA deverá suportar integração de vídeo com câmeras e Sistemas de Gerenciamento de Vídeo (VMS- Vídeo Management System);
- 3.36.133. As câmeras deverão poder ser adicionadas diretamente para visualização ao vivo ou importadas de um sistema de gerenciamento de vídeo para visualização e reprodução ao vivo.
- 3.36.134. O SCA deverá possuir um sistema de relatórios robusto.
- 3.36.135. Os relatórios deverão poder ser exportados para diferentes formatos, como PDF e Excel;
- 3.36.136. O SCA deverá ter relatório de auditoria. Os relatórios de auditoria devem listar atividades dos operadores do sistema. O relatório deverá mostrar a data de uma atividade, uma mensagem descritiva, o nome do usuário e o endereço IP do usuário. O relatório deverá permitir que o gerenciamento veja quais operadores se conectaram no sistema e executaram tarefas relacionadas ao software e ao sistema de controle de acesso;
- 3.36.137. O SCA deverá ter Relatórios de Entrada e Saída que contêm informações dos usuários que entram e saem da instalação;
- 3.36.138. Deverá possuir informações sobre os eventos em pontos de acesso, controladores e entradas;
- 3.36.139. O SCA deverá ter uma aplicação embarcada para criar ou formatar o modelo de crachá.
- 3.36.140. Este aplicativo deverá permitir a criação de modelos de cartão personalizado para os usuários.

- 3.36.141. O SCA deverá ter um editor de mapa nativo para criar ou formatar o editor de mapas. Esse editor deverá permitir a criação de mapas personalizados para os usuários.
- 3.36.142. Além do editor de mapas o SCA deverá permitir editar mapas GISMAP diretamente do Google Maps ou similar;
- 3.36.143. O sistema deverá ter função onde os usuários individuais do SCA possam ser adicionados a funções específicas da plataforma. Por exemplo: Administrador de Sistema ou Usuários;
- 3.36.144. O sistema deverá ter função para a criação de tarefas rápidas, como por exemplo selecionar relatório salvo;
- 3.36.145. O sistema deverá ter função de permissões de evento: As permissões de eventos devem poder ser usadas para definir permissões para os tipos de eventos disponíveis para os usuários. Os tipos de eventos para os quais as permissões devem poder ser definidas são minimamente: Controladores, Pontos de acesso, Entradas, Saídas, Áreas, Câmeras, Modelos de credenciais, Intercomunicadores, Tours de guarda, Auditorias e Visitantes;
- 3.36.146. O SCA deverá ter função de política de senha, onde possam ser criadas regras para as senhas dos usuários, incluindo exigir que a senha contenha letras e números, letras maiúsculas e minúsculas e símbolos, número de tentativas de login com falha e o tempo durante o qual um usuário será bloqueado. Além disso, o SCA deverá permitir determinar quanto tempo a senha levará para expirar;
- 3.36.147. O sistema deverá permitir a criação de guias personalizadas tanto para usuários como visitantes;
- 3.36.148. O SCA deverá ter Integração com o Active Directory, a integração do Active Directory deve oferecer a flexibilidade de importar registros de usuários com base nas unidades da organização e (ou) grupos de usuários. Além disso, deve permitir que o usuário atribua automaticamente grupos de acesso com base em grupos de usuários;
- 3.36.149. O sistema deverá ter Módulo de importação / exportação de dados;
- 3.36.150. O SCA deve possibilitar a integração com softwares de terceiros, contendo sua própria API de integração sem custos.
- 3.36.151. O Sistema também deve permitir integração com softwares de gestão de pessoas, seja controle de funcionários, visitantes, clientes, etc;
- 3.36.152. O SCA deve permitir comunicação unidirecional ou bidirecional, através de SDK ou I/O com os seguintes sistemas: Sistemas de alarme de incêndio, Sistemas de detecção de intrusão, Sistemas de vídeo, como DVR/NVR, centrais matriciais, decodificadores, dispositivos de armazenamento, câmeras IP e Sistemas de automação predial.
- 3.36.153. Deve conter função de Data Exchange e fornecer a opção de importar dados diretamente de outro banco de dados;

NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO

3.37. O Acordo de Nível de Serviço (SLA - Service Level Agreement) é um instrumento que define os níveis de qualidade e desempenho dos serviços a serem prestados pelo contratado. Este especifica métricas e indicadores que devem ser atendidos para garantir que o serviço entregue esteja de acordo com os requisitos estipulados pela contratante;

3.38. O principal objetivo do SLA é assegurar a excelência na prestação dos serviços, estabelecendo padrões de desempenho que promovam a eficiência, eficácia e a satisfação do contratante. O SLA também possibilita a mensuração e o monitoramento contínuo do serviço prestado, bem como a aplicação de medidas preventivas e corretivas em caso de não conformidade;

3.39. Da Manutenção Preventiva

3.39.1. A manutenção preventiva são serviços voltados à prevenção de ocorrências de defeitos nos subsistemas, equipamentos, instalações e acessórios descritos neste documento, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com manuais e normas técnicas específicas, sem ônus adicional. Todos os custos para a execução do serviço de manutenção preventiva, incluindo peças, serviços, mão de obra, equipamentos, EPI, fluídos, deslocamentos e outros inerentes ao objeto, deverão ser considerados no custo da contratação;

3.39.2. Neste sentido, entende-se por Manutenção Preventiva as atividades técnicas e administrativas, com serviços planejados, que previnam a ocorrência corretiva, que inclua desmontagem dos equipamentos para limpeza interna e externa, com substituição de peças ou remoção dos agentes nocivos de qualquer natureza existente no complexo mecânico elétrico, eletromecânico, tubulações, e controles eletrônicos, bem como substituição e/ou lubrificação de todos os pontos móveis dos complexos mecânicos, com óleo e ou graxa próprios, de modo a minimizar desgastes dos eixos, engrenagens, polias, correias, rolamentos, contatos elétricos e outros componentes.

3.40. Da Manutenção Corretiva

3.40.1. A manutenção corretiva objetiva o restabelecimento da Solução de Infraestrutura Tecnológica do Sistema de Controle de acesso como um todo e seus subsistemas às condições ideais de funcionamento, mediante a execução de ajustes mecânicos/eletrônicos e/ou substituição de peças desgastadas ou defeituosas. Trata-se, portanto, da correção dos danos atuais e não dos iminentes.

3.40.2. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser prestados em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias por semana, pelo prazo previsto nesta contratação, ou sempre que demandado pela CONTRATANTE, via Ordem de Serviço (O.S).

3.40.3. A manutenção corretiva também se dará quando identificado o problema por meio da própria equipe de técnicos no momento em que estiverem realizando a manutenção preventiva, quando se tratar de item crítico que possa causar paralisação/indisponibilidade dos serviços, a ser justificada posteriormente por meio de relatório técnico, bem como em razão da criticidade e do bom andamento das operações a que o sistema se destina, garantindo sempre a integridade dos equipamentos, informações e disponibilidade dos serviços, devendo ser documentado e comunicado à CONTRATANTE em até 24 horas do fato ocorrido.

3.41. Dos indicadores e prazos

3.41.1. Seguem abaixo as tabelas com os indicadores, metas e parâmetros estabelecidos para o monitoramento e avaliação do desempenho dos serviços prestados, conforme estipulado neste documento.

INDICADOR	PRAZO
Prazo de Instalação estimado	90 dias corridos
Manutenção Preventiva	Semestralmente
Manutenção Corretiva	De acordo com a <u>Tabela de resposta e tempo de solução das ocorrências</u>
Vigência contratual	60 meses

Tabela de resposta e tempo de solução das ocorrências – Acordo de Nível Mínimo de Serviço.			
Severidade	Caracterização do Incidente	Prazos	Avisos e penalizações em caso de atraso
Crítico	Representa um incidente crítico que possa tornar inoperante qualquer serviço essencial à manutenção da atividade finalística.	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: - 04 horas para início do atendimento presencial; - 24 horas para solução de contorno do incidente - Descrição e previsão de solução definitiva em 72 horas .	Atraso no início do atendimento presencial: - Advertência por escrito. Atraso na solução de contorno ou definitiva: - Advertência por escrito.
Urgente	Representa um incidente que está causando ou irá causar uma degradação do ambiente operacional. Apesar da degradação, continuam em operação os serviços essenciais para a manutenção da atividade finalística.	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: - 06 horas para início do atendimento presencial; - 48 horas para solução de contorno do incidente. - Apresentação de relatório do incidente com descrição e previsão de solução definitiva em 03 dias .	Atraso no início do Atendimento presencial: - Advertência por escrito. Atraso na solução de contorno ou definitiva: - Advertência por escrito.
Rotina	Representam falhas mínimas que não estão afetando o desempenho, serviço ou operação ou ainda a função afetada só é usada eventualmente ou temporariamente.	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: - 24 horas para início do atendimento presencial; - 72 horas para solução de contorno do incidente; - Apresentação de relatório do incidente com descrição e previsão de solução definitiva em 05 dias .	Atraso no início do Atendimento presencial: - Advertência por escrito. Atraso na solução de contorno ou definitiva: - Advertência por escrito.

TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

3.42. A contratada deverá fornecer treinamento de operação da solução de monitoramento do objeto da contratação, sempre que necessário, em local sugerido pela contratante, de duração mínima de 8h, com capacidade de até 10 pessoas em uma única turma;

3.43. A contratada deverá designar funcionários certificados no fabricante da solução para ministrar o treinamento;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

4.1. Com o objetivo de assegurar a plena interoperabilidade entre os componentes da solução, a continuidade operacional e a qualidade de serviço prestado, os equipamentos e sistemas ofertados como: Câmeras IP (fixas, LPR e de perímetro), Terminais de reconhecimento facial, Catracas tipo Swing Gate, Gravadores (Network Video Recorders), Controladores de acesso e leitores de credenciais e Sistema gerenciador unificado (Video Management System – VMS), **deverão ser do mesmo fabricante.**

4.1.1. Essa padronização visa garantir a compatibilidade nativa entre os dispositivos de vídeo, controle de acesso e leitura de placas, evitando o uso de integrações de terceiros, gateways intermediários ou protocolos abertos que possam comprometer a estabilidade e a segurança da solução.

4.2. O VMS e os controladores de acesso deverão pertencer ao mesmo ecossistema de produtos e ecossistema de software do fabricante dos equipamentos, de modo que toda a comunicação entre dispositivos ocorra de forma nativa, sem necessidade de licenças adicionais de integração.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

4.3. Para o adequado dimensionamento da proposta de preços, a contratada deverá considerar a necessidade de infraestrutura mínima de cabeamento estruturado em UTP categoria 5e ou superior, em quantidade equivalente a 30 (trinta) metros por ponto, destinada à conexão de câmeras de videomonitoramento e dispositivos de controle de acesso.

4.4. Cada ponto de infraestrutura, deve considerar eletroduto, abraçadeiras, junções, conexões, derivações, curvas, condutores etc., mantendo a infraestrutura no padrão orientado pela norma ABNT NBR 14565:2019, ABNT NBR 16415:2015 e ABNT NBR 5410:2004.

4.5. O quantitativo de 30 (trinta) metros por ponto corresponde a uma referência mínima para fins de orçamento, devendo eventuais variações ser absorvidas pela contratada dentro da composição de preços apresentada.

4.6. Todos os cabos utilizados deverão ser novos, de primeira qualidade, atender às normas técnicas vigentes e estar devidamente identificados e organizados em conformidade com as boas práticas de infraestrutura de redes.

REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

4.7. O serviço deverá incluir todos os componentes de hardware, software e infraestrutura da solução contratada, obedecendo aos padrões técnicos e de segurança, definidos pela Administração.

4.8. A contratada será responsável por prover, instalar e testar a infraestrutura de cabeamento, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos conectados e sua conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos.

4.9. Todos os dispositivos deverão ter seus licenciamentos no software VMS para gestão e criação de relatórios, além disso, dashboards para total funcionamento da solução, sendo responsabilidade da contratada o fornecimento dessas licenças.

4.9.1. O Software VMS deverá prover licenciamento necessário para gerenciar e operar todo o sistema de controle de acesso de funcionários e visitantes da unidade;

4.9.2. O Software VMS deverá prover licenciamento necessário para gerenciar e operar todo o sistema de leitura de placas;

4.9.3. O Software VMS deverá prover licenciamento necessário para gerenciar e operar todo o sistema de videomonitoramento proposto por esse documento.

REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

4.10. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

4.11. A Contratada deverá manter sigilo sobre quaisquer dados, informações ou documentos, do Contratante, de que venha a ter conhecimento ou que lhe venham a ser confiados, não podendo sob qualquer pretexto, divulgá-los, revelá-los ou reproduzi-los, sob as penas da lei.

4.12. A Contratada deverá manter no mais estrito sigilo toda documentação de natureza técnica e administrativa, gerada em função da execução do contrato, não copiando, não usando em seu próprio benefício, nem revelando ou mostrando a terceiros, nem publicando tais informações, no território brasileiro ou no exterior.

SUSTENTABILIDADE

4.14. Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade inseridos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.15. Considerar a utilização de materiais e produtos que sejam ambientalmente sustentáveis, priorizando aqueles com menor impacto ambiental em sua produção, uso e descarte.

4.16. Promover a gestão adequada de resíduos gerados na execução dos serviços, com destinação correta e, se aplicável, separação para reciclagem;

SUBCONTRATAÇÃO

4.17. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual**, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

4.17.1. **Justificativa:** Esta restrição visa resguardar o princípio da execução pessoal, garantindo que a responsabilidade pela prestação dos serviços seja direta, integral e intransferível da Contratada. A manutenção da responsabilidade exclusiva permite à Administração exercer um controle mais efetivo e centralizado sobre a qualidade da execução, o cumprimento de prazos e a aderência estrita aos padrões técnicos exigidos. Adicionalmente, considerando a natureza sensível e estratégica deste objeto (fornecimento e implementação de sistemas de controle de acesso e videomonitoramento), a não subcontratação é crucial para mitigar riscos de segurança da informação e confidencialidade. Impede-se, assim, a dispersão da responsabilidade, o acesso de terceiros não avaliados a informações e instalações estratégicas, e assegura-se a segurança jurídica e operacional do contrato, em plena consonância com o interesse público.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.18. **Será exigida a garantia da contratação**, nos termos do arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.19. A garantia terá validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

4.19.1. **Justificativa:** Dada a natureza do objeto contratado, que envolve riscos operacionais, complexidade técnica e possível impacto à continuidade das atividades institucionais da Polícia Civil, faz-se necessária a exigência de garantia contratual como forma de mitigar riscos de inadimplemento, assegurar o cumprimento das obrigações pactuadas e proteger o interesse público. Essa exigência é particularmente crucial neste caso, em razão da natureza sensível e da criticidade dos sistemas a serem fornecidos e implementados.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.20. **Será exigida qualificação econômico-financeira** nesta contratação.

4.21. **Justificativa:** Em atendimento ao princípio da motivação dos atos administrativos, consubstanciado no art. 50 da Lei nº 9.784/1999, no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como nas diretrizes da Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se a justificativa técnica para a fixação dos parâmetros objetivos de qualificação econômico-financeira exigidos no presente certame.

4.22. A exigência de qualificação econômico-financeira é necessária para garantir que a contratada possua saúde financeira suficiente para arcar com os custos operacionais (mão de obra, insumos e encargos) sem depender exclusivamente dos pagamentos da Administração. O objetivo é mitigar o risco de interrupção do serviço e garantir que a empresa tenha solidez para honrar suas obrigações trabalhistas e técnicas durante todo o período de execução, preservando o interesse público.

4.23. Isto posto, a contratação em tela possui características que exigem a demonstração de hígidez financeira por parte da futura contratada. Trata-se de uma contratação com prazo de execução de 60 meses, cujo vulto financeiro e dinâmica de execução exigem que a empresa possua capacidade de arcar com os custos iniciais de mobilização de mão de obra e insumos sem que haja risco de interrupção ou inexecução do objeto.

4.24. Nesse cenário, a exigência de Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) atende aos parâmetros atualizados de mercado e justifica-se pela necessidade de aferir a saúde financeira das licitantes. Matematicamente, índices superiores a 1 (um) demonstram que a empresa possui mais bens e direitos do que obrigações exigíveis (ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida, a empresa possui mais de R\$ 1,00 para quitá-la), mitigando o risco de inadimplência perante a Administração Pública e seus próprios fornecedores ou empregados.

4.25. Destaca-se, em estrita observância à Súmula nº 289 do TCU, que as fórmulas adotadas para o cálculo da Liquidez e da Solvência são métricas contábeis universais e consagradas, baseando-se exclusivamente na relação entre os ativos e passivos da entidade, não incluindo em sua composição qualquer variável ou índice que afira, direta ou indiretamente, rentabilidade ou lucratividade.

4.26. Ademais, a exigência alternativa de demonstração de capital mínimo ou patrimônio líquido correspondente a no mínimo 10% do valor total estimado da contratação — aplicável caso a empresa apresente índices iguais ou inferiores a 1 (um) — possui expressa previsão legal no art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021. Este percentual atua como um mecanismo compensatório de segurança, sendo uma métrica razoável, proporcional e pertinente ao objeto. Essa previsão assegura à Administração que, mesmo possuindo liquidez momentânea inferior ao padrão, a licitante detém um lastro patrimonial compatível com os riscos e a dimensão financeira da contratação.

4.27. Dessa forma, restam cabalmente demonstradas a adequação, a necessidade e a pertinência dos parâmetros contábeis fixados no instrumento convocatório, garantindo a seleção de uma proposta exequível e resguardando a continuidade do interesse público.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL:

4.28. **Será exigida qualificação técnico-operacional** nesta contratação.

4.29. **Justificativa:** A exigência da qualificação técnica é indispensável para garantir que a contratada possua o know-how e a expertise necessários para a execução do serviço. A comprovação de desempenho anterior, por meio de atestados, assegura que a empresa detém o domínio das técnicas e a capacidade de gerenciamento de pessoal exigidos pelo objeto. Tal medida minimiza riscos de erros operacionais, abandono da execução ou má prestação do serviço, garantindo que a Polícia Civil receba uma assistência técnica eficiente e em conformidade com os padrões de segurança e qualidade estabelecidos.

DO ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO

4.30. A escolha do índice "IPCA" se justifica pelos devidos fundamentos:

4.30.1. **Justificativa:** O IPCA é considerado o principal indicador da inflação no Brasil, refletindo as variações de preços de uma ampla cesta de bens e serviços consumidos pelas famílias. Ao utilizá-lo, busca-se garantir que o valor contratual acompanhe a variação geral dos preços da economia, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, é um índice de fácil compreensão e aplicação, o que facilita os cálculos de reajuste e a análise dos impactos financeiros dos contratos.

DA CONTRATAÇÃO EM LOTE (NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO)

4.31. Haverá, nesta contratação, a junção dos itens para a formação de lote.

4.31.1. **Justificativa:** A opção pelo julgamento por Lote é devido à natureza dos itens a serem contratados, que são complementares e intrinsecamente interdependentes para a formação de uma solução tecnológica única e integrada. O agrupamento dos itens em Lote visa garantir a plena compatibilidade técnica, a integração e o funcionamento harmônico de todo o sistema, evitando a contratação de componentes incompatíveis ou a pulverização da responsabilidade.

DA VIGÊNCIA CONTINUADA (POR 60 MESES)

4.32. A contratação de empresa especializada para o fornecimento e a implementação de solução de controle de acesso de pessoas, controle de acesso veicular e videomonitoramento perimetral, para as necessidades da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, em regra, configura um serviço e fornecimento contínuo. Ela é permanente e essencial para o adequado funcionamento das atividades institucionais, se adequando ao Art 6º, inciso XV da Lei 14.133/2021, conforme exposto a seguir:

Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021

Art. 6º - Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XV - **serviços e fornecimentos contínuos:** serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de **necessidades permanentes ou prolongadas**;

4.33. A vigência inicial de 60 (sessenta) meses é justificada pelo enquadramento da contratação como serviço e fornecimento contínuo, nos termos do Art. 106 da Lei nº 14.133/2021. Demonstra-se a vantajosidade econômica e operacional para a Administração Pública, pois o prazo mais longo permite a diluição dos custos iniciais do fornecimento e implementação dos sistemas e a garantia da continuidade e estabilidade dos serviços essenciais de manutenção, suporte e segurança.

Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021

Art. 106º - A Administração poderá celebrar contratos com prazo de **até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos**, observadas as seguintes diretrizes:

(...)

4.34. A opção por uma vigência inicial de 60 (sessenta) meses, em detrimento da vigência de 12 (doze) meses com prorrogações anuais, é técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração, pelos seguintes motivos:

ASPECTO	DETALHAMENTO DA VANTAJOSIDADE
I. Diluição de Custos Iniciais	A implementação da solução de Controle de Acesso e Videomonitoramento envolve custos fixos substanciais (fornecimento de equipamentos, infraestrutura, licenças de <i>software</i> e instalação). Uma vigência de 60 meses permite que a Contratada dilua o custo de aquisição e implementação ao longo do tempo, resultando em uma proposta de preço global anual mais baixa e otimizando os custos totais da solução.
II. Garantia de Continuidade e Segurança	Os sistemas de controle de acesso e videomonitoramento são cruciais para a segurança física e patrimonial da DEGEPO. A vigência de 60 meses assegura a continuidade ininterrupta da manutenção preventiva e corretiva e do suporte técnico especializado, minimizando a vulnerabilidade operacional inerente às trocas contratuais frequentes.
III. Retorno do Investimento e Qualidade	Um contrato com vigência estendida estimula a Contratada a realizar melhores investimentos na qualidade e durabilidade dos equipamentos e na capacitação da equipe, pois o retorno do investimento está garantido no longo prazo. Isso se reverte em maior qualidade e estabilidade dos serviços prestados à Administração.

VISTORIA

4.35. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas, podendo ser agendada através do e-mail: **compras@policiacivil.rn.gov.br**

4.36. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.37. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.38. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.39. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

MODO DE DISPUTA

4.40. O modo de disputa entre as licitantes será o **ABERTO**.

4.41. Nesse modo de disputa o licitante apresentará sua proposta dinâmica caracterizada por lances que não estarão protegidos pelo sigilo, ou seja, os valores apresentados serão de conhecimento de todos. Assim os participantes podem ajustar suas propostas em resposta às ofertas dos concorrentes, o que poderá resultar em uma competição mais acirrada para a administração pública.

4.41.1. **Justificativa:** Opta-se pelo modo de disputa aberto por se tratar de objeto comum, com ampla concorrência de mercado, em que os licitantes podem oferecer lances públicos e sucessivos, favorecendo a competitividade, a transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.42. Será **divulgado** em atendimento ao disposto no art. 24, §1º da Lei nº 14.133/2021.

4.42.1. **Justificativa:** O objeto desta contratação não possui características que justifiquem a manutenção do orçamento sob sigilo. A divulgação do valor estimado visa garantir transparência, planejamento adequado por parte dos licitantes e ampla competitividade, além de cumprir com os princípios da publicidade e da eficiência administrativa.

POSSIBILIDADE DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

4.43. Será **permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio**, nos moldes do art. 15, da Lei 14.133/2021.

4.43.1. **Justificativa:** A admissão de empresas reunidas em consórcio justifica-se pela possibilidade de ampliação da competitividade no certame, permitindo que empresas de menor porte ou com capacidades complementares possam atuar em conjunto para atender às exigências do objeto licitado. A previsão está em conformidade com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a participação em consórcio como regra geral, observando-se os critérios e as responsabilidades solidárias previstas na legislação.

RESERVA DE COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.44. **Não será exigida a reserva de cotas** nesta contratação.

4.44.1. **Justificativa:** A decisão pela não exigência da reserva de cotas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), embora seja o parcelamento a regra geral, fundamenta-se na excepcionalidade prevista na Lei Complementar nº 123/2006, notadamente quando a natureza do objeto torna inviável a divisão. O objeto desta contratação consiste no fornecimento e na implementação de uma Solução Integrada de Controle de Acesso e Videomonitoramento Perimetral, caracterizando um sistema tecnológico de alta complexidade e interdependência funcional.

4.44.2. A adjudicação em Lote Único, sem reserva de cotas, é crucial para assegurar a plena compatibilidade técnica, a perfeita integração e o funcionamento harmônico de todos os equipamentos, softwares e serviços de instalação. A divisão do objeto em cotas distintas resultaria na fragmentação da responsabilidade pela solução global, elevando significativamente os riscos operacionais e de segurança (fatores críticos para a Polícia Civil), podendo gerar incompatibilidades entre os diversos fornecedores e comprometendo a eficiência e a manutenção do sistema como um todo.

DA ANÁLISE DA PROPOSTA

4.45. A LICITANTE deverá apresentar proposta de preços com validade de 90 (noventa) dias, contendo a descrição completa de todos os equipamentos e softwares oferecidos.

4.45.1. Junto à Proposta de Preços, deverá o licitante também apresentar Folder Técnico, Prospecto Técnico, Catálogo ou Manual, com a descrição detalhada do modelo, marca, características, especificações técnicas e funcionalidades do equipamento e do software, além de outras informações que possibilitem a avaliação ou ficha técnica do produto, relativos aos bens e softwares ofertados, na conformidade das especificações dos equipamentos e aplicativos.

4.45.2. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela Internet, desde que este possibilite a averiguação completa da descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a "FONTE" (exemplo: endereço completo <http://www.fabricantex.com/produtox> ou xxx@xxx.com.br) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

4.45.3. Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original do catálogo ofertado.

4.45.4. No caso de catálogo com diversos modelos, o proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que concorrerá na licitação mencionando o nº do Item.

4.45.5. Quando o catálogo for omissivo na descrição de algum item de composição, será aceita Declaração Complementar do Fabricante, descrevendo a especificação faltante no prospecto, contendo, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega do produto na forma ora declarada.

4.46. A LICITANTE deverá fornecer uma planilha de comprovação técnica com as seguintes características:

4.46.1. O fornecimento deverá ser em formato de planilha extensão compatível com Excel para facilitar a análise da comissão de análise técnica;

4.46.2. Deve se realizar um cruzamento de cada especificação solicitada (ponto a ponto), de modo a facilitar a análise da comissão de análise técnica;

4.46.3. Todos os itens de hardware dos kits (equipamentos eletrônicos) devem conter suas especificações comprovadas na planilha de comprovação técnica, conforme modelo abaixo:

Equipamento	Especificação solicitada	Especificação fornecida	Documento	Nº página

4.47. A LICITANTE deverá fornecer uma planilha informando a marca e modelo dos equipamentos, acompanhadas dos respectivos catálogos/datasheets/folders, a fim de comprovar o cumprimento das características técnicas mínimas dispostas neste documento, conforme modelo abaixo:

PLANILHA DE FABRICANTE MARCA E MODELO				
Item	Descrição	Composição	Fabricante	Modelo (Part-number)

4.48. O não fornecimento de qualquer item solicitado acima (certificados, planilhas, folders, datasheets etc.), bem como a simples cópia das especificações técnicas dos equipamentos e sistemas, conforme descritos no Termo de Referência, poderá acarretar a desclassificação da empresa do certame.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 5.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato.
- 5.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 5.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 5.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 5.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 5.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 5.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 5.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 5.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 5.11. Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 5.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 5.13. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 5.14. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 5.15. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 5.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 5.17. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 5.17.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 5.17.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 5.17.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 5.17.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5.17.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 5.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 5.19. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.20. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 5.21. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação na contratação.
- 5.22. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 5.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 5.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- 5.26. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados.
- 5.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- 5.28. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência.
- 5.29. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 5.30. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 5.31. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.
- 5.32. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.
- 5.33. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.
- 5.34. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.
- 5.35. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
- 5.36. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 5.36.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 5.37. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.38. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.
- 5.39. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 5.40. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 5.41. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso.
- 5.42. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.
- 5.42.1. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o processo de contratação, no prazo determinado.
- 5.42.2. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 5.42.3. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

- 6.1. Os serviços poderão ser realizados de forma parcelada, no que couber, mediante solicitação da contratante, durante o período da vigência do contrato, a contar da data de sua assinatura.
- 6.2. O prazo para a instalação de toda a solução é de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo fiscal do contrato.
- 6.3. Os serviços deverão ser realizados na **CIDADE DA POLÍCIA** localizada no seguinte endereço: Av. Interventor Mário Câmara, 3532 - Cidade da Esperança, Natal - RN, 59060-400.
- 6.4. A contratante deverá informar a data da realização dos serviços com, pelo menos, 01 (um) dia de antecedência, para que o setor responsável possa se organizar quanto ao seu recebimento.
- 6.4.1. Caso não seja possível a realização na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.5. Fica a cargo do fornecedor todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 6.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Atuarão como Gestores e Fiscais deste contrato os seguintes servidores:

- I. Gestor do Contrato (titular): **FELIPE CÉSAR SILVA DE ARAÚJO**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 243.975-1.
- II. Gestor do Contrato (suplente): **SÁSKIA SANDRINELLI GUEDES DE ARAÚJO LIMA HERMES**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 219.787-1.
- III. Fiscal do Contrato (titular): **ALDRIN ALVES COSTA**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 220.140-2.
- IV. Fiscal do Contrato (suplente): **JOSÉ LUIZ CORTEZ DE CASTRO FILHO**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 207.106-1.

7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.8. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);

7.8.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);

7.8.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);

7.8.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

7.9. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

7.9.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

7.10. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

7.10.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

8.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

8.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

DO RECEBIMENTO

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 50)

8.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato..

8.3.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis

8.3.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.5. Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.5.1. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.

8.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.5.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

8.9. A Nota Fiscal, Recibo ou documento de cobrança equivalente, serão emitidos pelo contratado, os quais deverão ser enviados para o e-mail: **protocolo@policiacivil.rn.gov.br**, ou outro e-mail fornecido pelo pelo Gestor ou Fiscal do contrato.

8.10. Recebido o documento de cobrança, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

PRAZO DE PAGAMENTO

8.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

FORMA DE PAGAMENTO

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

9.2. A base legal da contratação em tela é o art. 29 da Lei nº 14.133/2021,.

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.3. Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023](#).

9.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na contratação, ou de sociedade simples.

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Considerar-se-á pertinente e compatível a comprovação de no mínimo:

9.30.1.1. Fornecimento com instalação e manutenção de no mínimo 02 (duas) unidades de câmeras do tipo LPR;

9.30.1.2. Fornecimento com instalação de no mínimo 07 (sete) unidades de câmeras IP que possuam analíticos para detecção de face;

9.30.1.3. Fornecimento com instalação de no mínimo 10 (dez) unidades de câmeras IP que possuam analíticos para detecção de eventos de linha cruzada e intrusão;

9.30.1.4. Fornecimento com instalação de no mínimo 01 (uma) unidade de Licenciamento de Sistema VMS (Video Management System);

9.30.1.5. Fornecimento com instalação e manutenção de no mínimo 01 (uma) unidade de catraca para controle de acesso;

9.30.1.6. Fornecimento com instalação e manutenção de no mínimo 02 (dois) terminais de reconhecimento facial.

9.30.1.7. Comprovar que já forneceu treinamento para operação de solução de Controle de Acesso ou Videomonitoramento com carga horária mínima de 8h.

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.33. A licitante contratada deverá ser certificada nas normas NBR ISO/IEC 20000-1:2020 e NBR ISO/IEC 27001:2022.

9.33.1. A ISO/IEC 20000-1:2020 define requisitos para um sistema de gerenciamento de serviços (SGS), focando na entrega eficaz de serviços de TI.

9.33.2. A ISO/IEC 27001:2022 estabelece os requisitos para um sistema de gestão de segurança da informação (SGSI), visando proteger ativos informacionais contra riscos e garantir confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

9.34. A licitante deverá apresentar Certidão de Registro e Quitação (CRQ) da empresa emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovando que a pessoa jurídica está registrada e regular junto ao referido Conselho, bem como:

9.35. Apresentar Certidão de Registro e Quitação (CRQ) do responsável técnico emitida pelo CREA, comprovando que o profissional está devidamente registrado e em situação regular;

9.36. Indicar responsável(eis) técnico(s), pertencente(s) ao seu quadro permanente:

9.36.1. A comprovação de vinculação em seu quadro permanente se dá:

9.36.1.1. Do profissional do empregado, pela carteira de trabalho e previdência social;

9.36.1.2. Do sócio, pelo contrato/estatuto social;

9.36.1.3. Dos prestadores de serviço, pelo contrato escrito firmado com a empresa, ou declaração de compromisso do profissional de vinculação futura, caso se consagre vencedora do certame.

9.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.38. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.39. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.41. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.42. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.43. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

9.44. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da contratação é de:

10.1.1. MENSAL: **R\$ 82.616,75 (oitenta e dois mil seiscentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos).**

10.1.2. ANUAL: **R\$ 991.401,00 (novecentos e noventa e um mil quatrocentos e um reais).**

10.1.3. QUINQUENAL: **R\$ 4.957.005,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e sete mil cinco reais).**

10.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10.3. O valor estimado foi aferido através de Pesquisa Mercadológica, conforme os seguintes documentos:

- Pesquisa de Preços (Sei nº 38464845);
- Pesquisa de Preços - Mapa Comparativo de Preços - Memória de Cálculo (Sei nº 38669468);
- Relatório Complementar da Pesquisa Mercadológica (Sei nº 38669625).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios, e está de acordo com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

11.2. A dotação orçamentária e a fonte de recursos serão informadas, de forma mais detalhada, pela Diretoria de Planejamento e de Finanças - DPFIN em momento oportuno.

12. RESPONSÁVEIS

ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

JEORDAN RODRIGUES

Equipe de Planejamento da Contratação

Referência: Processo nº 11910008.002570/2025-57

SEI nº 41214513

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO



POLÍCIA CIVIL DO RN

Av. Interventor Mário Câmara, 3532 - Bairro Cidade da Esperança, Natal/RN, CEP 59070-600

Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.policiacivil.rn.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 11910008.002570/2025-57

CONTRATANTE: POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – PCRN, inscrita no CNPJ sob o nº 04.238.444/0001-10, com sede na Av. Interventor Mário Câmara, 3532, Cidade da Esperança, Natal/RN, neste ato representada pelo Delegado Geral Adjunto de Polícia Civil, na condição de

Ordenador de Despesas, Dr. **HERLÂNIO PEREIRA CRUZ**, nomeado pela Portaria nº 007/2023 - GDG/PCRN em 08 de fevereiro de 2023, publicada no DOE nº 15.367-19, de 14 de fevereiro de 2023, e portador da Matrícula Funcional nº 207.283-1;

CONTRATADA: Empresa **[NOME DA EMPRESA - JURÍDICO, E NÃO O FANTASIA]**, inscrita (o) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ DA EMPRESA], sediado(a) na [ENDEREÇO DA EMPRESA], neste ato representado(a) por **[NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA]**, representante legal, conforme atos constitutivos da empresa.

Tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 11910008.002570/2025-57, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº [Nº DO EDITAL], mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

13. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

13.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de Serviços de **SOLUÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS, CONTROLE DE ACESSO VEICULAR E VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL**, nas condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste Contrato.

13.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR QUINQUENAL
LOTE ÚNICO							
1	CATRACA TIPO SWING GATE: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
2	TERMINAL DE RECONHECIMENTO FACIAL: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO</u>	Unidade	4	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
3	ESTAÇÃO DE TRABALHO: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO</u>	Unidade	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
4	CÂMERA BULLET: <u>PARA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL</u>	Unidade	20	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
5	CÂMERA BULLET: <u>PARA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL COM CAPTURA FACIAL</u>	Unidade	15	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
6	TERMINAL FACIAL: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL</u>	Unidade	24	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
7	FONTE ININTERRUPTA: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL</u>	Unidade	24	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
8	FECHADURA ELETROÍMÃ: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL</u>	Unidade	24	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
9	UNIDADE DE AVISO SONORO IP: <u>PARA PONTO COM UNIDADE DE AVISO SONORO IP</u>	Unidade	3	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
10	RACK: <u>PARA RACK DE APOIO - TÉRREO E 1º PAVIMENTO</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
11	SWITCH: <u>PARA RACK DE APOIO - TÉRREO E 1º PAVIMENTO</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
12	RACK: <u>PARA RACK DE APOIO - 2º PAVIMENTO</u>	Unidade	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
13	SWITCH: <u>PARA RACK DE APOIO - 2º PAVIMENTO</u>	Unidade	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
14	CÂMERA LPR: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	4	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
15	CANCELA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	4	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
16	TERMINAL DE RECONHECIMENTO FACIAL GUARITA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	8	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
17	FONTE ININTERRUPTA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]

18	FECHADURA ELÉTRICA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
19	VIDEO PORTEIRO IP: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
20	ESTAÇÃO DE TRABALHO: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
21	RACK: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
22	CÂMERA DE SITUAÇÃO (DETECÇÃO DE PESSOAS): <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
23	CÂMERA DE SITUAÇÃO (LEITURA DE DOCUMENTOS): <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
24	TOTEM PARA ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	4	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
25	SWITCH: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
26	SERVIDOR VMS: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
27	RACK DE PISO: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
28	SWITCH: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
29	GRAVADOR: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
30	SOFTWARE VMS: <u>SOFTWARE GERENCIADOR DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
VALOR TOTAL (MENSAL / ANUAL / QUINQUENAL)					R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]

13.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

13.3.1. O Termo de Referência;

13.3.2. O Edital da Licitação;

13.3.3. A Proposta do contratado;

13.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA SOLUÇÃO

13.4. A solução ofertada contempla a implantação de um sistema integrado com equipamentos novos e de primeiro uso de segurança para a CIDAPOL, em Natal/RN. O objetivo é garantir o controle eficiente de acesso de pessoas e veículos, aliado ao videomonitoramento perimetral, proporcionando maior segurança física e operacional ao local.

13.5. No controle de acesso de pessoas, será implantada uma estrutura com catracas tipo Swing Gate e terminais de reconhecimento facial de alta precisão. O sistema permitirá autenticação por múltiplas tecnologias, como cartão RFID, QR-Code e biometria facial, integrados a gestão de usuários.

13.6. Para o controle veicular, a solução prevê o uso de câmeras LPR para leitura automática de placas, terminais faciais nas guaritas para validação facial de motoristas e cancelas automáticas com sistema anticolisão, assim como terminais faciais para entrada e saída de pedestres nas guaritas. A integração entre os dispositivos permitirá o gerenciamento em tempo real dos acessos de veículos e pedestres.

13.7. O videomonitoramento será realizado por câmeras IP de alta resolução, com inteligência embarcada para detecção de intrusão, cruzamento de linha, classificação de alvos (pessoas e veículos) e captura facial. A cobertura perimetral será reforçada com dispositivos com proteção contra intempéries e vandalismo.

13.8. Toda a infraestrutura de TI, incluindo racks, switches, nobreaks e cabeamento, será fornecida pela contratada, garantindo o funcionamento estável e seguro da solução. O sistema será gerenciado por uma plataforma VMS robusta, com integração nativa aos dispositivos de acesso, vídeo e leitura de placas.

13.9. O contrato inclui manutenção preventiva e corretiva. Também serão fornecidos treinamento operacional com carga mínima de 8 horas e o devido licenciamento de todos os componentes de hardware e software.

ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS DA SOLUÇÃO

13.10. **ITEM 01 - CATRACA TIPO SWING GATE: PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO**

- 13.10.1. Esta composição de catracas deverá ser do tipo Swing Gate, projetada para acomodar uma passagem de 90 cm, cujas especificações:
- 13.10.2. Deverá possuir, no mínimo, 10 (dez) pares de sensores infravermelho (IR) para validação de permissões, garantindo segurança na passagem e detecção de acessos não autorizados;
- 13.10.3. Deverá possuir um motor com expectativa de, no mínimo, 12 (doze) milhões de ciclos, assegurando alta durabilidade operacional e confiabilidade do equipamento;
- 13.10.4. Deverá possuir indicação de passagem por meio de LED, facilitando a orientação visual dos usuários;
- 13.10.5. Deverá possuir integração com sistemas de controle de acesso, como autenticação por cartão RFID, além de QR-Code e reconhecimento facial como método de autenticação complementar;
- 13.10.6. Deverá possuir, no mínimo, 1 (uma) interface de rede Fast Ethernet 10/100 Mbps, para integração ao sistema de controle de acesso e gestão remota;
- 13.10.7. Deverá possuir capacidade de armazenamento de, no mínimo, 500,000 registros de cartões e 700,00 eventos, permitindo um controle eficiente e escalável de acessos e registro de passagens;
- 13.10.8. Deverá possuir configurações de duração de passagem válidas, permitindo o cancelamento da permissão de passagem caso o usuário não atravesse a catraca dentro do limite estipulado;
- 13.10.9. Deverá permitir a passagem de uma faixa de 30 a 60 pessoas por minuto, dependendo da taxa e do método de passagem utilizado, garantindo um fluxo eficiente de pessoas;
- 13.10.10. Deverá ser construído com materiais de alta qualidade como alumínio ou aço inoxidável, incluindo vidro acrílico, assegurando resistência e durabilidade;
- 13.10.11. Deverá operar com fonte de alimentação de bivolt e frequências entre 50 a 60 Hz, garantindo compatibilidade com redes elétricas padrão;
- 13.10.12. Deverá suportar operação em faixa de temperatura de -20°C a 65°C, garantindo funcionamento confiável, mesmo em contrates climáticos;
- 13.10.13. Deverá ser de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de suporte adequado para leitores biométricos faciais e necessariamente do mesmo fabricante para total compatibilidade;
- 13.10.14. Deverá ser adequado para ambientes internos.
- 13.11. **ITEM 02 - TERMINAL DE RECONHECIMENTO FACIAL: PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO**
- 13.11.1. O terminal deverá ser capaz de reconhecer a face em uma distância do dispositivo de 0,3 m a 2 m;
- 13.11.2. Deverá possuir capacidade de armazenamento de, no mínimo, 10,000 faces cadastradas e até 50,000 cartões, além de capacidade de armazenamento de até 150,000 eventos, assegurando histórico completo de registros;
- 13.11.3. Deverá possuir suporte a tecnologia WDR, permitindo a compensação de luz de fundo, garantindo a captura de imagens faciais nítidas, mesmo caso haja contrastes excessivos ou variações bruscas de luminosidade, como forte luz de fundo;
- 13.11.4. Deverá possuir suporte ao protocolo RTSP;
- 13.11.5. Deverá possuir, ao menos, 1 (uma) interface Fast Ethernet 10/100 Mbps;
- 13.11.6. Deverá possuir uma tela de 7 polegadas, integrada com uma câmera de resolução de 1920 x 1080, para uma leitura precisa e uma eficiente visualização da imagem caso houver necessidade;
- 13.11.7. Deverá ter uma taxa de precisão no reconhecimento da face de 99% e um tempo de resposta de autenticação inferior a 0,2 segundos;
- 13.11.8. O terminal deverá reconhecer a face, mesmo com a obstrução de uma máscara;
- 13.11.9. O display do dispositivo deverá possuir uma resolução de, no mínimo, 614,000 pixels;
- 13.11.10. A tela deverá ser touchscreen para ter acesso as configurações básicas do dispositivo localmente.
- 13.11.11. O terminal facial deverá ter seu licenciamento considerado no software gerenciador da solução para completo funcionamento.
- 13.12. **ITEM 03 - ESTAÇÃO DE TRABALHO: PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO**
- 13.12.1. Deverá possuir processador de, no mínimo, 4 (quatro) núcleos físicos (Quad-Core), garantindo desempenho adequado para cadastramento de usuários e gerenciamento de dados;
- 13.12.2. Deverá possuir memória RAM de, no mínimo, 8GB, permitindo operação fluida do sistema de controle de acesso;
- 13.12.3. Deverá possuir armazenamento interno de, no mínimo, 256GB em unidade SSD, proporcionando alta velocidade de leitura e gravação dos dados;
- 13.12.4. Deverá possuir, no mínimo, 3 saídas de vídeo HDMI;
- 13.12.5. Deverá acompanhar monitor de, no mínimo, 24 polegadas, com resolução mínima Full HD (1920 x 1080 pixels), possibilitando visualização clara das interfaces de cadastramento e monitoramento do sistema;
- 13.12.6. Deverá acompanhar teclado e mouse sem fio, padrão ABNT2, oferecendo mobilidade, praticidade e organização;
- 13.12.7. O alcance do mouse deverá ser de até 10 m sem barreira;
- 13.12.8. Deverá acompanhar webcam de alta definição com resolução mínima de 1080p, destinada ao cadastramento de faces, garantindo qualidade nas imagens capturas;
- 13.12.9. Todo o sistema deverá ter compatibilidade com o sistema operacional Windows 11;
- 13.12.10. Deverá possuir nobreak com potência nominal mínima de 700 VA, com tecnologia bivolt automático, oferecendo proteção contra quedas de energia e surtos elétricos;
- 13.12.11. Deverá possuir, no mínimo, 4 tomadas de saída no padrão NBR 14136, permitindo a conexão simultânea dos equipamentos que compõe a estação de trabalho;
- 13.12.12. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, subtensão e sobretensão, oferecendo segurança aos equipamentos conectados.
- 13.13. **ITEM 04 - CÂMERA BULLET: PARA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL**

- 13.13.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o cabeamento necessário para a interligação e pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de dados (lógico) e cabos elétricos, ou quaisquer outros que se façam necessários para a completa instalação e operação do sistema.
- 13.13.2. Deverá ser do tipo Bullet e possuir sensor de imagem CMOS de varredura progressiva com tamanho de no mínimo 1/3", garantindo captação de imagens em alta qualidade com resolução de no mínimo 1920 x 1080 pixels (Full HD);
- 13.13.3. Deverá possuir lente varifocal motorizada com ajuste remoto, com distância focal de 2,8 mm a 12 mm, permitindo flexibilidade na cobertura de diferentes áreas;
- 13.13.4. Deverá possuir sensibilidade mínima de 0,005 Lux em cores e 0 Lux em preto e branco com IR ativado, assegurando captação de imagens nítidas em ambientes de baixa luminosidade;
- 13.13.5. Deverá possuir tecnologia WDR de, no mínimo, 120dB;
- 13.13.6. Deverá possuir compressão de vídeo nos padrões H.265+, H.265, H.264+, H.264 e MJPEG, garantindo otimização no uso de largura de banda e espaço de armazenamento sem perda de qualidade de imagem;
- 13.13.7. Deverá possuir suporte nativo aos protocolos de rede HTTP, HTTPS, TCP, UDP, RTP, RTSP, SMTP, DHCP, DNS, DDNS, NTP, FTP, ICMP e IGMP, permitindo integração com diferentes ambientes e plataformas de rede;
- 13.13.8. Deverá possuir iluminador infravermelho, com alcance de no mínimo 50 metros, permitindo visualização noturna eficiente;
- 13.13.9. Deverá suportar múltiplos streams de vídeo simultaneamente, sendo no mínimo três streams configuráveis, permitindo visualização em diferentes resoluções e taxas de quadros, otimizando os recursos da rede e armazenamento;
- 13.13.10. Deverá possuir detecção de eventos de linha cruzada e intrusão, com possibilidade de configuração para disparo de alarmes apenas quando os objetos classificados forem pessoas ou veículos;
- 13.13.11. Deverá possuir inteligência artificial embarcada com algoritmo de deep learning, permitindo classificação de alvos entre pessoas e veículos, reduzindo alarmes falsos e aumentando a precisão na detecção de eventos;
- 13.13.12. Deverá possuir recursos de imagem como BLC, HLC e 3D DNR, permitindo melhor qualidade das imagens em diferentes cenários de iluminação;
- 13.13.13. Deverá possuir armazenamento interno através de slot para cartão MicroSD com suporte para cartões de até 512GB, permitindo gravação local de vídeos e eventos;
- 13.13.14. Deverá possuir proteção contra vandalismo com classificação IK10, garantindo resistência contra impactos mecânicos, e proteção contra intempéries com classificação IP66, permitindo instalação em ambientes externos expostos a poeira e água;
- 13.13.15. A câmera deverá ser capaz de gerar alertas com luz estroboscópica ativa embarcada na própria câmera e alertas sonoros em casos de invasão;
- 13.13.16. Deverá possuir interface de rede Ethernet RJ45 10/100 Mbps, garantindo comunicação eficiente com a rede de dados;
- 13.13.17. Deverá suportar operação em temperaturas que variam de -30°C a +60°C e umidade relativa de até 90%, sem condensação, assegurando funcionamento estável em diferentes condições climáticas;
- 13.13.18. Deverá suportar alimentação através de PoE padrão IEEE 802.3at;
- 13.13.19. Deverá possuir homologação junto a ONVIF (<https://www.onvif.org/conformant-products/>);
- 13.13.20. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um cartão de memória microSD de 64GB;
- 13.13.21. A CONTRATADA deverá fornecer o suporte adequado para essa câmera assegurando o total funcionamento da solução e necessariamente do mesmo fabricante para total compatibilidade;
- 13.13.22. A câmera deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, de forma a garantir a gravação integral do fluxo de imagens, bem como a geração de alertas e relatórios no sistema.

13.14. ITEM 05 - CÂMERA BULLET: PARA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL COM CAPTURA FACIAL

- 13.14.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o cabeamento necessário para a interligação e pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de dados (lógico) e cabos elétricos, ou quaisquer outros que se façam necessários para a completa instalação e operação do sistema.
- 13.14.2. Deverá ser do tipo Bullet e possuir sensor de imagem do tipo CMOS de varredura progressiva com tamanho de 1/3", garantindo imagens de alta qualidade e definição com resolução de, no mínimo, 2688 x 1520 pixels;
- 13.14.3. Deverá possuir lente varifocal motorizada com ajuste remoto, com distância focal de 2,8 mm a 12 mm, proporcionando flexibilidade na configuração do campo de visão;
- 13.14.4. Deverá possuir sensibilidade mínima de 0,001 Lux em cores e 0 Lux em preto e branco com IR ativado;
- 13.14.5. Deverá possuir compressão de vídeo nos padrões H.265+, H.265, H.264+, H.264 e MJPEG, garantindo otimização no uso de largura de banda e espaço de armazenamento sem perda de qualidade de imagem;
- 13.14.6. Deverá possuir tecnologia WDR de, no mínimo, 120dB;
- 13.14.7. Deverá possuir suporte nativo aos protocolos de rede HTTP, HTTPS, TCP, UDP, RTP, RTSP, SMTP, DHCP, DNS, DDNS, NTP, FTP, ICMP e IGMP, permitindo integração com diferentes ambientes e plataformas de rede;
- 13.14.8. Deverá possuir inteligência artificial embarcada, com algoritmos de deep learning, possibilitando a classificação de alvos entre pessoas e veículos, aumentando a eficácia na detecção de intrusão e reduzindo alarmes falsos;
- 13.14.9. Deverá possuir detecção de eventos de linha cruzada e intrusão, com possibilidade de configuração para disparo de alarmes apenas quando os objetos classificados forem pessoas ou veículos;
- 13.14.10. Deverá possuir função de captura de rostos, permitindo a identificação de faces dentro do campo de visão da câmera;
- 13.14.11. Deverá possuir recursos de imagem como BLC, HLC e 3D DNR, permitindo melhor qualidade das imagens em diferentes cenários de iluminação;
- 13.14.12. Deverá possuir armazenamento interno através de slot para cartão MicroSD com suporte para cartões de até 512GB, permitindo gravação local de vídeos e eventos;

- 13.14.13. Deverá possuir interface de rede Ethernet RJ45 10/100 Mbps, garantindo comunicação eficiente com redes IP;
- 13.14.14. Deverá possuir proteção contra vandalismo com classificação IK10, oferecendo alta resistência contra impactos mecânicos, além de proteção IP67 contra poeira e jatos de água, garantindo instalação segura em ambientes externos e adversos;
- 13.14.15. Deverá suportar alimentação através de PoE padrão IEEE 802.3at ou por fonte externa de 12VDC \pm 25%, garantindo flexibilidade na instalação e operação do equipamento;
- 13.14.16. Deverá suportar operação em temperaturas que variam de -30°C a +60°C e umidade relativa de até 90%, sem condensação, assegurando funcionamento estável em diferentes condições climáticas;
- 13.14.17. Deverá possuir homologação junto a ONVIF (<https://www.onvif.org/conformant-products/>);
- 13.14.18. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um cartão de memória microSD de 64GB;
- 13.14.19. A CONTRATADA deverá fornecer o suporte adequado para essa câmera assegurando o total funcionamento da solução e necessariamente do mesmo fabricante para total compatibilidade;
- 13.14.20. A câmera deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, de forma a garantir a gravação integral do fluxo de imagens, bem como a geração de alertas e relatórios no sistema.
- 13.15. **ITEM 06 - TERMINAL FACIAL: PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL**
- 13.15.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o cabeamento necessário para a interligação e pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de dados (lógico) e cabos elétricos, ou quaisquer outros que se façam necessários para a completa instalação e operação do sistema
- 13.15.2. O terminal deverá ser capaz de reconhecer a face em uma distância do dispositivo de 0,3 m a 2 m;
- 13.15.3. Deverá possuir capacidade de armazenamento de, no mínimo, 10,000 faces cadastradas e até 50,000 cartões, além de capacidade de armazenamento de até 150,000 eventos, assegurando histórico completo de registros;
- 13.15.4. Deverá possuir suporte a tecnologia WDR, permitindo a compensação de luz de fundo, garantindo a captura de imagens faciais nítidas, mesmo caso haja contrastes excessivos ou variações bruscas de luminosidade, como forte luz de fundo;
- 13.15.5. Deverá possuir suporte ao protocolo RTSP;
- 13.15.6. Deverá possuir, ao menos, 1 (uma) interface Fast Ethernet 10/100 Mbps;
- 13.15.7. Deverá possuir uma tela de 7 polegadas, integrada com uma câmera de resolução de 1920 x 1080, para uma leitura precisa e uma eficiente visualização da imagem caso houver necessidade;
- 13.15.8. Deverá ter uma taxa de precisão no reconhecimento da face de 99% e um tempo de resposta de autenticação inferior a 0,2 segundos;
- 13.15.9. O terminal deverá reconhecer a face, mesmo com a obstrução de uma máscara;
- 13.15.10. O display do dispositivo deverá possuir uma resolução de, no mínimo, 614,000 pixels;
- 13.15.11. A tela deverá ser touchscreen para ter acesso as configurações básicas do dispositivo localmente.
- 13.15.12. O terminal facial deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, garantindo seu pleno funcionamento.
- 13.16. **ITEM 07 - FONTE ININTERRUPTA: PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL**
- 13.16.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o cabeamento necessário para a interligação e pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de dados (lógico) e cabos elétricos, ou quaisquer outros que se façam necessários para a completa instalação e operação do sistema
- 13.16.2. Deverá ser fornecido fonte AC/DC compatível com a solução de 12v para o funcionamento de todo o mecanismo de controle de acesso para a porta;
- 13.16.3. Deverá possuir proteção contra sobre corrente;
- 13.16.4. Deverá possuir proteções de Sobrecarga e curto-circuito na saída;
- 13.16.5. Deverá possuir leds que indiquem funcionamento e em curto;
- 13.16.6. Deverá possuir temporizador ajustável;
- 13.16.7. Deverá ser fornecida com uma bateria de no mínimo 7Ah
- 13.16.8. Deverá possuir corrente de saída capaz de suportar todos os equipamentos, terminal facial, botoeira, fechadura eletrônica;
- 13.17. **ITEM 08 - FECHADURA ELETROÍMÃ: PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL**
- 13.17.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o cabeamento necessário para a interligação e pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de dados (lógico) e cabos elétricos, ou quaisquer outros que se façam necessários para a completa instalação e operação do sistema
- 13.17.2. Deverá possuir no mínimo uma força de tração 150 kgf;
- 13.17.3. Deverá ser compatível com a solução de controle de acesso;
- 13.17.4. Deverá possuir sensor de porta aberta;
- 13.17.5. Deverá ser compatível com portas que abrem de dentro para fora;
- 13.17.6. Deverá funcionar com tensão de 12Vdc;
- 13.17.7. Deve possuir suporte com regulagem de desnível;
- 13.17.8. A fechadura deverá vir com uma botoeira de embutir em aço inox compatível com caixas 4x2 com acionador infravermelho e leds indicadores de posição, aberto ou fechado, e uma vida útil de no mínimo 500mil acionamentos, para permitir a saída do usuário;
- 13.17.9. Deverá ser fornecido pela contratada um acionador de emergência rearmável para a abertura da porta quando houver necessidade de abandono do ambiente ou em casos de falha do sistema de abertura controlada da porta.
- 13.18. **ITEM 09 - UNIDADE DE AVISO SONORO IP: PARA PONTO COM UNIDADE DE AVISO SONORO IP**
- 13.18.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todo o cabeamento necessário para a interligação e pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos de dados (lógico) e cabos elétricos, ou quaisquer outros que se façam necessários para a completa instalação e

operação do sistema, além de todo licenciamento necessário para a completa operação do sistema.

- 13.18.2. Deverá possuir intensidade sonora de até 110dB;
- 13.18.3. Deverá possuir potência de, no mínimo, 7W;
- 13.18.4. Deverá possuir suporte ao protocolo SIP;
- 13.18.5. Deverá possuir uma interface Ethernet RJ45 10/100 Mbps adaptativa para comunicação com redes cabeadas, garantindo flexibilidade de conectividade;
- 13.18.6. Deverá suportar alimentação via PoE, conforme padrão IEEE 802.3at;
- 13.18.7. Deverá possuir grau de proteção contra água;
- 13.18.8. Deverá possuir faixa de operação de temperatura entre -20 °C e 60 °C;
- 13.18.9. Deverá possuir frequência de operação de 400 Hz até 5 kHz;
- 13.18.10. Deverá possuir microfone integrado ao equipamento;
- 13.18.11. Deverá suportar, no mínimo, o formato G. 711 ou suas variações para a compressão de áudio.

13.19. ITEM 10 - RACK: PARA RACK DE APOIO - TÉRREO E 1º PAVIMENTO

- 13.19.1. Deverá possuir estrutura fabricada em aço, com porta em acrílico e fecho com chave, garantindo resistência mecânica e robustez na fixação dos equipamentos;
- 13.19.2. Deverá possuir padrão de montagem de, ao menos, 19 polegadas, com capacidade de 5U e profundidade total de, no mínimo, 570 mm, proporcionando espaço adequado para organização dos equipamentos a serem fixados;
- 13.19.3. Deverá possuir acabamento em pintura eletrostática epóxi pó microtexturizado, oferecendo resistência contra corrosão;
- 13.19.4. Deverá possuir fechamento lateral com venezianas para auxiliar na circulação do ar, contribuindo para o controle térmico interno do rack;
- 13.19.5. Deverá ser projetado para ambientes indoor.

13.20. ITEM 11 - SWITCH: PARA RACK DE APOIO - TÉRREO E 1º PAVIMENTO

- 13.20.1. Deverá possuir 8 portas Fast Ethernet PoE 10/100 Mbps e 1 porta RJ45 10/100 Mbps, permitindo conexão e alimentação simultânea dos dispositivos necessários;
- 13.20.2. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos de até 6 kV, garantindo maior robustez e confiabilidade;
- 13.20.3. Deverá possuir função de transmissão PoE em longa distância de até 250 m, possibilitando a instalação de dispositivos distantes sem a necessidade de repetidores ou fontes auxiliares;
- 13.20.4. Deverá possuir suporte aos padrões IEEE 802.3af e IEEE 802.3at de alimentação PoE, com fornecimento de potência de no mínimo 30 W por porta;
- 13.20.5. Deverá suportar uma tabela de endereçamento MAC com até 2 K endereços;
- 13.20.6. Deverá ser acompanhado de um nobreak com potência nominal mínima de 700 VA, com tecnologia bivolt automático, oferecendo proteção adicional contra quedas de energia e surtos elétricos;
- 13.20.7. Deverá possuir, no mínimo, 4 tomadas de saída no padrão NBR 14136, permitindo a conexão simultânea dos equipamentos instalados no rack;
- 13.20.8. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, subtensão e sobretensão, oferecendo segurança aos equipamentos conectados;
- 13.20.9. Deverá acompanhar todos os acessórios para instalação no rack.

13.21. ITEM 12 - RACK: PARA RACK DE APOIO - 2º PAVIMENTO

- 13.21.1. Deverá possuir estrutura fabricada em aço, com porta em acrílico e fecho com chave, garantindo resistência mecânica e robustez na fixação dos equipamentos;
- 13.21.2. Deverá possuir padrão de montagem de, ao menos, 19 polegadas, com capacidade de 5U e profundidade total de, no mínimo, 472 mm, proporcionando espaço adequado para organização dos equipamentos a serem fixados;
- 13.21.3. Deverá possuir acabamento em pintura eletrostática epóxi pó microtexturizado, oferecendo resistência contra corrosão;
- 13.21.4. Deverá possuir fechamento lateral com venezianas para auxiliar na circulação do ar, contribuindo para o controle térmico interno do rack;
- 13.21.5. Deverá ser projetado para ambientes indoor.

13.22. ITEM 13 - SWITCH: PARA RACK DE APOIO - 2º PAVIMENTO

- 13.22.1. Deverá possuir 24 portas 100 Mbps com suporte PoE e 1 porta RJ45 1000 Mbps para uplink, permitindo conexão e alimentação simultânea dos dispositivos necessários;
- 13.22.2. Deverá atender aos padrões de alimentação PoE IEEE 802.3af e IEEE 802.3at, com fornecimento de potência máximo de até 30 W por porta;
- 13.22.3. Deverá possuir tabela de endereçamento MAC de, no mínimo, 4,000 endereços;
- 13.22.4. Deverá possuir uma taxa de encaminhamento de pacotes de, no mínimo, 6 Mpps;
- 13.22.5. Deverá possuir função de transmissão PoE em longa distância de até, no mínimo, 250 m, possibilitando a instalação de dispositivos distantes sem a necessidade de repetidores ou fontes auxiliares;
- 13.22.6. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos de até 6 kV, garantindo maior robustez e confiabilidade;
- 13.22.7. Deverá possuir capacidade de comutação de, no mínimo, 8Gbps;
- 13.22.8. Deverá ser acompanhado de um nobreak com potência nominal mínima de 700 VA, com tecnologia bivolt automático, oferecendo proteção adicional contra quedas de energia e surtos elétricos;

- 13.22.9. Deverá possuir, no mínimo, 4 tomadas de saída no padrão NBR 14136, permitindo a conexão simultânea dos equipamentos instalados no rack;
- 13.22.10. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, subtensão e sobretensão, oferecendo segurança aos equipamentos conectados;
- 13.22.11. Deverá acompanhar todos os acessórios para instalação no rack.
- 13.23. **ITEM 14 - CÂMERA LPR: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 13.23.1. Deverá possuir sensor de imagem do tipo CMOS progressivo com tamanho de 1/1.8" e resolução máxima de no mínimo 2688 × 1520 pixels;
- 13.23.2. Deverá possuir sensibilidade mínima de 0,001 Lux em cores, 0,0002 Lux em preto e branco e 0 Lux com iluminação IR ativa, garantindo excelente desempenho em momentos de baixa luminosidade;
- 13.23.3. Deverá possuir algoritmos embarcados para a detecção de veículos, permitindo reconhecimento de tipo, cor e marca do veículo;
- 13.23.4. Deverá possuir função WDR de, no mínimo, 140dB, permitindo a compensação de fortes contrastes de luz, garantindo leitura eficiente mesmo em situações de reflexos e faróis acesos;
- 13.23.5. Deverá possuir suporte nativo a interface Wiegand, permitindo integração direta com sistemas de controle de acesso, podendo acionar diretamente cancelas de estacionamento;
- 13.23.6. Deverá oferecer suporte a lista de bloqueio e de permissão com capacidade para até 100,000 registros, permitindo o controle eficiente de acesso de veículos;
- 13.23.7. Deverá oferecer recursos avançados de reconhecimento, como a identificação da direção do movimento do veículo, assegurando precisão na identificação e registro dos veículos;
- 13.23.8. Deverá permitir o controle de barreiras por meio de relés integrados para abertura e fechamento de cancelas, bem como detecção do status da barreira;
- 13.23.9. Deverá oferecer capacidade para armazenamento local por meio de slot para cartão suportando cartões com capacidade de até 256 GB, para armazenamento de imagens e vídeos, com suporte via FTP ou SFTP;
- 13.23.10. Deverá possuir proteção contra intempéries com grau de proteção IP67 e resistência a impactos IK10;
- 13.23.11. Deverá possuir acuracidade na taxa de captura de placas superior a 95%;
- 13.23.12. Deverá possuir lente varifocal motorizada com opção de distância focal de 2.8 mm a 12 mm, com ajuste automático de foco;
- 13.23.13. Deverá possuir recursos de segurança, como proteção por senha, criptografia HTTPS, marca d'água e filtros de endereço IP, assegurando a integridade e privacidade dos dados;
- 13.23.14. Deverá possuir iluminação suplementar integrada com 4 LEDs de alto desempenho, fornecendo luz branca e infravermelha para operação em condições de baixa luminosidade;
- 13.23.15. Deverá suportar ao menos um dos três métodos de acionamento de captura de placas: detecção de vídeo, laço indutivo e radar, garantindo flexibilidade na implementação em diferentes cenários;
- 13.23.16. Deverá suportar compressões de vídeo nos formatos H.265, H.264 e MJPEG;
- 13.23.17. Deverá operar em uma faixa de temperatura de -30 °C a 65 °C e suportar umidade de até 90% sem condensação, garantindo desempenho confiável em condições climáticas adversas;
- 13.23.18. Deverá possuir homologação junto a ONVIF (<https://www.onvif.org/conformant-products/>);
- 13.23.19. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um cartão de memória microSD de 64GB;
- 13.23.20. Deverá possuir interface de rede Ethernet RJ45 10/100 Mbps, garantindo comunicação eficiente com redes IP;
- 13.23.21. A CONTRATADA deverá fornecer suporte de coluna adequado para fixação da câmera, assegurando o total funcionamento da solução e necessariamente do mesmo fabricante para total compatibilidade;
- 13.23.22. É de responsabilidade da contratada prover suporte a instalação da câmera em altura adequada para leitura de placa, exemplo: tubo galvanizado com altura mínima de 1,3M, fixado ao solo.
- 13.23.23. A câmera deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, de forma a garantir a gravação integral do fluxo de imagens, bem como a geração de alertas e relatórios no sistema.
- 13.24. **ITEM 15 - CANCELA: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 13.24.1. Deverá possuir cancela de 4 a 4,5 m, para o controle de acesso de veículos;
- 13.24.2. Deverá possuir, no mínimo, uma vida útil de 2,5 milhões de ciclos de acionamento, garantindo a robustez do equipamento;
- 13.24.3. O equipamento deverá possuir certificação IP54, garantindo a integridade no uso externo;
- 13.24.4. Deverá operar em uma faixa de temperatura de -10°C a 60°C ou possuir sistema de arrefecimento de ar, como ventoinha ou ventilador, garantindo a operabilidade do sistema;
- 13.24.5. Deverá possuir recurso de anticolisão, para que, caso a barreira identifique um objeto durante o fechamento, ela seja aberta automaticamente;
- 13.24.6. Deverá possuir tempo máximo de abertura de 3 s e de fechamento de, no máximo, 3,5 s, garantindo agilidade na entrada dos veículos;
- 13.24.7. Deverá vir acompanhada de botoeira plástica com 1 (um) botão para abertura da cancela dentro das guaritas;
- 13.25. **ITEM 16 - TERMINAL DE RECONHECIMENTO FACIAL GUARITA: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 13.25.1. O terminal deverá ser capaz de reconhecer a face em uma distância do dispositivo de 0,3 m a 2 m;
- 13.25.2. Deverá possuir capacidade de armazenamento de, no mínimo, 10,000 faces cadastradas e até 50,000 cartões, além de capacidade de armazenamento de até 150,000 eventos, assegurando histórico completo de registros;
- 13.25.3. Deverá possuir suporte a tecnologia WDR, permitindo a compensação de luz de fundo, garantindo a captura de imagens faciais nítidas, mesmo caso haja contrastes excessivos ou variações bruscas de luminosidade, como forte luz de fundo;
- 13.25.4. Deverá possuir suporte ao protocolo RTSP;

- 13.25.5. Deverá possuir, ao menos, 1 (uma) interface Fast Ethernet 10/100 Mbps;
- 13.25.6. Deverá possuir uma tela de 7 polegadas, integrada com uma câmera de resolução de 1920 x 1080, para uma leitura precisa e uma eficiente visualização da imagem caso houver necessidade;
- 13.25.7. Deverá ter uma taxa de precisão no reconhecimento da face de 99% e um tempo de resposta de autenticação inferior a 0,2 segundos;
- 13.25.8. O terminal deverá reconhecer a face, mesmo com a obstrução de uma máscara;
- 13.25.9. O display do dispositivo deverá possuir uma resolução de, no mínimo, 614,000 pixels;
- 13.25.10. A tela deverá ser touchscreen para ter acesso as configurações básicas do dispositivo localmente.
- 13.25.11. É de responsabilidade da contratada o fornecimento de suporte de parede ou embutir, feito em aço com pintura eletrostática a pó, e que comporte perfeitamente o equipamento.
- 13.25.12. O terminal facial será instalado no totem tanto para entrada como para saída de veículos e na entrada e saída de pedestres.
- 13.25.13. O terminal facial deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, garantindo seu pleno funcionamento.
- 13.26. **ITEM 17 - FONTE ININTERRUPTA: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 13.26.1. Deverá ser fornecido fonte AC/DC compatível com a solução de 12v para o funcionamento de todo o mecanismo de controle de acesso para a porta;
- 13.26.2. Deverá possuir proteção contra sobre corrente;
- 13.26.3. Deverá possuir proteções de Sobrecarga e curto-circuito na saída;
- 13.26.4. Deverá possuir leds que indiquem funcionamento e em curto;
- 13.26.5. Deverá possuir temporizador ajustável;
- 13.26.6. Deverá ser fornecida com uma bateria de no mínimo 7Ah
- 13.26.7. Deverá possuir corrente de saída capaz de suportar todos os equipamentos, terminal facial, botoeira, fechadura eletrônica;
- 13.27. **ITEM 18 - FECHADURA ELÉTRICA: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 13.27.1. Deverá possuir estrutura em aço, garantindo resistência mecânica e durabilidade para aplicações externas e internas em ambientes diversos;
- 13.27.2. Deverá possuir cilindro fixo, adequado para instalação em portas e portões de metal ou madeira, com abertura para dentro ou para fora, tanto para o lado direito quanto para o esquerdo;
- 13.27.3. Deverá possuir alimentação elétrica em 12V AC ou DC, permitindo integração com diferentes sistemas de controle de acesso e porteiros eletrônicos;
- 13.27.4. Deverá ser fabricada com acabamento anticorrosivo, visando maior resistência à oxidação e desgaste provocados por intempéries, prolongando a vida útil do equipamento;
- 13.27.5. A fechadura deverá vir com uma botoeira de embutir em aço inox compatível com caixas 4x2 com acionador infravermelho e leds indicadores de posição, aberto ou fechado, e uma vida útil de no mínimo 500mil acionamentos, para permitir a saída do usuário;
- 13.28. **ITEM 19 - VIDEO PORTEIRO IP: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 13.28.1. Deverá possuir tela sensível ao toque do tipo IPS com tamanho de no mínimo 7 polegadas, proporcionando interface gráfica colorida de alta definição;
- 13.28.2. Deverá possuir processador embarcado de alto desempenho, assegurando resposta rápida nas operações de comunicação e controle de acesso;
- 13.28.3. Deverá permitir comunicação em rede utilizando protocolos TCP/IP, e RTSP, além de suportar conectividade sem fio via Wi-Fi;
- 13.28.4. Deverá possuir microfone omnidirecional embutido com tecnologia de supressão de ruído e cancelamento de eco, garantindo qualidade nas comunicações de áudio bidirecional;
- 13.28.5. Deverá possuir saída de áudio por meio de alto-falante interno com ajuste de volume configurável via interface de usuário;
- 13.28.6. Deverá possuir alimentação através de fonte de 12VDC com corrente de 1A ou via PoE conforme padrão IEEE 802.3af, garantindo flexibilidade de instalação e alimentação por rede estruturada.
- 13.28.7. Deverá possuir um suporte de mesa necessariamente da mesma fabricante para garantir total compatibilidade.
- 13.28.8. O vídeo porteiro IP deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, garantindo seu pleno funcionamento.
- 13.29. **ITEM 20 - ESTAÇÃO DE TRABALHO: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 13.29.1. Deverá possuir processador de, no mínimo, 4 (quatro) núcleos físicos (Quad-Core), garantindo desempenho adequado para cadastramento de usuários e gerenciamento de dados;
- 13.29.2. Deverá possuir memória RAM de, no mínimo, 8GB, permitindo operação fluida do sistema de controle de acesso;
- 13.29.3. Deverá possuir armazenamento interno de, no mínimo, 256GB em unidade SSD, proporcionando alta velocidade de leitura e gravação dos dados;
- 13.29.4. Deverá possuir, no mínimo, 3 saídas de vídeo HDMI;
- 13.29.5. Deverá acompanhar monitor de, no mínimo, 24 polegadas, com resolução mínima Full HD (1920 x 1080 pixels), possibilitando visualização clara das interfaces de cadastramento e monitoramento do sistema;
- 13.29.6. Deverá acompanhar teclado e mouse sem fio, padrão ABNT2, oferecendo mobilidade, praticidade e organização;
- 13.29.7. O alcance do mouse deverá ser de até 10 m sem barreira;
- 13.29.8. Deverá acompanhar webcam de alta definição com resolução mínima de 1080p, destinada ao cadastramento de faces, garantindo qualidade nas imagens capturas;
- 13.29.9. Todo o sistema deverá ter compatibilidade com o sistema operacional Windows 11;

13.29.10. Deverá possuir nobreak com potência nominal mínima de 700 VA, com tecnologia bivolt automático, oferecendo proteção contra quedas de energia e surtos elétricos;

13.29.11. Deverá possuir, no mínimo, 4 tomadas de saída no padrão NBR 14136, permitindo a conexão simultânea dos equipamentos que compõe a estação de trabalho;

13.29.12. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, subtensão e sobretensão, oferecendo segurança aos equipamentos conectados.

13.30. **ITEM 21 - RACK: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**

13.30.1. Deverá possuir estrutura fabricada em aço, com porta em acrílico e fecho com chave, garantindo resistência mecânica e robustez na fixação dos equipamentos;

13.30.2. Deverá possuir capacidade de carga máxima de, no mínimo, 90 kg, permitindo instalação segura dos equipamentos de rede e demais equipamentos instalados no rack;

13.30.3. Deverá possuir padrão de montagem de, ao menos, 19 polegadas, com capacidade de 5U e profundidade total de, no mínimo, 570 mm, proporcionando espaço adequado para organização dos equipamentos a serem fixados;

13.30.4. Deverá possuir acabamento em pintura eletrostática epóxi pó microtexturizado, oferecendo resistência contra corrosão;

13.30.5. Deverá possuir fechamento lateral com venezianas para auxiliar na circulação do ar, contribuindo para o controle térmico interno do rack;

13.30.6. Deverá ser projetado para ambientes indoor;

13.30.7. Deverá ser acompanhado de um nobreak com potência nominal mínima de 700 VA, com tecnologia bivolt automático, oferecendo proteção adicional contra quedas de energia e surtos elétricos;

13.30.8. Deverá possuir, no mínimo, 4 tomadas de saída no padrão NBR 14136, permitindo a conexão simultânea dos equipamentos instalados no rack;

13.30.9. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, subtensão e sobretensão, oferecendo segurança aos equipamentos conectados;

13.31. **ITEM 22 - CÂMERA DE SITUAÇÃO (DETECÇÃO DE PESSOAS): PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**

13.31.1. Deverá ser do tipo Bullet e possuir resolução mínima de 4 megapixels, com qualidade de imagem de, no mínimo, 2688 × 1520 pixels;

13.31.2. Deverá possuir sensor de imagem do tipo CMOS Progressivo de 1/3";

13.31.3. Deverá possuir sensibilidade mínima de 0.005 Lux em cores e 0 Lux com o infravermelho ativo, permitindo excelente desempenho em condições de baixa luminosidade;

13.31.4. Deverá possuir tecnologia de alcance dinâmico WDR com, no mínimo, 120 dB, garantindo qualidade de imagem mesmo em momentos com forte contraste de luz;

13.31.5. Deverá possuir iluminação infravermelha com alcance efetivo de, no mínimo, 40 metros;

13.31.6. Deverá possuir recursos de imagem como BLC, HLC e 3D DNR, permitindo melhor qualidade das imagens em diferentes cenários de iluminação;

13.31.7. Deverá possuir modo de comutação dia/noite automático;

13.31.8. Deverá oferecer capacidade para armazenamento local por meio de slot para cartão suportando cartões com capacidade de até 256 GB, para armazenamento de imagens e vídeos, com suporte via FTP ou SFTP;

13.31.9. Deverá possuir tecnologia de detecção de face;

13.31.10. Deverá possuir inteligência embarcada baseada em algoritmos de Deep Learning para detecção de intrusão, cruzamento de linha e diferenciação de alarme entre veículos e pessoas, reduzindo alarmes falsos;

13.31.11. Deverá possuir suporte nativo aos protocolos de rede HTTP, HTTPS, TCP, UDP, RTP, RTSP, SMTP, DHCP, DNS, DDNS, NTP, FTP, ICMP e IGMP, permitindo integração com diferentes ambientes e plataformas de rede;

13.31.12. Deverá possuir grau de proteção IP67 contra água e poeira, sendo adequada para instalação em ambientes externos;

13.31.13. Deverá operar em uma faixa de temperatura de -30 °C a 60 °C e suportar umidade de até 90% sem condensação, garantindo desempenho confiável em condições climáticas adversas;

13.31.14. Deverá possuir interface de rede Ethernet RJ45 10/100 Mbps, garantindo comunicação eficiente com redes IP;

13.31.15. Deverá possuir homologação junto a ONVIF (<https://www.onvif.org/conformant-products/>);

13.31.16. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um cartão de memória microSD de 64GB;

13.31.17. Deverá possuir lente fixa de 2,8 mm ou 3,6 mm.

13.31.18. A câmera deverá ser fixada em posição estratégica na guarita para detectar e gerar alertas caso pedestres utilizem a entrada veicular para entrar no complexo.

13.31.19. A câmera deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, de forma a garantir a gravação integral do fluxo de imagens, bem como a geração de alertas e relatórios no sistema.

13.32. **ITEM 23 - CÂMERA DE SITUAÇÃO (LEITURA DE DOCUMENTOS): PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**

13.32.1. Deverá ser do tipo Turret e possuir resolução mínima de 2 megapixels, com qualidade de imagem de, no mínimo, 1920 × 1080 pixels;

13.32.2. Deverá possuir sensor de imagem do tipo CMOS Progressivo de 1/2.9";

13.32.3. Deverá possuir sensibilidade mínima de 0.01 Lux em cores e 0 Lux com IR ativo, permitindo desempenho eficiente em ambientes de baixa luminosidade;

13.32.4. Deverá possuir iluminador infravermelho com alcance efetivo de, no mínimo, 20 metros;

13.32.5. Deverá possuir compressão de vídeo nos padrões H.265+, H.265 e H.264;

13.32.6. Deverá possuir suporte nativo aos protocolos de rede HTTP, TCP, UDP, RTP, RTSP, DHCP, DNS, NTP e FTP, permitindo integração com diferentes ambientes e plataformas de rede;

- 13.32.7. Deverá possuir recursos de imagem como BLC, HLC e 3D DNR, permitindo melhor qualidade das imagens em diferentes cenários de iluminação;
- 13.32.8. Deverá possuir lente fixa de 2,8 mm ou 4 mm;
- 13.32.9. Deverá possuir interface de rede Ethernet RJ45 10/100 Mbps, garantindo comunicação eficientes com redes IP;
- 13.32.10. Deverá operar em temperaturas de -30°C a +60°C e umidade relativa de até 95%, sem condensação;
- 13.32.11. Deverá possuir grau de proteção IP67 contra água e poeira, sendo adequada para instalação em ambientes externos;
- 13.32.12. Deverá possuir homologação junto a ONVIF (<https://www.onvif.org/conformant-products/>);
- 13.32.13. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA um cartão de memória microSD de 64GB;
- 13.32.14. A câmera deverá possuir o licenciamento adequado no software gerenciador da solução, de forma a garantir a gravação integral do fluxo de imagens, bem como a geração de alertas e relatórios no sistema.
- 13.33. **ITEM 24 - TOTEM PARA ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 13.33.1. Deverá ser fabricado em aço com pintura eletrostática em pó, para fixação da câmera e do terminal facial, com altura de no mínimo 1,35 m e 15 cm de largura;
- 13.33.2. As laterais do totem devem contar com indicadores de entrada ou saída iluminados em LED, para fácil identificação pelos usuários tanto de dia quanto de noite.
- 13.33.3. Deverão ser fixados próximos as guaritas em local pré-definido pela contratante.
- 13.34. **ITEM 25 - SWITCH: PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS**
- 13.34.1. Deverá possuir 24 portas 100 Mbps com suporte PoE e 1 porta RJ45 1000 Mbps para uplink, permitindo conexão e alimentação simultânea dos dispositivos necessários;
- 13.34.2. Deverá atender aos padrões de alimentação PoE IEEE 802.3af e IEEE 802.3at, com fornecimento de potência máximo de até 30 W por porta;
- 13.34.3. Deverá possuir tabela de endereçamento MAC de, no mínimo, 4,000 endereços;
- 13.34.4. Deverá possuir uma taxa de encaminhamento de pacotes de, no mínimo, 6 Mpps;
- 13.34.5. Deverá possuir função de transmissão PoE em longa distância de até, no mínimo, 300 m, possibilitando a instalação de dispositivos distantes sem a necessidade de repetidores ou fontes auxiliares;
- 13.34.6. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos de até 6 kV, garantindo maior robustez e confiabilidade;
- 13.34.7. Deverá possuir capacidade de comutação de, no mínimo, 8Gbps;
- 13.34.8. Deverá acompanhar todos os acessórios para instalação no rack.
- 13.35. **ITEM 26 - SERVIDOR VMS: PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO**
- 13.35.1. Deverá possuir sistema de alimentação com fonte redundante, com potência mínima de 500W cada, garantindo continuidade da operação em caso de falha de uma das fontes;
- 13.35.2. Deverá possuir placa-mãe de classe servidor, equipada com no mínimo 2 portas de rede Ethernet padrão 1GbE, chipset Intel, e suporte às tecnologias de gerenciamento remoto, segurança e estabilidade para operação 24x7;
- 13.35.3. Deverá possuir processador da linha Intel Xeon E-2324G, com no mínimo 4 núcleos físicos, 4 threads, frequência base de 3.1 GHz, cache de 8 MB e TDP de 65W, oferecendo alta performance e eficiência energética para aplicações de videomonitoramento e gestão centralizada;
- 13.35.4. Deverá possuir no mínimo 32 GB de memória RAM, garantindo integridade dos dados e operação estável em ambientes críticos;
- 13.35.5. Deverá possuir no mínimo 1 unidade de disco rígido (HDD) com capacidade mínima de 2 TB, interface SATA, formato 3,5", tecnologia otimizada para aplicações de videomonitoramento, operação 24x7, e alta durabilidade para gravações contínuas;
- 13.35.6. Deverá possuir no mínimo 1 unidade de disco sólido (SSD) com capacidade mínima de 480 GB, interface SATA, destinado ao sistema operacional e aplicações, proporcionando maior velocidade de inicialização e carregamento do sistema VMS;
- 13.35.7. Deverá ser projetado para operação contínua, 24 horas por dia, 7 dias por semana, em aplicações críticas de videomonitoramento e controle de acesso;
- 13.35.8. Deverá acompanhar todos os acessórios para instalação no rack.
- 13.36. **ITEM 27 - RACK DE PISO: PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO**
- 13.36.1. Deverá possuir estrutura fabricada em aço, com porta em acrílico e fecho com chave, garantindo resistência mecânica e robustez na fixação dos equipamentos;
- 13.36.2. Deverá possuir capacidade de instalação segura dos equipamentos de rede e demais equipamentos;
- 13.36.3. Deverá possuir padrão de montagem de, ao menos, 19 polegadas, com capacidade de 24U e profundidade total de, no mínimo, 870 mm, proporcionando espaço adequado para organização dos equipamentos a serem fixados;
- 13.36.4. Deverá possuir acabamento em pintura eletrostática epóxi pó microtexturizado, oferecendo resistência contra corrosão;
- 13.36.5. Deverá possuir fechamento lateral com venezianas para auxiliar na circulação do ar, contribuindo para o controle térmico interno do rack;
- 13.36.6. Deverá vir acompanhado de protetor eletrônico com 8 tomadas, compatíveis com dimensões de rack de 19 polegadas, sendo um elemento adicional para garantir a proteção da solução.
- 13.37. **ITEM 28 - SWITCH: PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO**
- 13.37.1. Deverá possuir 24 portas 100 Mbps com suporte PoE e 1 porta RJ45 1000 Mbps para uplink, permitindo conexão e alimentação simultânea dos dispositivos necessários;
- 13.37.2. Deverá atender aos padrões de alimentação PoE IEEE 802.3af e IEEE 802.3at, com fornecimento de potência de no mínimo 30 W por porta;
- 13.37.3. Deverá possuir tabela de endereçamento MAC de, no mínimo, 4,000 endereços;

- 13.37.4. Deverá possuir uma taxa de encaminhamento de pacotes de, no mínimo, 6 Mpps;
- 13.37.5. Deverá possuir função de transmissão PoE em longa distância de até, no mínimo, 300 m, possibilitando a instalação de dispositivos distantes sem a necessidade de repetidores ou fontes auxiliares;
- 13.37.6. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos de até 6 kV, garantindo maior robustez e confiabilidade;
- 13.37.7. Deverá possuir capacidade de comutação de, no mínimo, 8Gbps;
- 13.37.8. Deverá ser acompanhado de um nobreak com potência nominal mínima de 1440 VA, com tecnologia bivolt automático, oferecendo proteção adicional contra quedas de energia e surtos elétricos;
- 13.37.9. Deverá possuir, no mínimo, 6 tomadas de saída no padrão NBR 14136, permitindo a conexão simultânea dos equipamentos instalados no rack;
- 13.37.10. Deverá possuir proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, subtensão e sobretensão, oferecendo segurança aos equipamentos conectados;
- 13.37.11. Deverá acompanhar todos os acessórios para instalação no rack.
- 13.38. ITEM 29 - GRAVADOR: PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO**
- 13.38.1. Deverá possuir capacidade para conexão de no mínimo 32 canais de câmeras IP simultâneas;
- 13.38.2. Deverá ser compatível com os padrões de compressão de vídeo H.265+, H.265 e H.264, proporcionando otimização de armazenamento e transmissão de vídeo;
- 13.38.3. Deverá possuir no mínimo 2 interfaces SATA para conexão de discos rígidos, suportando discos de até 16 TB;
- 13.38.4. Deverá possuir no mínimo uma saída HDMI com resolução de até 4K (3840×2160), e uma saída VGA com resolução de até 1920×1080, permitindo saídas de vídeo independentes HDMI e VGA;
- 13.38.5. Deverá possuir interface de rede Ethernet RJ-45 de 10/100/1000 Mbps, para garantir a robustez e a estabilidade da conexão;
- 13.38.6. Deverá possuir suporte à reprodução síncrona de no mínimo 16 canais simultaneamente;
- 13.38.7. Deverá possuir compatibilidade com áudio bidirecional, contendo uma entrada e uma saída de áudio RCA;
- 13.38.8. Deverá ser capaz de detectar faces no mínimo 8 canais;
- 13.38.9. Deverá possuir comparação de face nos 32 canais, quando usado com as câmeras com captura embarcada;
- 13.38.10. Deverá possuir homologação junto a ONVIF (<https://www.onvif.org/conformant-products/>);
- 13.38.11. Deverá ser compatível com os protocolos TCP, DHCP, SNMP, RTSP, DNS, SMTP, HTTP e HTTPS;
- 13.38.12. Deverá operar em uma faixa de temperatura de -10 °C a 55 °C, garantindo desempenho confiável em condições climáticas adversas;
- 13.38.13. Deverá possuir recursos de análise de vídeo para proteção perimetral em no mínimo 12 canais;
- 13.38.14. Deverá vir acompanhado de 1 HD SATA, específico para sistemas de videomonitoramento (24/7), de 8TB;
- 13.38.15. Deverá possuir, no mínimo, uma porta RS-232.
- 13.39. ITEM 30 - SOFTWARE VMS: SOFTWARE GERENCIADOR DA SOLUÇÃO**
- 13.39.1. Deverá ser compatível e capaz de gerenciar, configurar e monitorar os dispositivos deste projeto, como as câmeras, servidores de processamento de analíticos, servidores de armazenamento e dispositivos de operação.
- 13.39.2. Detecção automática de modelo de câmera e dispositivos: deve suportar diversos modelos de câmeras IP, utilizando métodos plug & play, broadcast e varredura por faixa de IP.
- 13.39.3. Deve permitir a configuração de gravação contínua ou ativada por movimento, evento ou agendamento.
- 13.39.4. Deve suportar multi-streaming, que otimiza a banda usando novos métodos de compressão H.264 e H.265.
- 13.39.5. Deve ser capaz de armazenar conteúdo em vídeo, imagens e metadados em diferentes topologias e arquitetura de armazenamento.
- 13.39.6. Deve possuir API/SDK aberta, suportando integração com hardware e aplicativos de terceiros.
- 13.39.7. Integração nativa de todos os dispositivos compatíveis Onvif, Onvif Profile S e RTSP.
- 13.39.8. Instalação em Windows 64 bits. As licenças deverão ser fornecidas pela proponente como parte da solução.
- 13.39.9. Deve permitir exibição do alerta gerado pelos dispositivos, através do processamento dos metadados, mostrando os quadros (overlay) nos formatos e cores gerados pelos dispositivos, através do dispositivo integrado via Onvif ou nativamente
- 13.39.10. Deve possuir solução de gestão de vídeo wall integrada.
- 13.39.11. O software de administração deve oferecer um acesso único e consolidado para configuração dos servidores de gravação, mesmo em instalações clusterizadas.
- 13.39.12. Deve possuir assistentes de configuração para guiar o usuário por processo de adição de câmeras, a configuração de vídeo e gravação e configuração de usuários.
- 13.39.13. Deve possuir opção de configuração em massa, permitindo alterar as configurações em vários dispositivos ao mesmo tempo com poucos cliques, independentemente de estarem no mesmo site ou remotos.
- 13.39.14. Deve possuir exportação/importação de dados de configuração do sistema e de usuários.
- 13.39.15. Deve possuir sistema automático de pontos de restauração, que permite a reversão fácil de pontos de configuração previamente definidos, permitindo o cancelamento de mudanças de configuração indesejados e a restauração de configurações anteriores válidas. Deve ainda permitir o agendamento para geração autônoma destes pontos de restauração.
- 13.39.16. Deve permitir a personalização da interface de administração de acordo com os direitos de cada usuário, concedendo permissões, restringindo funções e ocultando/desabilitando partes da interface para evitar o acesso indevido a ações restritas.
- 13.39.17. Deve suportar a exibição de Janelas/Layouts contendo até 8x8 câmeras, Hot spot, Matriz, Sequencial, imagens estáticas e ativas, vídeos ao vivo ou gravados, mapas, distribuídos em todos os monitores do computador.
- 13.39.18. Deve possuir controle manual, presets, patrulhamento ou esquemas múltiplos (patterns), controle por joystick e teclado/mouse.

- 13.39.19. Deve permitir áudio ao vivo/gravado com reprodução instantânea no PC cliente, transmitindo voz pelo microfone a alto-falantes remotos ou saídas de áudio das câmeras.
- 13.39.20. Deve permitir gravação de áudio sincronizada a qualquer canal de vídeo.
- 13.39.21. Deve permitir a gravação manual na estação de monitoramento local, essa função deve ser baseada em privilégios de acesso definidos pelo administrador.
- 13.39.22. Deve possuir a geração de evidência através de quadros comentados (storyboard) permitindo maior detalhamento de trechos de vídeo e alarmes exportados.
- 13.39.23. Deve permitir o backup de evidência em formatos JPEG, AVI e formatos de dados nativos com software visualizador stand-alone, criptografia, registros, notas de usuários e impressão de relatórios.
- 13.39.24. Deve permitir a integração de autenticação a plataforma com contas de usuário do Microsoft Active Directory e nativos;
- 13.39.25. Deve suportar auditoria de usuários, registrando ações do usuário: comandos de operação do usuário por tempo, localizações, câmeras e operação do sistema.
- 13.39.26. Deve notificar os usuários por som, popup ou e-mail em caso de detecção de evento.
- 13.39.27. Em eventos predefinidos, comandos são enviados automaticamente para exibir vídeo ao vivo em computadores remotos e videowall.
- 13.39.28. Deve possuir recuperação configurável de trechos de vídeo perdidos diretamente da câmera que possui a função de gravação local (seja através de cartão de memória removível ou memória fixa embutida na câmera) para o dispositivo de armazenamento configurado.
- 13.39.29. Deve permitir a configuração de redundância da gravação de vídeo, permitindo que em caso de falha na gravação dos vídeos, outro assuma, sem a adição de licença para essa função, podendo ser em um (ou vários) storage exclusivos para essa função, possibilitando ainda a sincronização do período armazenado no storage spare após a recuperação do storage de produção.
- 13.39.30. Deve possuir recurso de navegar na linha de tempo de atividade, possibilitando ampliar ou reduzir a faixa de tempo necessária para dar início a busca por vídeos gravados.
- 13.39.31. Deve permitir pesquisa instantânea em gravações com base na data/hora e atividade/alarme.
- 13.39.32. Deve possuir pesquisa inteligente, detecção de movimento acima do vídeo gravado, devendo poder utilizar os metadados de eventos gerados como ferramenta de busca de imagens.
- 13.39.33. Provas podem ser geradas com relatório impresso, imagem JPEG, AVI ou formato proprietário (com visualizador incluso) ou ainda exportar vídeo em formato padrão de mercado.
- 13.39.34. Deve possuir acesso remoto para software de visualização e aplicativo para visualização em web browsers, com opção de conexão segura no acesso à câmera (HTTPS).
- 13.39.35. Deve possuir arquitetura cliente servidor, onde diversos clientes podem acessar os recursos disponibilizados na instância do servidor.
- 13.39.36. Deve possuir aplicativos gratuitos para dispositivos mobile (IOS, Android), com as seguintes funções:
- 13.39.36.1. Deve permitir a visualização de múltiplas imagens simultaneamente.
- 13.39.36.2. Deve permitir a busca e reprodução de vídeo gravado.
- 13.39.36.3. Deve permitir toque na tela do dispositivo para zoom digital e diferentes modos de visualização da imagem.
- 13.39.36.4. Deve possuir controle das funcionalidades PTZ das câmeras.
- 13.39.36.5. Deve salvar ou compartilhar uma foto do vídeo exibido ao vivo.
- 13.39.37. O software deverá ser fornecido com todas as licenças necessárias para operação do sistema.
- 13.39.38. O sistema deve possuir dashboard gráfico que seja possível verificar a saúde do sistema.
- 13.39.39. O sistema deve suportar múltiplos monitores físicos por estação de trabalho.
- 13.39.40. O sistema deve suportar um módulo de mapa multicamada embutido.
- 13.39.41. Deve suportar formatos padrão de arquivos gráficos nos mapas.
- 13.39.42. Deve possuir módulo de gis mapa interativo embutido, que permite o posicionamento georreferenciado das câmeras e dispositivos no mapa. Deve ainda permitir que os elementos que representam as câmeras plotados no mapa representem seu estado em tempo real.
- 13.39.43. O sistema deve permitir a configuração de alertas e alarmes utilizando como fontes quaisquer dispositivos inseridos no sistema, possibilitando a configuração de alarmes correlacionados.
- 13.39.44. Deve permitir configurar a nível de alarme qual será a reação daquela ação, permitindo especificar a nível de grupos e usuários que receberão aquele alarme.
- 13.39.45. Deve permitir que um usuário possa encaminhar um alarme recebido para outro usuário realizar o tratamento.
- 13.39.46. Deve permitir a configuração de autenticação em dois níveis para execução de algumas ações no sistema, por exemplo, quando um operador solicita a exportação de um vídeo gravado, será solicitada a autenticação de seu supervisor para completar a ação.
- 13.39.47. No módulo de reconhecimento facial a plataforma deve:
- 13.39.47.1. Integrar plenamente a Solução de Processamento de Analíticos de Aprendizagem Profunda, bem como as câmeras dos pontos de captura.
- 13.39.47.2. Deve permitir a busca por faces capturadas pelo sistema através de seus atributos. Especificando as câmeras, data, horário da pesquisa e os atributos desejados o sistema deve listar todas as faces que atendem esses critérios.
- 13.39.47.3. Deve permitir a busca de faces através do upload de uma imagem de face, ou seja, a partir de uma imagem de face de referência buscar em todas as faces capturadas pelas câmeras, não importando se foram alarmadas, pelo período de retenção de faces no sistema.
- 13.39.47.4. Deve permitir a partir da lista de resultados da pesquisa acessar os detalhes daquela captura, exibindo a imagem da captura em tamanho ampliado, bem como a reprodução do vídeo do momento em que a captura aconteceu.
- 13.39.47.5. Deve permitir a exportar as informações relacionadas a essa captura, imagem e vídeo.
- 13.39.47.6. Deve permitir a configuração de detecção de faces recorrentes, através da especificação da quantidade limite de recorrência de uma face em uma mesma câmera dentro do período de tempo especificado. Ou seja, se uma face passa diversas vezes em uma mesma câmera, que excede

o limite de recorrência estabelecido, dentro do período de tempo configurado, um alarme é gerado no sistema.

13.39.47.7. Deve gerar um alerta para faces reconhecidas na biblioteca de faces do sistema.

13.39.47.8. Deve permitir criar alertas baseados nos atributos extraídos das capturas, sendo possível especificar qual a fonte da captura, dias, horários e atributos para o acionamento deste alerta.

13.39.47.9. O sistema deve ser ofertado com todas as licenças necessárias para o pleno funcionamento das funcionalidades e das câmeras com estas funções.

13.39.48. No módulo de reconhecimento corporal a plataforma deve:

13.39.48.1. Integrar plenamente a Solução de Processamento de Analíticos de Aprendizagem Profunda, bem como as câmeras dos pontos de captura.

13.39.48.2. Deve permitir a busca por corpos capturados pelo sistema através de seus atributos. Especificando as câmeras, data, horário da pesquisa e os atributos desejados, o sistema deve listar todos os corpos que atendem esses critérios.

13.39.48.3. Deve permitir a busca de corpos humanos através do upload de uma imagem de corpo humano, ou seja, a partir de uma imagem corporal de referência, buscar em todos os corpos capturadas pelas câmeras, pelo período de retenção de faces no sistema.

13.39.48.4. Deve permitir a partir da lista de resultados da pesquisa acessar os detalhes daquela captura, exibindo a imagem da captura em tamanho ampliado, bem como a reprodução do vídeo do momento em que a captura aconteceu.

13.39.48.5. Deve permitir a exportar as informações relacionadas a essa captura, imagem e vídeo.

13.39.48.6. Deve permitir criar alertas baseados nos atributos extraídos das capturas, sendo possível especificar qual a fonte da captura, dias, horários e atributos para o acionamento deste alerta.

13.39.48.7. O sistema deve ser ofertado com todas as licenças necessárias para o pleno funcionamento das funcionalidades e das câmeras com estas funções.

13.39.49. No módulo de reconhecimento veicular a plataforma deve:

13.39.49.1. Integrar plenamente a Solução de Processamento de Analíticos de Aprendizagem Profunda, bem como as câmeras dos pontos de captura.

13.39.49.2. Deve permitir a busca por veículos capturados pelo sistema através de seus atributos. Especificando as câmeras, data, horário da pesquisa e os atributos desejados, o sistema deve listar os veículos que atendem esses critérios.

13.39.49.3. Deve permitir a busca de veículos através do upload de uma imagem de um veículo, ou seja, a partir de uma imagem veicular de referência buscar em todas os veículos capturadas pelas câmeras, não importando se foram alarmadas, pelo período de retenção de faces no sistema.

13.39.49.4. Deve permitir a partir da lista de resultados da pesquisa acessar os detalhes daquela captura, exibindo a imagem da captura em tamanho ampliado, bem como a reprodução do vídeo do momento em que a captura aconteceu.

13.39.49.5. Deve permitir a exportar as informações relacionadas a essa captura, imagem e vídeo.

13.39.49.6. Deve gerar um alerta para placas veiculares cadastradas na biblioteca de placas do sistema.

13.39.49.7. Deve permitir a integração com bases governamentais de leituras de placas como Cortex, SPIA, Detecta.

13.39.49.8. Deve permitir criar alertas baseados nos atributos extraídos das capturas, sendo possível especificar qual a fonte da captura, dias, horários e atributos para o acionamento deste alerta.

13.39.49.9. Deve possuir modulo integrado de estacionamento;

13.39.49.10. Deve permitir a visualização em tempo real de entrada e saída de veículos;

13.39.49.11. Deve permitir a configuração de quantidade de vagas de estacionamento;

13.39.49.12. Deve permitir a criação de relatórios baseado no fluxo de veículos diário, por entrada/saída e mensal;

13.39.49.13. Deve possuir dashboard de visualização para vagas ocupadas ou total de veículos atualmente estacionado;

13.39.49.14. O sistema deve ser ofertado com todas as licenças necessárias para o pleno funcionamento das funcionalidades e das câmeras com estas funções.

13.39.50. Sistema de Segurança para Controle de Acesso

13.39.51. As especificações descritas neste documento devem ser entendidas como mínimas para atendimento dos requisitos do sistema de Controle de Acesso;

13.39.52. Com objetivo de aumentar a isonomia no processo de concorrência, as proponentes devem interpretar que as expressões "sistema" e "SCA", as quais são bastante mencionadas nos requisitos que seguem, diz respeito a um software específico ou conjunto de aplicações que, quando unidas, sejam capazes de atender de maneira plena, todas as exigências descritas.

13.39.53. Buscando minimizar possíveis problemas de integração entre sistema, é preferível que os participantes usem uma plataforma única capaz de atender a todos os requisitos.

13.39.54. Entretanto, não haverá oposição, caso diversos softwares sejam aplicados para esta finalidade, haja visto que alguns requisitos possuem particularidades específicas que poderão demandar o uso de múltiplas ferramentas;

13.39.55. Caso a proponente opte por utilizar múltiplos sistemas, ficará sob sua responsabilidade a garantia de pleno funcionamento e integração entre as ferramentas, bem como eventuais desenvolvimentos, customizações e adequações, bem como todo e qualquer custo inerente aos serviços de desenvolvimento e eventuais licenças para conexão entre estes softwares.

13.39.56. O SCA deverá ser flexível e escalável, permitindo expandir o sistema através de licenças adicionais.

13.39.57. Todas as comunicações entre diferentes componentes dos sistemas deverão ser criptografadas.

13.39.58. O SCA deverá ter uma única interface de usuário para lidar com os sistemas de controle de acesso.

13.39.59. Deverá permitir a utilização de janelas de forma flexíveis e adaptativas ao contexto facilitando o monitoramento de grandes sistemas multi-site.

13.39.60. Todas as comunicações cliente-servidor e controlador-servidor devem ser configuradas para usarem criptografia.

13.39.61. O sistema deve ter protocolos HTTPS/SSL.

- 13.39.62. O sistema deve permitir a utilização de módulos de failover e hot-standby a fim de garantir a disponibilidade do sistema;
- 13.39.63. O SCA deverá ter menu principal que fica fixo na parte superior do operador. Esse menu deverá apresentar um link da página inicial, além de outras opções.
- 13.39.64. No menu principal deverá haver um painel adicional que fornece uma opção de pesquisa, status de alarme, uma contagem de controladores off-line e on-line e acesso ao perfil do usuário;
- 13.39.65. O sistema deverá ter painel para tarefas rápidas, onde ficam localizados atalhos para os recursos mais usados, como adicionar uma nova credencial e alterar a senha de um usuário.
- 13.39.66. Deve fornecer um método alternativo de navegação para os recursos no menu principal.
- 13.39.67. As opções podem ser exibidas como uma lista de áreas de funcionalidade e recursos individuais ou como uma série de blocos gráficos.
- 13.39.68. Deve disponibilizar status de todos os controladores conectados e alarmes que não foram acionados e aqueles atribuídos a um usuário.
- 13.39.69. Deve ter painéis personalizáveis, que permite a exibição de gráficos de pizza, mapas e outros widgets;
- 13.39.70. O SCA deve permitir que os indivíduos entrem nas áreas de uma instalação usando cartões de passagem, key fobs, teclados numéricos e leitores biométricos, ou combinações dos mesmos.
- 13.39.71. A capacidade de um indivíduo de acessar um ou mais pontos de acesso em um determinado horário do dia deve ser definida por suas credenciais e pelo anexo dessas credenciais, a capacidade de um indivíduo de acessar um ou mais pontos de acesso em um determinado um ou mais grupos de acesso.
- 13.39.72. Um grupo de acesso consiste em uma ou mais portas ou outros pontos de acesso e os planejamentos relacionados que definem os dias e horários em que esses pontos de entrada podem ser usados.
- 13.39.73. As agendas devem poder ser definidas por dia da semana e hora do dia, além disso, deve ser possível anexar agendas a qualquer Ponto de Acesso dentro de um Grupo de Acesso;
- 13.39.74. Feriados devem poder ser adicionados como exceções à programação normal.
- 13.39.75. Vários feriados podem ser adicionados a um Grupo de Feriados e depois anexados a uma Agenda para substituir a agenda normal.
- 13.39.76. Deve ser possível trabalhar com grupos de acesso, consistindo em um ou mais pontos de acesso e seus planejamentos associados.
- 13.39.77. Os perfis de usuário devem ser criados e as credenciais atribuídas a esses usuários.
- 13.39.78. Os indivíduos devem ser atribuídos aos grupos de acesso;
- 13.39.79. O SCA deverá permitir um cadastro de pelo menos 50.000 (cinquenta mil) usuários do controle de acesso, onde, cada usuário deverá possuir vários atributos, incluindo informações de identificação, informações de credenciais, uma ou mais imagens, notas e associações ao Grupo de Acesso.
- 13.39.80. O Sistema deverá permitir realizar o gerenciamento de credenciais de usuários;
- 13.39.81. Deverá permitir a edição de uma credencial existente;
- 13.39.82. Deverá permitir desativar ou reativar uma credencial;
- 13.39.83. O Sistema deverá permitir o gerenciamento de fotos dos usuários;
- 13.39.84. O sistema deverá permitir registros de usuários, onde os mesmos poderão ter notas associadas a eles. Deverá poder ter várias anotações anexadas a um único registro do usuário;
- 13.39.85. O SCA deverá trabalhar com grupos de acesso, esses grupos determinam quando um usuário ou grupo de usuários podem acessar o recurso em uma determinada hora do dia.
- 13.39.86. Um grupo de acesso consiste em uma lista de portas e planejamentos associados.
- 13.39.87. O sistema deverá permitir trabalhar com agendas e feriados.
- 13.39.88. As agendas deverão ser aplicadas a pontos de acesso individuais para criar níveis de acesso quando vinculados aos Grupos de Acesso do usuário;
- 13.39.89. As agendas também deverão poder ser vinculadas aos pontos de acesso para gerenciar quando as portas são destrancadas;
- 13.39.90. Deverá permitir que os agendamentos sejam usados em conjunto com as substituições do Grupo de feriados, para fornecer total flexibilidade no controle de quem obtém acesso às instalações e nos dias e horários em que eles têm permissão para acessar;
- 13.39.91. Feriados públicos devem poder ser incorporados às agendas do sistema. Feriados individuais devem poder ser criados e atribuídos a grupos de feriados.
- 13.39.92. O SCA deverá fornecer um visualizador de eventos que permita aos usuários monitorar eventos do sistema em tempo real ou capturar um instantâneo dos eventos do sistema para análises posteriores.
- 13.39.93. Os eventos devem abranger qualquer interação entre detentores de credenciais e o sistema de controle de acesso, alterações no status dos dispositivos de acesso, localmente no dispositivo ou por meio de ações realizadas pelo software, além de quaisquer alarmes.
- 13.39.94. O visualizador de eventos deve exibir eventos relacionados ao software, como logins de usuário e falhas de logon e alterações nos perfis de usuário.
- 13.39.95. Os eventos exibidos devem poder ser filtrados por qualquer combinação de tipo de evento, usuário, controlador, ponto de acesso, entrada, saída ou site.
- 13.39.96. O usuário deverá poder tirar uma captura instantânea de todos os eventos do sistema durante um período especificado.
- 13.39.97. Esse instantâneo deve poder ser filtrado por vários critérios e poder ser visualizado através da interface exportada para um arquivo CSV ou como um arquivo PDF;
- 13.39.98. O instantâneo deverá poder ser filtrado para incluir apenas eventos úteis para o usuário, por qualquer combinação de intervalo de data / hora, tipo de evento, usuário, controlador, ponto de acesso, entrada, saída ou site;
- 13.39.99. O SCA deve permitir que usuários monitorem os dispositivos em mapas ou plantas baixas;
- 13.39.100. Esses mapas devem poder ser imagens criadas sob medida, como layouts de escritórios ou plantas baixas, ou podem ser mapas geográficos interativos GISMAP como Google Maps ou OpenStreetMap;

- 13.39.101. O SCA deverá ter comandos automáticos para permitir automatizar várias tarefas do usuário e do sistema;
- 13.39.102. Os comandos automáticos podem ser usados para executar comandos de dispositivos, comandos de clientes, comandos de mensagens etc;
- 13.39.103. Os comandos devem poder ser executados com base em regras agendadas ou de eventos gatilhos, os gatilhos que permitem os comandos automáticos sejam executados, devem ser os seguintes:
- 13.39.103.1. Agendamento: o comando será executado no agendamento atribuído;
- 13.39.103.2. Evento: O comando será executado com base no evento que acontece no sistema;
- 13.39.104. Após um gatilho ser acionado o sistema deverá ser capaz de executar comandos automáticos no cliente da aplicação, nos dispositivos de controle de acesso, mensagens, comandos diversos, comandos em sistemas de CFTV integrado ou comandos de visitante;
- 13.39.105. O SCA deverá permitir trabalhar com áreas;
- 13.39.106. As áreas deveram poder ser utilizadas para controle de ocupação e rastreamento de pessoal;
- 13.39.107. O SCA deverá oferecer suporte ao monitoramento de alarmes através de áreas nas quais você pode monitorar alarmes de área gerados por sensores;
- 13.39.108. O SCA deve suportar dois tipos de áreas: global e baseada em dispositivo;
- 13.39.109. Áreas globais devem ser implementadas no servidor. Devem suportar controle de ocupação e um monitoramento simples de alarme;
- 13.39.110. Quaisquer entradas, pontos de acesso ou dispositivos adicionados a uma lista de alarme de área deverá colocar a área em um estado de alarme;
- 13.39.111. O sistema deverá permitir trabalhar com diversos tipos de credenciais, a saber: cartão, PIN, Impressão Digital, Identificação Facial, Passe de Entrada, Etiqueta de Veículo, Placa Veicular e QR Code;
- 13.39.112. O SCA deverá suportar tipos diferentes de formatos de cartão, incluindo padrão de 26 bits, 37 e 50 bits.
- 13.39.113. Deverá ter sistema de contagem de uso. A contagem de uso permite configurar o número de vezes que uma credencial pode ser usada. Depois que a contagem de uso for ultrapassada, o acesso será negado se a credencial for usada.
- 13.39.114. O SCA deverá permitir um cadastro de pelo menos 100.000 (cem mil) usuários visitantes ao controle de acesso, onde, cada visitante deverá possuir vários atributos, incluindo informações de identificação, informações de credenciais, uma ou mais imagens, notas e associações ao Grupo de Acesso.
- 13.39.115. O SCA deverá ser capaz de inserir os visitantes nos terminais de controle de acesso de maneira dinâmica e remover suas credenciais dos terminais quando o período de acesso determinado vencer.
- 13.39.116. O SCA deve ser capaz de resgatar o cadastro de um visitante inativo dentro do universo de capacidade mínima de 100.000 (cem mil) visitantes, quando esta capacidade for excedida deverá realizar a substituição dos dados dos visitantes inativos mais antigos.
- 13.39.117. A duração da ativação e a validade das credenciais devem poder ser configuradas. Quando uma data e hora são fornecidas nos campos mínimo e máximo para a ativação, a credencial deverá ficar ativa apenas por esse período e ficará inativa posteriormente.
- 13.39.118. O SCA deverá ter campo de isenção do Anti-passback para credenciais;
- 13.39.119. O Sistema deverá ter função de Desbloqueio estendido para credenciais;
- 13.39.120. Grupos de acesso devem poder ser usados para controlar o nível de acesso associado a uma credencial;
- 13.39.121. Se o acesso completo for selecionado em um modelo de credencial, ao adicionar uma credencial desse modelo, ele deverá ter acesso total em Grupos de Acesso.
- 13.39.122. Se a opção especificada for acesso selecionada e alguns grupos de acesso específicos estiverem selecionados, esses grupos de acesso selecionados deverão aparecer em Grupos de Acesso ao adicionar credenciais;
- 13.39.123. Os usuários do SCA deverão poder selecionar um dispositivo associado a uma credencial ao adicionar uma credencial desse modelo;
- 13.39.124. O SCA deverá permitir a criação de grupo de usuários, onde poderá haver um ou mais visitantes permanentes.
- 13.39.125. O SCA deverá ter sistema de Anti-Passback.
- 13.39.126. O sistema de Anti-passback deverá ser usado principalmente para impedir que os usuários passem suas credenciais para uma segunda pessoa ou mais, ou conseguir entrar novamente sem ter dado a sua saída em uma área controlada;
- 13.39.127. O recurso anti-passback deverá estabelecer uma sequência específica na qual os cartões de acesso devem ser usados para que o sistema conceda acesso.
- 13.39.128. O SCA deverá trabalhar com modelos predefinidos de mensagens e notificações;
- 13.39.129. Para o envio de mensagens o SCA deverá poder utilizar os seguintes protocolos: SMTP, HTTP e TCP;
- 13.39.130. Dependendo da capacidade e das funcionalidades de um dispositivo adicionado ao SCA, o usuário deverá poder personalizar suas configurações através das configurações de seus pontos de acesso.
- 13.39.131. O SCA deverá poder configurar os Inputs e Outputs dos pontos de acesso;
- 13.39.132. O SCA deverá suportar integração de vídeo com câmeras e Sistemas de Gerenciamento de Vídeo (VMS- Vídeo Management System);
- 13.39.133. As câmeras deverão poder ser adicionadas diretamente para visualização ao vivo ou importadas de um sistema de gerenciamento de vídeo para visualização e reprodução ao vivo.
- 13.39.134. O SCA deverá possuir um sistema de relatórios robusto.
- 13.39.135. Os relatórios deverão poder ser exportados para diferentes formatos, como PDF e Excel;
- 13.39.136. O SCA deverá ter relatório de auditoria. Os relatórios de auditoria devem listar atividades dos operadores do sistema. O relatório deverá mostrar a data de uma atividade, uma mensagem descritiva, o nome do usuário e o endereço IP do usuário. O relatório deverá permitir que o gerenciamento veja quais operadores se conectaram no sistema e executaram tarefas relacionadas ao software e ao sistema de controle de acesso;
- 13.39.137. O SCA deverá ter Relatórios de Entrada e Saída que contêm informações dos usuários que entram e saem da instalação;
- 13.39.138. Deverá possuir informações sobre os eventos em pontos de acesso, controladores e entradas;

- 13.39.139. O SCA deverá ter uma aplicação embarcada para criar ou formatar o modelo de crachá.
- 13.39.140. Este aplicativo deverá permitir a criação de modelos de cartão personalizado para os usuários.
- 13.39.141. O SCA deverá ter um editor de mapa nativo para criar ou formatar o editor de mapas. Esse editor deverá permitir a criação de mapas personalizados para os usuários.
- 13.39.142. Além do editor de mapas o SCA deverá permitir editar mapas GISMAP diretamente do Google Maps ou similar;
- 13.39.143. O sistema deverá ter função onde os usuários individuais do SCA possam ser adicionados a funções específicas da plataforma. Por exemplo: Administrador de Sistema ou Usuários;
- 13.39.144. O sistema deverá ter função para a criação de tarefas rápidas, como por exemplo selecionar relatório salvo;
- 13.39.145. O sistema deverá ter função de permissões de evento: As permissões de eventos devem poder ser usadas para definir permissões para os tipos de eventos disponíveis para os usuários. Os tipos de eventos para os quais as permissões devem poder ser definidas são minimamente: Controladores, Pontos de acesso, Entradas, Saídas, Áreas, Câmeras, Modelos de credenciais, Intercomunicadores, Tours de guarda, Auditorias e Visitantes;
- 13.39.146. O SCA deverá ter função de política de senha, onde possam ser criadas regras para a senhas dos usuários, incluindo exigir que a senha contenha letras e números, letras maiúsculas e minúsculas e símbolos, número de tentativas de login com falha e o tempo durante o qual um usuário será bloqueado. Além disso, o SCA deverá permitir determinar quanto tempo a senha levará para expirar;
- 13.39.147. O sistema deverá permitir a criação de guias personalizadas tanto para usuários como visitantes;
- 13.39.148. O SCA deverá ter Integração com o Active Directory, a integração do Active Directory deve oferecer a flexibilidade de importar registros de usuários com base nas unidades da organização e (ou) grupos de usuários. Além disso, deve permitir que o usuário atribua automaticamente grupos de acesso com base em grupos de usuários;
- 13.39.149. O sistema deverá ter Módulo de importação / exportação de dados;
- 13.39.150. O SCA deve possibilitar a integração com softwares de terceiros, contendo sua própria API de integração sem custos.
- 13.39.151. O Sistema também deve permitir integração com softwares de gestão de pessoas, seja controle de funcionários, visitantes, clientes, etc;
- 13.39.152. O SCA deve permitir comunicação unidirecional ou bidirecional, através de SDK ou I/O com os seguintes sistemas: Sistemas de alarme de incêndio, Sistemas de detecção de intrusão, Sistemas de vídeo, como DVR/NVR, centrais matriciais, decodificadores, dispositivos de armazenamento, câmeras IP e Sistemas de automação predial.
- 13.39.153. Deve conter função de Data Exchange e fornecer a opção de importar dados diretamente de outro banco de dados;

NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO

13.40. O Acordo de Nível de Serviço (SLA - Service Level Agreement) é um instrumento que define os níveis de qualidade e desempenho dos serviços a serem prestados pelo contratado. Este especifica métricas e indicadores que devem ser atendidos para garantir que o serviço entregue esteja de acordo com os requisitos estipulados pela contratante;

13.41. O principal objetivo do SLA é assegurar a excelência na prestação dos serviços, estabelecendo padrões de desempenho que promovam a eficiência, eficácia e a satisfação do contratante. O SLA também possibilita a mensuração e o monitoramento contínuo do serviço prestado, bem como a aplicação de medidas preventivas e corretivas em caso de não conformidade;

Da Manutenção Preventiva

13.42.1. A manutenção preventiva são serviços voltados à prevenção de ocorrências de defeitos nos subsistemas, equipamentos, instalações e acessórios descritos neste documento, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com manuais e normas técnicas específicas, sem ônus adicional. Todos os custos para a execução do serviço de manutenção preventiva, incluindo peças, serviços, mão de obra, equipamentos, EPI, fluídos, deslocamentos e outros inerentes ao objeto, deverão ser considerados no custo da contratação;

13.42.2. Neste sentido, entende-se por Manutenção Preventiva as atividades técnicas e administrativas, com serviços planejados, que previnam a ocorrência corretiva, que inclua desmontagem dos equipamentos para limpeza interna e externa, com substituição de peças ou remoção dos agentes nocivos de qualquer natureza existente no complexo mecânico elétrico, eletromecânico, tubulações, e controles eletrônicos, bem como substituição e/ou lubrificação de todos os pontos móveis dos complexos mecânicos, com óleo e ou graxa próprios, de modo a minimizar desgastes dos eixos, engrenagens, polias, correias, rolamentos, contatos elétricos e outros componentes.

Da Manutenção Corretiva

13.43.1. A manutenção corretiva objetiva o restabelecimento da Solução de Infraestrutura Tecnológica do Sistema de Controle de acesso como um todo e seus subsistemas às condições ideais de funcionamento, mediante a execução de ajustes mecânicos/eletrônicos e/ou substituição de peças desgastadas ou defeituosas. Trata-se, portanto, da correção dos danos atuais e não dos iminentes.

13.43.2. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser prestados em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias por semana, pelo prazo previsto nesta contratação, ou sempre que demandado pela CONTRATANTE, via Ordem de Serviço (O.S).

13.43.3. A manutenção corretiva também se dará quando identificado o problema por meio da própria equipe de técnicos no momento em que estiverem realizando a manutenção preventiva, quando se tratar de item crítico que possa causar paralisação/indisponibilidade dos serviços, a ser justificada posteriormente por meio de relatório técnico, bem como em razão da criticidade e do bom andamento das operações a que o sistema se destina, garantindo sempre a integridade dos equipamentos, informações e disponibilidade dos serviços, devendo ser documentado e comunicado à CONTRATANTE em até 24 horas do fato ocorrido.

Dos indicadores e prazos

13.44.1. Seguem abaixo as tabelas com os indicadores, metas e parâmetros estabelecidos para o monitoramento e avaliação do desempenho dos serviços prestados, conforme estipulado neste documento.

INDICADOR	PRAZO
Prazo de Instalação estimado	90 dias corridos
Manutenção Preventiva	Semestralmente
Manutenção Corretiva	De acordo com a <u>Tabela de resposta e tempo de solução das ocorrências</u>

Vigência contratual	60 meses
---------------------	----------

Tabela de resposta e tempo de solução das ocorrências – Acordo de Nível Mínimo de Serviço.			
Severidade	Caracterização do Incidente	Prazos	Avisos e penalizações em caso de atraso
Crítico	Representa um incidente crítico que possa tornar inoperante qualquer serviço essencial à manutenção da atividade finalística.	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: - 04 horas para início do atendimento presencial; - 24 horas para solução de contorno do incidente - Descrição e previsão de solução definitiva em 72 horas .	Atraso no início do atendimento presencial: - Advertência por escrito. Atraso na solução de contorno ou definitiva: - Advertência por escrito.
Urgente	Representa um incidente que está causando ou irá causar uma degradação do ambiente operacional. Apesar da degradação, continuam em operação os serviços essenciais para a manutenção da atividade finalística.	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: - 06 horas para início do atendimento presencial; - 48 horas para solução de contorno do incidente. - Apresentação de relatório do incidente com descrição e previsão de solução definitiva em 03 dias .	Atraso no início do Atendimento presencial: - Advertência por escrito. Atraso na solução de contorno ou definitiva: - Advertência por escrito.
Rotina	Representam falhas mínimas que não estão afetando o desempenho, serviço ou operação ou ainda a função afetada só é usada eventualmente ou temporariamente.	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: - 24 horas para início do atendimento presencial; - 72 horas para solução de contorno do incidente; - Apresentação de relatório do incidente com descrição e previsão de solução definitiva em 05 dias .	Atraso no início do Atendimento presencial: - Advertência por escrito. Atraso na solução de contorno ou definitiva: - Advertência por escrito.

TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

13.45. A contratada deverá fornecer treinamento de operação da solução de monitoramento do objeto da contratação, sempre que necessário, em local sugerido pela contratante, de duração mínima de 8h, com capacidade de até 10 pessoas em uma única turma;

13.46. A contratada deverá designar funcionários certificados no fabricante da solução para ministrar o treinamento;

14. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

14.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

14.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

14.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

14.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

14.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

15. **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

- 15.1. Os serviços poderão ser realizados de forma parcelada, no que couber, mediante solicitação da contratante, durante o período da vigência do contrato, a contar da data de sua assinatura.
- 15.2. O prazo para a instalação de toda a solução é de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo fiscal do contrato.
- 15.3. Os serviços deverão ser realizados na **CIDADE DA POLÍCIA** localizada no seguinte endereço: Av. Interventor Mário Câmara, 3532 - Cidade da Esperança, Natal - RN, 59060-400.
- 15.4. A contratante deverá informar a data da realização dos serviços com, pelo menos, 01 (um) dia de antecedência, para que o setor responsável possa se organizar quanto ao seu recebimento.
- 15.4.1. Caso não seja possível a realização na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 15.5. Fica a cargo do fornecedor todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 15.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 15.6. Atuarão como Gestores e Fiscais deste contrato os seguintes servidores:

- I. Gestor do Contrato (titular): **FELIPE CÉSAR SILVA DE ARAÚJO**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 243.975-1.
- II. Gestor do Contrato (suplente): **SÁSKIA SANDRINELLI GUEDES DE ARAÚJO LIMA HERMES**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 219.787-1.
- III. Fiscal do Contrato (titular): **ALDRIN ALVES COSTA**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 220.140-2.
- IV. Fiscal do Contrato (suplente): **JOSÉ LUIZ CORTEZ DE CASTRO FILHO**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 207.106-1.

- 15.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 15.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 15.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 15.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 15.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 15.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 15.13. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);
- 15.13.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);
- 15.13.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);
- 15.13.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.
- 15.14. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.
- 15.14.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.
- 15.15. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 15.15.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

16. **CLAUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

- 16.1. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual**, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

17. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 17.1. O valor total da contratação é de **R\$ [XXX]**
- 17.1.1. MENSAL: **R\$ [XXX]**.
- 17.1.2. ANUAL: **R\$ [XXX]**.
- 17.1.3. QUINQUENAL: **R\$ [XXX]**.

17.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

18. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

18.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

18.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

18.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

18.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

RECEBIMENTO

18.2. Os serviços serão **recebidos provisoriamente**, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 50)

18.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

18.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato..

18.3.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.3.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

18.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis

18.3.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.5. Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

18.5.1. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado, avaliando as informações e documentos emitidos pelo fiscal de contrato.

18.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

18.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

18.5.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

18.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

18.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

18.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

18.9. A Nota Fiscal, Recibo ou documento de cobrança equivalente, serão emitidos pelo contratado, os quais deverão ser enviados para o e-mail: **protocolo@policiacivil.rn.gov.br**, ou outro e-mail fornecido pelo pelo Gestor ou Fiscal do contrato.

18.10. Recebido o documento de cobrança, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

18.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

18.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

18.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

18.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

18.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou sítios oficiais.

PRAZO DE PAGAMENTO

18.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

18.20. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

FORMA DE PAGAMENTO

18.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

18.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/01/2026.

19.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

19.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

19.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

20.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato.

20.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

20.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

20.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

- 20.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 20.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 20.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 20.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 20.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 20.11. Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 20.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 21.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 21.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 21.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 21.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 21.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 21.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 21.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 21.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 21.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 21.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 21.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 21.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 21.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 21.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação na contratação.
- 21.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 21.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 21.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 21.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- 21.14. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados.
- 21.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
- 21.16. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência.
- 21.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 21.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 21.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.
- 21.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.
- 21.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.
- 21.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

- 21.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
- 21.24. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 21.24.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 21.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 21.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.
- 21.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 21.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 21.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso.
- 21.30. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.
- 21.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o processo de contratação, no prazo determinado.
- 21.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 21.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

22. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 22.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

23. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 23.1. **Será exigida a garantia da contratação**, nos termos do arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 23.2. A garantia terá validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.
- 23.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 23.3.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 23.3.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 23.3.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 23.3.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 23.3.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 23.4. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 23.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 23.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 23.7. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 23.7.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 23.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 23.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 23.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 23.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 23.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

23.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

23.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

23.12.

23.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

23.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

23.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

23.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

23.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

23.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

23.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

23.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

23.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

23.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Contrato.

24. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

24.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

24.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

24.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

24.2.4. **Multa:**

24.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

24.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se houver;

- a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

24.2.4.3. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

24.2.4.4. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

24.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

24.2.4.6. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

24.2.4.7. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

24.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

- 24.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 24.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 24.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 24.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 24.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 24.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 24.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 24.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 24.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 24.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 24.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como nos demais cadastros estaduais pertinentes.
- 24.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 24.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 24.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

25. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 25.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 25.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 25.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 25.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 25.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 25.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 25.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 25.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 25.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 25.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 25.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 25.6.3. Indenizações e multas.
- 25.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 25.8. O contratante poderá ainda:
- 25.8.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

25.8.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

25.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

26. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

26.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

26.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

26.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

26.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

26.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

27. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. PROJETO/ATIVIDADE 21.102 06.122.100 – 299701 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO - Elementos de Despesas 33.90.39 – Outros Serviços de Pessoa jurídica - Subitem 77- Fonte 0.5.00.

28. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

28.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

29. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

29.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

30. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

30.1. Fica eleito o Foro da Comarca de NATAL/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Natal/RN, data da assinatura eletrônica.

HERLÂNIO PEREIRA CRUZ

Delegado Geral Adjunto
Ordenador de Despesas
Polícia Civil Rio Grande do Norte

NOME

EMPRESA

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DOCUMENTO ELABORADO POR:

Jeordan Oliveira Fausto Rodrigues

APC Mat.: 224.098-0

Setor de Compras/PCRN

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 11910008.002570/2025-57

À Secretaria de Estado da Administração do Rio Grande do Norte (SEAD/RN)

EMPRESA (RAZÃO SOCIAL)	
CNPJ	
ENDEREÇO	
TELEFONE	
E-MAIL	

Sr. Pregoeiro,

A presente proposta tem como objeto o fornecimento dos itens abaixo relacionado, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, conforme estabelecido no PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/XX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR QUINQUENAL
LOTE ÚNICO							
1	CATRACA TIPO SWING GATE: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
2	TERMINAL DE RECONHECIMENTO FACIAL: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO</u>	Unidade	4	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
3	ESTAÇÃO DE TRABALHO: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO - RECEPÇÃO</u>	Unidade	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
4	CÂMERA BULLET: <u>PARA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL</u>	Unidade	20	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
5	CÂMERA BULLET: <u>PARA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO PERIMETRAL COM CAPTURA FACIAL</u>	Unidade	15	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
6	TERMINAL FACIAL: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL</u>	Unidade	24	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
7	FONTE ININTERRUPTA: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL</u>	Unidade	24	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
8	FECHADURA ELETROÍMÃ: <u>PARA PONTO DE CONTROLE DE ACESSO POR BIOMETRIA FACIAL</u>	Unidade	24	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
9	UNIDADE DE AVISO SONORO IP: <u>PARA PONTO COM UNIDADE DE AVISO SONORO IP</u>	Unidade	3	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
10	RACK: <u>PARA RACK DE APOIO - TÉRREO E 1º PAVIMENTO</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
11	SWITCH: <u>PARA RACK DE APOIO - TÉRREO E 1º PAVIMENTO</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
12	RACK: <u>PARA RACK DE APOIO - 2º PAVIMENTO</u>	Unidade	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
13	SWITCH: <u>PARA RACK DE APOIO - 2º PAVIMENTO</u>	Unidade	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
14	CÂMERA LPR:	Unidade	4	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]

	<u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>						
15	CANCELA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	4	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
16	TERMINAL DE RECONHECIMENTO FACIAL GUARITA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	8	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
17	FONTE ININTERRUPTA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
18	FECHADURA ELÉTRICA: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
19	VIDEO PORTEIRO IP: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
20	ESTAÇÃO DE TRABALHO: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
21	RACK: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
22	CÂMERA DE SITUAÇÃO (DETECÇÃO DE PESSOAS): <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
23	CÂMERA DE SITUAÇÃO (LEITURA DE DOCUMENTOS): <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
24	TOTEM PARA ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	4	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
25	SWITCH: <u>PARA CONTROLE DE ACESSO DE PEDESTRES E VEÍCULOS</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
26	SERVIDOR VMS: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
27	RACK DE PISO: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
28	SWITCH: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
29	GRAVADOR: <u>PARA CENTRO DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
30	SOFTWARE VMS: <u>SOFTWARE GERENCIADOR DA SOLUÇÃO</u>	Unidade	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
VALOR TOTAL (MENSAL / ANUAL / QUINQUENAL)					R\$ [XXX]	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]

a) Declaramos que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega.

b) Declaramos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tais como salários, adicionais, encargos sociais, benefícios trabalhistas, seguros encargos tributários/impostos, taxas, margem de remuneração empresarial, uniformes, materiais, equipamentos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, não recaindo nenhum destes custos à Contratante.

c) Declaramos conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serviços/bens serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento.

d) Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco __, Nº __, Agência __, e o nosso telefone para contato é o __, fax ____ e e-mail ____.

Atenciosamente,

(Nome e assinatura do representante legal - RG/CPF)

OBS: Outro formato de Proposta poderá ser aceito, desde que seja mantido o fácil entendimento do documento e dos itens solicitados.

ANEXO IV – TERMO DE VISTORIA OU DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

A) MODELO DE TERMO DE VISTORIA

A empresa XXXXXX, sediada na [endereço], CNPJ nº XXXXXX, declara que lhe foi concedido acesso [LOCAL DA VISTORIA], bem como que lhe foram esclarecidas todas as questões por ela suscitadas, e, ainda, que tem pleno conhecimento das condições técnicas e materiais relacionadas à execução de todos os serviços objetos do Pregão Eletrônico nº XXXX/2026.

(Nome e assinatura do representante legal - RG/CPF)

Cidade/UF, XX de XXXXXX de 2026.

OBS: Outro formato de Termo de Vistoria poderá ser aceito, desde que seja mantido o fácil entendimento do documento e dos itens solicitados.

B) MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RENÚNCIA À VISTORIA

A empresa XXXXXX, sediada na [endereço], CNPJ nº XXXXXX, por ocasião de participação no Pregão Eletrônico nº XXXX/2026., DECLARA que possui pleno conhecimento das condições de execução e natureza dos serviços objetos do certame em pauta, tendo coletado informações acerca dos elementos necessários e suficientes à adequada elaboração da proposta comercial.

Declara ainda que optou por não realizar vistoria nos locais de prestação, assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa decisão, mantendo as garantias que vinculam a respectiva proposta ao presente processo licitatório.

(Nome e assinatura do representante legal - RG/CPF)

Cidade/UF, XX de XXXXXX de 2026.

OBS: Outro formato de Declaração de Conhecimento poderá ser aceito, desde que seja mantido o fácil entendimento do documento e dos itens solicitados.